A 955,616

Digitized by Google

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Digitized by Google

Digitized by Google

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

AO RITMO DA AMPULHETA

Digitized by Google

DO AUTOR:

Tronco reverdecido. Poesias. 1910.
O valor da raça. 1915.
A Epopeia da Planície. Poemas. 1915.
A questão ibérica. De colaboração. 1916.
Quando as nascentes despertam... Poemas. 1921.
Na Côrte da Saudade. Sonetos de Toledo. 1922.
Chuva da Tarde. Sonetos de amor. 1928.
Ao princípio era o verbo. Ensaios e estudos. 1924.
A aliança peninsular (Possibilidades & antecedentes). Prefácio do conde de la Mortera. 1925.
Ao ritmo do ampulheta. Crítica & doutrina. 1925.

NO PRELO:

Na feira dos Mitos. Ideias & factos.
Era uma vez um menino... Elegias.

A SEGUIR:

Durante a fogueira. Páginas da guerra.
Teoria das Côrtes Gerais.
Pequena casa lusitana. Sonetos.
Teoria da nacionalidade.

Digitized by Google

DR. ANTÓNIO SARDINHA

Digitized by Google

Digitized by Google

ANTÓNIO SARDINHA

Ao ritmo da ampulheta

CRÍTICA & DOUTRINA

(Obra póstuma)

M. João Leal
Setembro 1943

"LVMEN"
EMPRESA INTERNACIOAL EDITORA
LISBOA — PORTO — COIMBRA — RIO DE JANEIRO
1925

Digitized by Google

AC
75
.S248

Composto e impresso nas oficinas da «LVMEN»
Rua de Ferreira Borges, 103 a 111 — Coimbra

Digitized by Google

1291
2

« Travaillons donc à bien penser . . . »

PASCAL.

Digitized by Google

Digitized by Google

Á MEMÓRIA

DO DOUTOR MANUEL FERREIRA DEUSDADO

AMIGO E MESTRE QUERIDO

QUE EM PORTUGAL FOI O PRIMEIRO A ENCONTRAR

PELOS CAMINHOS PERDIDOS

DA INTELIGÊNCIA A DUPLA VERDADE CATÓLICA

E MONÁRQUICA DA NOSSA RAÇA.

Digitized by Google

Digitized by Google

Olhando o caminho

Digitized by Google

Digitized by Google

Talvez que à frente dêste volume devesse redigir a minha confissão intelectual. Filho dum século que envenenou a inteligência e perverteu a sensibilidade, eu posso levantar as mãos a Deus e agradecer-lhe, prostrado no átrio dos tempos-novos, a graça de me haver tirado a alma do Egito, levando-me a tocar com o dedo a mentira ignóbil dos ídolos em triunfo na praça pública. Bem cedo o sal que sobe à mesa do Senhor me ateou no espírito uma ânsia de repouso, de quietação, de síntese. Eu não descendia daqueles estranhos povos do fabulista que tinham apenas por única linguagem o terrível monosílabo: — «Não»! No meu sangue, gritava e protestava, ouvindo a areia caír na ampulheta, um nobre desejo de *durar,* de *construir.* Sabia que o deserto era enorme, — que faltavam os roteiros e se ignorava o que estaria para além. Nem por isso o meu ardor desfaleceu,

Digitized by Google

olhando a vastidão imensa do caminho a correr. Sou um homem de bôa-vontade, — e como homem de bôa-vontade me persigno e declaro. As páginas que se enfeixam no presente livro não são mais que marcos levantados a afirmar o meu esfôrço de soldado da contra-revolução. Contra-revolução religiosa e contra-revolução política, pelo regresso, a um tempo humilde e desassombrado, à vida desacreditada da tradição. Quando parti para o combate, poucos mais encontrei na mesma fila. Hoje, na desordem criadora em que Portugal se debate, há já uma aragem de esperança, impregnada da energia iluminada com que iniciámos a cruzada — os meus pares e eu!

Pesa sôbre nós — «anti-modernos» e «ultra-modernos», na bela definição de Jacques Maritain — pesa sôbre nós o silêncio, que só nos dignifica, de uma sociedade de judeus, de cocaínómanos e de banqueiros, a quem soavam como golpes de azorrague, as verdades fortes que nós surgimos a prégar, — as verdades fortes, as verdades duras, de

Digitized by Google

que tanto falava o senhor de Donald. Cabe-nos assim o destino de todos os renovadores. Profetizando a queda das babilónias marcadas pelo conúbio canalha do sabre e do dito, nós não agradariamos decerto aos que vivem das fórmulas e das convenções,—aos que queimam incenso a Jehovah, mas depõem também oferendas nas asas de Belphegor. No meio da hostilidade lentejoulada dos *carnets-mondains* e dos apupos ignaros dos detentores tatuados da Opinião-Pública, uma glória nos pertence, — una e indivisível: — a glória de havermos restituido Portugal à integridade da sua consciência histórica, ao sentimento adormecido da sua realidade eterna como Pátria.

As nossas campanhas nacionalistas desceram das Letras à Política, — subiram da Acção à atmosfera diáfana das Ideias. Tudo se obliterara entre nós, — desde o instinto das nossas raízes seculares até à posição que nos tocava, como raça e como Estado, no drama agudíssimo das nações contemporâneas. Como se o solo sagrado da terra dos

Digitized by Google

Avós se tivesse transformado num tablado ignominioso de títeres de feira, só passavam e repassavam diante dos nossos olhos doridos, como uma teoria de sombras inferiores, os personagens de Eça de Queiroz. A comédia, — trágico-comédia, Senhor meu Deus! —, repartia-se em actos e jornadas. Restauração monárquica? Assomava logo, inevitável e decorativo, o conde de Gouvarinho, o conselheiro Acácio, a barriga do cónego Dias, a concavidade majestosa de Pacheco. Defesa da república, — intervenção na guerra? Imediatamente, como duma caixa de molas, rebentava-nos, estridente e salivosa, a pupilagem incontável do Palma Cavalão e do Paulo dos Móveis. Só o intelectualismo insatisfeito de Fradique Mendes se apagava numa penumbra discreta, refugiado na leitura de Taine, — mas no Taine das *Origines de la France contemporaine*.

Porque aparecemos nós então, — se nada já restava da grei antiga, na dissolução geral em que o Liberalismo abismava as mentalidades e os cara-

Digitized by Google

cteres? Não sairá da minha pena a resposta, porque a outros cumpre, com mais tranqüila segurança, ajuizar da função que fomos chamados a desempenhar, — no secreto e profundo providencialismo que rege a sorte dos homens e imprime directrizes aos povos. No entanto, se existe, como creio que existe, uma genealogia oculta de que nós somos a continuidade e a floração, para que melhor lhe surpreendamos o fio esclarecedor, recorramos aos últimos períodos de Oliveira Martins na sua *História de Portugal*. «*Daí vem o caso*, — escreve êle —, *talvez único na Europa, de um povo que, não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelos seus homens superiores, que não só vive de copiar, literária e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto, que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, senão impossível,*

Digitized by Google

descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva». E o historiador, reagindo contra a dureza clínica do seu diagnóstico, acrescenta: — « *Continua ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo aparente pelas ideias revolucionárias e pela restauração das fôrças económicas, fomentadas pelo militarismo universal? Ou presenceamos um fenómeno de obscura reconstituição, e sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa mudez patriótica, sob a desesperança que por toda a parte ri e geme, crepitará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?*»

Suspensa a interrogação de Oliveira Martins, verificamos agora que a decomposição nacional continuaria, passando por transes inesperados, sofrendo aspectos e modificações nunca imaginadas. Mas, latente e ignota, como num casulo de encanto, crepitava sem dúvida entre as cinzas da casa em ruína, a chama dum pensamento « indefenido ainda ». Que pensamento era êsse, — donde é

Digitized by Google

que êle nos vinha? Era o último clarão do génio ancestral da Pátria, — vinha-nos instintivamente das próprias razões de ser, tanto territoriais, como morais, do Portugal bem amado de todos nós. A dissolução começara com o individualismo sôlto de renascença, somado às variadas influências desnaturalizadoras da nossa posição de cais da Europa. Fatalidade geográfica, que a mistura com gentes e costumes e tratos os mais desvairados agravariam, seguir o rumo das suas conseqüências mortíferas será instruir o processo da nossa decadência. Aproveitemos, porém, no actual momento o que mais directamente importa ao fito das nossas considerações. E então reconheceremos que os germens de desagregação com que afincadamente nos iamos dessorando e pulverizando, adquiriram um poder de incalculável virulência ao erigirem-se, com as doutrínas do Liberalismo, em método de salvação colectiva. A fase definitiva da enfermidade atingia-se assim plenamente, pela penetração decisiva nos órgãos sensíveis da vida da Nação de

Digitized by Google

quanto se nos denunciava de mais antagónico com as longas e sábias aquisições do seu génio e experiência secular.

Pausadamente, numa vagarosa germinação, desenha-se também desde as avançadas do resgate. São protestos ísolados, ainda sem a visão duma linha de conjunto,— duma finalidade arquitectónica. Manifestam-se primeiro nos que eu chamarei «doutores» da nossa Contra-Revolução. São os panfletários do miguelismo, — os fiéis da realeza pura que, transitando para lá do campo da resistência sentimental, procuraram para os seus conceitos duma sociologia titubeante o fulgor mal entrevisto da confirmação filosófica. Acompanham-nos de perto tanto Herculano, como Garrett — o Garrett do *Romanceiro* e dos seus afervorados discursos municipalistas, e o Herculano dos *Opúsculos*, sobretudo, onde se encontra bem o rosto da verdadeira constituição económica e social da nacionalidade.

Depois... Depois, o cortejo engrossa. Engrossam-no, embora com gritos estridentes de here-

Digitized by Google

siarcas, os sagitários admiráveis que formaram grupo em tôrno de Antero. « Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos por quási todos os da minha geração, a primeira em Portugal que saíu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição » — declararia o poeta dos *Sonetos* na sua célebre carta auto-biográfica a Wilhelm Storck. Batera a hora dolorosa da Análise, e através de Antero e por seus amigos Portugal incorporava-se na grande tragédia que para a inteligência foi o século que findou.

Afirmativo, Antero asfixiava-se na floresta de espesso subjectivismo que a mentira racionalista lhe interpusera no seu mundo interior, separando a Vontade da Razão, — a Acção do Pensamento. Da velha tôrre solarenga nada mais restava, senão à flor da terra o desenho vago dos alicerces. E o que fôra até aí mero impulso de defesa ou voz alarmada de prevenção, volve-se em Antero e nos seus camaradas num apêlo exasperado para a inter-

Digitized by Google

venção cirúrgica. Assim devemos compreender o árduo trabalho demolidor de um Eça, de um Oliveira Martins. Com o que êles não transigiam era com o aparato hipócrita do existente, era com o *cache-nez* do duque de Ávila ou com o senhor Melício do *Jornal do Comércio,* — símbolos duma sociedade que se anquilosara, satisfeita e rechonchuda, na adoração da própria passividade. E bem se lhe pode aplicar, a essa gloriosa hoste de Antecipados, o que um Eça de Queiroz observaria de outro — Ramalho Ortigão: — « Na invasão asiática do Cristianismo — havia a legião dos iconoclastas, para derrubar os ídolos e, atrás, a cohorte dos apóstolos, para fundar a Lei-Nova. As *Farpas* eram os iconoclastas: vinham para desmantelar os bustos olímpicos: deviam deixar aos S. Paulos o cuidado de plantar as cruzes. »

O cuidado de plantar as cruzes! Quem as plantou, senão os desiludidos da quimera doida da Revolução, que Proudhon, ensinando-os a amá-la, lhes ensinaria também a desarticular, peça por peça, no

Digitized by Google

seu combate incessante às estultas superstições liberalistas. Pondera Antero na sua *correspondência:* — « Os romances de Balzac são uma verdadeira história íntima do nosso século, e tenho admirado como em certas coisas capitais (como a influência da bancocracia, a anarquia do livre câmbio, as ilusões do constitucionalismo, etc.) a sua observação despreocupada da sociedade se encontra e concorda com a crítica sistemática do grande Proudhon. » A crítica sistemática do grande Proudhon concordando com a moralidade dos romances de Balzac! E por aqui, pelo reconhecimento espontâneo, por parte de Antero, da identidade do filósofo revolucionário com o sociólogo de *La comédie humaine,* se nos denuncia o élo de ligação que à Pátria ancestral prendia tão íntimamente os inadaptados das *Conferências do Casino.* Não é, dêste modo, incongruência nenhuma que o mesmo Antero, dirigindo-se a Frederico Diniz Ayala, comentasse: — « A história que narra é, afinal, uma página mais, soez e grotesca se quiser, mas uma página

Digitized by Google

do movimento político naturalista chamado das *nacionalidades,* que é uma das feições mais notáveis do nosso século. Por outro lado, a política anti-portuguesa do partido regenerador nesta questão, é mais uma completa manifestação de incompatibilidade do liberalismo com o nacionalismo, cujas raízes e essência são muito outras.»

Antero definia, em breves traços, a antinomia insolúvel do *Nacionalismo* com o *Liberalismo.* É que o fundo dramático de Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo,* outro não é o ponto em que a nossa genealogia mental sobe da heterogeneidade das contribuições avulsas à plenitude de uma consciência própria. De então para cá, embora o período de reconstrução se adivinhe distante, nunca mais cessou em Portugal o combate à tara desorganizadora que envilecia a nacionalidade, a partir da renascença, mas que o Romantismo-Político elevara à potencialidade extrema. O mal prosseguiria, é certo, na sua máxima curva, mas já as fôrças que no futuro o haviam de contrabarreirar

Digitized by Google

e dominar, porventura, entravam a conjugar-se, de aqui e de além, traduzindo o aflorar das reservas sãs da Terra e da Raça. Em tal conjunto de actividades, temos que contar com a energia depravadora do republicanismo ideológico dos homens de 91. Houve nêles uma intensa flama nacionalista, que jámais se conciliaria com o regímen de Judeus e de Mulatos em que o constitucionalismo concluiu entre nós.

De diferentes derivações se vinha convergindo, pois, para a revelação do tal pensamento ainda indefinido, de que nos fala Oliveira Martins. O labor modesto dos folcloristas e arqueólogos somava-se prometedoramente ao renascimento intentado nos outros campos. O projecto de lei do *Fomento rural* é pedra que pertence ao mesmo edifício, para que a *Portugália*, — de dois republicanos, Rocha Peixoto e Ricardo Severo, — tão afanosamente e com tantos materiais concorreria. De Manuel da Silva Gaio a Afonso Lopes Vieira, o *lusismo*, ou seja o *neo-garretianismo*, desdobrava

Digitized by Google

com vôo rápido os seus primeiros ensaios. Só as realizações faltavam na obra de conjunto, embora não faltassem em detalhe, porque os morbos depositados no coração ingénuo da Pátria careciam de se expandir mais fortemente, para que a lição iluminasse a todos e a ninguém de boa fé se permitisse já o apêlo para messianismos inconsistentes e ignaros.

Tal é a hereditariedade espiritual a que nos acolhemos filialmente, — nós, os que em 1914 pegámos do arado, lançando na herdade lusitana um sulco tão profundo que já não há vento daninho que o possa apagar. A nossa faina de semeadores não conheceu mais um minuto de descanso ou adormecimento.

Do que tem sido essa batalha, ou defrontando-nos com a anarquia que nos desagrega, ou fazendo face ao pêso morto que ameaça sufocar, no seu pretenso conservantismo, o princípio de renôvo em que Portugal parece querer florir, — do que tem sido essa batalha não é para aqui o contá-lo e

Digitized by Google

comentá-lo. Basta que assinalemos com a maior humildade de propósitos o trajecto que já se andou, tanto em extensão como em intensidade. Na desordem geral dos espíritos, sente-se, apalpa-se uma certeza, uma coesão que se desenha e robustece, e aumenta. Frutifica o sincero entusiasmo do reduzido grupo de vontades que em 1914 se meteu à empresa penosa de restaurar a alma da Pátria, voltando à senda esquecida da sua tradição.

E porque se escreve a palavra «tradição», entendemos dever precisar-lhe o sentido. Não se trata de um regresso — duma suspensão. Filosófica e históricamente o nosso conceito de «tradição» equivale a *dinamismo* e *continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa ideia saudosista da sociedade *que foi* ou das gerações *que passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas dêste instante de febre, olhamos o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo, do que é a actualidade, tão horizontal e espêssa em que vivemos. Eis por-

* *

Digitized by Google

que se nos ajustam inteiramente as considerações seguintes de Jacques Maritain. «*En tout cas une chose est claire à nos yeux: c'est que nous ne luttons pas pour la défense et le maintien de « l'ordre » social et politique actuel. Nous luttons pour sauvergader les éléments de justice et de vérité, les restes du patrimoine humain, les réserves divines qui subsistent sur la terre, et pour préparer et réaliser l'ordre nouveau qui doit remplacer le présent désordre.*» E, terminante, num período curto, em que a energia da frase se conjuga à energia das intenções, Jacques Maritain sintetiza o seu rumo de peregrino, em têrmos que se ajustam a nós perfeitamente: — «*Nous haïssons donc l'iniquité révolutionaire-bourgeoise qui enveloppe et vicie aujourd'hui la civilisation, comme nous haïssons l'iniquité révolutionaire-prolétarienne qui veut l'anéantir.*»

Reflectindo no seu conflito o conflito da sociedade em geral, a sociedade portuguesa dissolve-se, vái-se, varrida pelo individualismo nas suas últimas e extremadas consequências. Serenos, no raciocínio

Digitized by Google

das nossas convicções que a fé amplia num fundo de claridade invencível, não há desânimo que nos vença, nem tormenta que nos vergue. Salve-se o que subsista ainda de divino e de humano no amontoado de coisas sem nexo em que Portugal se subverte, incaracterizado e difamado. É obedecendo a tão religiosa obrigação para com Deus e para com a Pátria, criada à sua Semelhança e Imagem, que nós não desfalecemos nem um instante sequer na jornada empreendida, já se completaram nove anos, quando a mocidade nos punha nas veias fanfarras de triunfo. Semeou-se? Pois colher-se há! E para que a colheita resulte em outras colheitas, e a seara cresça sempre, viçosa e farta, de novo entregamos à graça das Estações um pequeno punhado de grão, por acaso guardado no nosso pequeno celeiro!

Elvas, Quinta do Bispo,
Janeiro, 1923.

Digitized by Google

Digitized by Google

A herança de Garrett

Na história do renascimento nacional hão-de de futuro arqueólogos e folc-loristas da nossa terra ter o logar de agradecimento que o seu trabalho incansável lhes conquistou para todo o sempre. Se a pátria se não se subverteu por completo na febre anarquizadora do Liberalismo, a êles se deve o esfôrço de maravilha que não deixou perder na babilónia dissoluta da política e do exotismo as características seculares do nosso povo. Extinta a vida provincial, mortos no urbanismo crescente os longos serões à lareira, o património lírico do tronco luso depressa se apagaria nos moldes uniformizadores duma odiosa compressão centralista, se ao génio esquecido dos Antepassados não acudisse a dedicação infatigável de meia dúzia de obreiros, no seu momento os únicos que puderam fixar as razões eternas da existência de Portugal.

Digitized by Google

Garrett assinalara no *Romanceiro* a necessidade duma larga acção governativa baseada nas preferências tradicionais da nacionalidade. O seu desejo mais ardente era o de incorporar o Constitucionalismo nessa ordem natural das coisas, de cujo respeito inviolável viria, sem dúvida, a estabilização do regimen. Miragem apaixonada de romântico, Garrett lutaria desassombradamente debaixo da sua sedução generosa, — e lutaria com a crença de que os seus discursos e os seus livros brilham belamente cheios. Tais são os fundamentos do seu municipalismo, que é também o de Herculano. Não são outros os remorsos da sua consciência, ao confessar mais tarde, de pés para a sepultura, o arrependimento que lhe pesava na alma por haver colaborado nas reformas insensatas da Terceira.

No seu regresso às velhas instituições concelhias e à hereditariedade emotiva da raça, o nosso Romantismo, através da figura de Garrett e de Herculano, não é, de modo nenhum, a desorganização do sentimento, que, — na frase incisiva de Pierre Lasserre —, classifica e define o romantismo francês. Debruçado na doçura ingénua dos *Cancioneiros* e com expressão literária em novelas como a de Bernardim, Portugal não deve às normas clássicas o prestígio e o vigor que no século XVII levaram a França à universalidade gloriosa do seu espírito. O Classicismo para nós, desde que excedeu a sua obra de disciplina intelectual, para se transmudar

Digitized by Google

em canon de inspiração literária, resultou manifestamente nos decalques parados dos vates da Arcadia, com a *Dissertação Terceira*, de Correia Garção, «*sôbre ser o principal preceito para formar um bom poeta procurar e seguir sómente a imitação dos melhores autores da antiguidade*». «Os Gregos e os Latinos, que dia e noite não devemos largar das mãos, êstes soberbos originais, são a única fonte de que manão boas odes, boas tragédias, e excelentes epopeias». Assim se exprimia Corrêa Garção, traçando aos seus companheiros no Epitalámio e na Écloga as rotas seguras duma entrada certa no Pindo. É a contradição de quanto, realmente, traduz a fôrça magnífica da poesia nacional através os sete séculos e meio da nossa jornada de povo.

Garrett abrangeu, por isso, a questão com uma alta clarividência crítica, ao esboçar em ligeiras notas a sua teoria literária. Nas lições da velha Brigida estava o segrêdo do remoçamento imperioso da literatura portuguesa. Eis porque o poeta exclamava no canto III do *D. Branca:*

«Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
Mythologia nacional e própria
Tome em fim o logar que lhe usurparam
Na lusitana antiga poesia,
De sûas vivas feições, de sua ingénua,
Natural formosura despojada
Por gregos deuses, por espectros druidicos,
E com postiças, emprestadas galas
Arreada sem primor, rica sem arte.

Digitized by Google

Apelando para os desprezados tesoiros do *Romanceiro*, Garrett empenhava-se por tornar a moda romântica num movimento renovador da nossa esquecida autoctonia lírica. Não desaparecera por completo êsse lirismo, apesar da secura formalista do modêlo clássico. Verificâmo-lo em toda a sua plenitude no caso típico de Rodrigues Lobo. Mandara nêle a sugestão épica da Renascença e déra-nos o *Condestabre*. É um frouxíssimo arrastar de rimas, com relâmpagos de vez em quando, em que o poeta se desnatura e asfixia nas peias convencionalistas do poema. Mas oiçamos o apaixonado, — o contemplativo. E logo nos surge o rouxinol de Bernardim, a tortura de Crisfal, os adeuses de João Rodrigues Castelo Branco partindo-se, — as queixas doloridas da «*gran coyta do corazon*».

Mais próximos das raízes sentimentais do passado, os nossos poetas de Quinhentos temperaram ainda com as suas virtudes o classicismo inerte que nos viera de fora. Sá de Miranda vibra nas mágoas agoirentas da terra ao abandono. António Ferreira, embora chame a D. Diníz «das nossas musas rústicas amparo», aquece na *Castro* a impassibilidade helénica da Tragédia com o espantoso e enternecido *Côro das moças de Coimbra*, — não falando, claro, no *elemento humano* que na paixão do Infante agita todo o traçado arquitectónico da fábula. Quanto a Camões, nos seus sonetos a revoada lírica imprime-lhe aquela sobe-

Digitized by Google

rania incomparável que levou Elisabeth Barrett Browning a intitular um dos seus livros, — *Sonnets from the portuguese*. E se há fogo nas suas estrofes, — lume divino, flama imortal, se a sua epopeia não é a epopeia morta do Tasso, nem das criações secundárias dos Seiscentistas, é porque não lhe falta igualmente o *elemento humano*. Êsse elemento é a acção histórica dos portugueses, de que o poeta participou e que na ardência do seu entusiasmo o induzia sinceramente a afirmar:

> « Ouvi; que não vereis com vãs façanhas,
> Fantásticas, fingidas, mentirosas,
> Louvar os vossos, como nas estranhas
> Musas, de engrandecer-se desejosas:
> As verdadeiras vossas são tamanhas,
> Que excedem as sonhadas, fabulosas;
> Que excedem Rodamonte, e o vão Rugeiro
> Orlando, ainda que fôra verdadeiro ».

Interpretando, pois, o Romantismo no sentido nacional em que o tomava e defendia, Garrett ia direito às nascentes profundas da nossa sensibilidade. Nunca Portugal, pelas condições remotas da sua formação, se poderia fechar nos limites apertados do ideal clássico. O ideal clássico é, em relação à França, a regra coordenadora do seu intelectualismo estrutural. Criação política duma dinastia, a França não é, como nós somos, — um factor de natural elaboração. O Oceano, comandando vários agentes como, por exemplo, a

Digitized by Google

distribuição dos ventos e das chuvas, produziu na vertente ocidental da Península o meio próprio em que Portugal se emmoldurou e desenvolveu depois. A política dos Capetos, exercida hábilmente pelas alianças e pelas anexações, originou a França por um processo bem diferente. A Renascença corresponde, desta maneira, às necessidades unificadoras duma pátria recente, a quem escasseavam as qualidades do plasma primitivo. A feição racionalista e simétrica da inteligência francesa, tornando a sua poesia, ordináriamente, *analítica* e *formal,* achou na clareza generalizadora do Classicismo a norma segura da sua expansão e do seu florescimento. Ao contrário, em Portugal, na condição lírica do nosso ethos, é que reside um dos mais velhos títulos da sua independência. A tese do sábio arabista espanhol D. Julián Ribera y Tarragó sôbre o cancioneiro de Abencuzman faz-nos supôr que na poesia popular do noroeste da Península se filia, inclusivamente, a genealogia do Provençalismo. O assunto é para debate largo. Enunciando-o apenas, êle ajuda-nos a considerar o Romantismo como sendo entre nós uma volta à sentimentalidade perdida da Grey. Palpitando-o com a sua excepcional agudeza, Garrett é bem o precursor da corrente que mais tarde Alberto de Oliveira baptizaria de *neo-garrettismo*. A desordem do sentimento e da imaginação que o romantismo francês significa só se introduz em Portugal com a baixa poesia ultra-romântica, para expirar de

Digitized by Google

hipertrofismo na gordura verbalista da *Velhice do Padre Eterno* e da *Morte de D. João.*

Ora o *neo-garrettismo,* desde que pretendesse refazer ampla e dedicadamente a consciência da nacionalidade, carecia de sair do estrito terreno estético em que nas *Palavras loucas* fôra colocado. Punha-se mais alto o problema da Pátria Portuguesa! Punha-se nas suas instituições, punha-se no reconhecimento daqueles princípios, de cujo respeito a sua integridade e prestígio dependiam. Ainda aí não podiamos repelir a herança de Garrett. A poesia nativa do *Romanceiro* aproximara-o da nossa Idade-Média. Esse medievalismo ser-nos-ía salvador. Por êle se nos manifestava o «meio-vital» da nacionalidade, com a sua experiência bem vincada ao longo da nossa história. Mas o estrangeirismo prevaleceu. Prevaleceu a política apriorística de Mousinho da Silveira, marchando na esteira do centralismo despótico do Estado napoleónico. Na fúria reformadora, nada se respeitou! A abstracção governativa impôs-se a Portugal de cima para baixo, com a indiferença sêca dum conquistador. Desnacionalizada a política, desnacionalizou-se o país. Ao Terreiro do Paço, na sua sanha destruidora, ajuntava-se agora o mal do século com o seu criticismo agudo, exercendo-se desaforadamente sôbre os direitos sagrados de Portugal à sua autonomia. Negaram-nos tudo, — até a individualidade!

Entretanto, no eclípse que pesava sôbre nós,

Digitized by Google

uma meia dúzia de obreiros iluminados se destacou, de alvião em punho, para salvar da casa em ruinas o tesoiro escondido na pedra da lareira. São os arqueólogos, são os folc-loristas. Vasculhando na poeira das civilizações defuntas, Martins Sarmento e Estácio da Veiga ligarão a génese da pátria a um *ocidentalismo* cada vez mais provado, donde nos sái, no seu sentido histórico, a árvore-de-geração de Portugal. Segue-se-lhe Santos Rocha. E atrás de Santos Rocha, vem a *Portugália*, — verdadeiro pergaminho da nossa nobreza de povo. Lembro o ardor de Rocha Peixoto, curvo-me à desilusão de Ricardo Severo! Depois da Citania, — necropole minhota à que é preciso subir, para se rezar ao sol de Deus a oração da Raça! —, desenterram-se os castros do Norte, — encadeia-se a sua sociabilidade rude com os esplendores longínquos de Tirynto e de Mycenas. Se Herculano escrevera quási definitivamente a história do nosso municipalismo, o prefácio da nossa história escreviam-no esses pacientes e inspirados trabalhadores.

Por anos bastos de incompreensão e sorrisos desdenhosos, dos arraiais tumultuando à hirta nomenclatura scientífica, da excavação ao ar-livre à monografia circunstanciada e sóbria, a consciência colectiva nêles encontrou os seus únicos portadores. Enquanto uma folia macabra nos desgovernava de todo, Portugal viveu para as razões eternas do seu ser, graças a um grupo de homens

Digitized by Google

de bôa vontade, sem os quais não existiria já hoje nenhum vestígio de vida regional, nem a reviviscência da alma colectiva se tornaria possível. Destacarei, a par dos arqueólogos, dois folc-loristas, em quem se não apagou nunca o amor da sua pequenina pátria local. É um, Manuel Vieira Natividade, o outro, António Tomás Pires. Preparadores ignorados do nosso ressurgimento, perturbou-os aqui e além a influência, ou do pseudo-eruditismo dum Teófilo Braga, ou da incapacidade construtiva dum Leite de Vasconcelos. Mas nos materiais acumulados por ambos agita-se em estremecimentos de milagre o barro que há-de cimentar ámanhã, nos cavoucos antigos da nação, os alicerces dum novo Portugal.

Comovidamente o confesso aqui, ao recordar-me de António Tomás Pires, morto num ascender calcinado de agósto, — faz agora exactamente cinco anos. Entre os meus vinte leitores, talvez que nem seis lhe saibam o nome de cór. Todavia, à base do nacionalismo que apaixona hoje os moços de Portugal, António Tomás Pires é dos que mais merecem do nosso reconhecimento. Nada lhe escapou, — do adagiário oral às superstições obsoletas, da faceira musa popular aos serões austeros do bom-saber. Os seus *Cantos populares portugueses* abrangem dez mil cantigas, recolhidas pacientemente, numa faina paciente de beneditino. Nascido à sombra da Sé de Elvas, — como êle tanto gostava de dizer! —, não há pedra na denteada cidade fron-

Digitized by Google

teiriça, de que êle não resolvesse o enigma ou não penetrasse o mistério.

Á claridade da sua candeia, da letra extinta dos códices acordaram os de antigamente, — mesteirais elevando um aqueduto, gente de guerra sofrendo assédios ásperos, com pão de bagaço por alimento e a peste por companhia. Do seu sacrifício obscuro fala o meu testemunho na sinceridade funda com que sempre o admirei. Mais duma dúvida grave da nossa história António Tomás Pires a solucionou. Á sua investigação se devem documentos positivos fixando o quadro cronológico em que a vida de João Lobeira se engasta. A debatida questão do *Amadis de Gaula* recebeu assim de António Tomás Pires um subsídio importante e talvez decisivo.

A herança de Garrett, antes de transitar para as definições precisas duma doutrina, ciosamente a guardaram e zelaram, pois, como seus administradores, os arqueólogos e folc-loristas da nossa terra! Quem se recordar do *félibrige,* reconhecerá a importância que teve no ressurgimento tradicionalista da França. Também na Alemanha a poesia se renovou, mergulhando nas nascentes ancestrais e tirando de lá, com Herder, os fundamentos dum nacionalismo resgatador. Não é outro o caminho que é necessário retomar entre nós, tanto social como intelectualmente. As nobres tentativas de Afonso Lopes Vieira dizem-nos a riqueza dessa lição abandonada.

Digitized by Google

Nosso mestre e nosso precursor, Garrett ordena-nos que cumpramos o seu testamento. Cumpri-lo é restituir-nos à posse de nós mesmos. E eu não sei, com franqueza, meus senhores, de destino mais belo e mais dominador para quem escute a voz do seu sangue e sinta Portugal pulsar-lhe nas veias!

Digitized by Google

Digitized by Google

O problema da vinculação

Não basta reconhecer que a célula fundamental da sociedade é a família, — e não o indivíduo. Para que a família prospere e exerça com prestígio as suas funções salutares, é preciso assegurar-lhe com a indissolubilidade devida a necessária fixidez. Se em Portugal a lei anti-social do divórcio acabou de desorganizar a família, ela já estava há muito condenada ao enfraquecimento e à ruina, desde que o velho sistema vincular cedeu de todo em todo ao regimen da partilha forçada na herança, introduzido nas nossas instituições jurídicas pela influência nefasta do Código de Napoleão.

Não se compreende família estável, — família duradoira, sem a correspondente base económica, embora o não pense assim o individualismo excessivo da nossa legislação, que, a partir de 34, raramente é digna de registo, debaixo de qualquer ponto de vista construtivo. Acumularam-se destroços sôbre destroços num país em que o delírio

Digitized by Google

reformista atingiu o máximo da sua intensidade, dado o entusiasmo romântico daqueles que um dia se meteram a «regenerar-nos» em nome dos Imortais-Princípios. Nessa disposição de espírito, os Vínculos viram-se abolidos por uma política de idéas abstractas, mais com razões de sentimento do que com razões de inteligência. Ainda agora é o sentimento que os ennegrece e repele, considerando nêles uma violação dos sagrados direitos do indivíduo. Olham-se como um privilégio odioso, — e não como um instituto de previdência e protecção. Manifesta-se evidentemente aqui uma ignorância global de quais sejam as vantagens sociais e morais do património vinculado numa hora em que a própria França republicana tende a restaurá-lo com o seu «*bien de famille insaisissable*», estabelecido também pelo recente *Código Civil Brasileiro*, art. 70.º-73.º

Afinal, a defesa dos Vínculos, pondo de parte os aspectos teóricos da questão, pode hoje muito bem fazer-se em nome da experiência, comparando não só os resultados que a Alemanha e a América do Norte teem tirado dos *höferollen* e do *homestead*, mas cotejando, sobretudo, a fragilidade dos lares contemporâneos com a resistência assombrosa das famílias antigas.

As famílias antigas resistiam, — e resistiam agarradas à terra, num consórcio admirável com a propriedade, que as fortificara e engrandecera. Isso importava consigo a ausência de certos males que

Digitized by Google

a sociedade moderna padece. O absenteismo não depauperava então a vida dos campos e as populações rurais, enraizadas no solo, não tomavam, como agora, o caminho dos centros urbanos, engrossando a hoste cada vez mais numerosa dos deserdados e dos descontentes. O exodo para as cidades é hoje assustador, como assustador é o predomínio abusivo das grandes Tentaculares, — na imagem inolvidável de Verhaeren —, que sorvem tudo às províncias paralíticas, — braços, dinheiro, actividades e representação. Por outro lado, a família não consegue ultrapassar, intacta e forte, mais que duas ou três gerações. Contribui estruturalmente para essa deficiência orgânica a partilha igual dos bens em matéria de sucessão, que os nossos civilistas copiaram servilmente do modêlo francês.

Assentando exclusivamente no reconhecimento das necessidades públicas, o *Integralismo Lusitano* insere a ressurreição dos Vínculos no seu plano de restauração nacional. É até essa a parte que mais se lhe impugna na sua acção doutrinária. O *Integralismo Lusitano* limita-se, todavia, a incorporar numa obra de conjunto os trabalhos anteriores de Oliveira Martins, de Elvino de Brito e do doutor Moreira Júnior. O localismo interessa-nos como condição basilar do revigoramento das pequenas autonomias municipais. As pequenas autonomias municipais não se verão, porém, robustecidas, sem que as famílias, de que são compostas, se sintam presas à terra por todas as raízes da sua

Digitized by Google

personalidade. O sistema vincular surge-nos, pois, como o único meio de lhes assegurar a estabilidade, já renovando a enfiteuse a favor das classes não possuidoras, já dando às abastanças consolidadas uma outra consistência, que, sem a imobilização duma sua quota-parte, nunca poderão atingir.

O exemplo que a natureza fortemente localista da vida pública na Inglaterra nos oferece a êsse respeito, constitui para nós um poderoso motivo para proseguirmos com tenacidade na nossa campanha a favor dos Vínculos. A Itália e a Áustria recolhem os mesmos benefícios do sistema fideicomissório que as suas leis estabelecem em relação à transmissão da propriedade. Receia-se em Portugal, por amor da Igualdade, que os Vínculos tragam uma regressão a tempos de imaginária e novelesca dureza. O Vínculo, para a quási unanimidade das opiniões, é sempre um monopólio detestável. Puro engano! Quando outra coisa não seja, é seguramente uma «reserva económica», que garante dos revezes da sorte um dos ramos da família. Inicialmente, não se imobilizava mais que a terça dos bens, que era dantes o quinhão livre para quem tivesse herdeiros obrigatórios. Hoje, pelas disposições legislativas da República, vai-se mais longe, — vai-se até metade da fortuna, com a diferença de que essa faculdade legal se volta, na maioria dos casos, contra os interesses familiares, enquanto no Vínculo, como instituição de previdência, só a família tinha que aproveitar.

Digitized by Google

Eu sei que é um problema complexíssimo êste da vinculação. Não se trata de despertar um organismo morto, já sem condições de viabilidade na época presente. Trata-se de o adaptar e reformar em harmonia com as exigências da actualidade. O *Integralismo Lusitano* põe no estudo dum assunto tão delicado o melhor da sua atenção. A prova têmo-la na admirável «Memória», lida à *Associação dos Advogados* pelo nosso ilustre camarada Dr. Adriano Xavier Cordeiro. Aí se encara a questão com superiores qualidades de observação e de competência. Jurista pela linha predominante do seu espírito, a inteligência de Adriano Xavier Cordeiro documenta-se notàvelmente por brilhantes aptidões literárias e por uma sadia cultura histórica.

Quero eu analizar e resumir as partes fundamentais do trabalho de Adriano Xavier Cordeiro, — trabalho que honra a mentalidade portuguesa pela insurreição que êle representa no campo do Direito contra os falsos dogmas do 89. A «Memória» de Xavier Cordeiro marca um acontecimento na renovação tradicionalista do nosso país. «A hora das grandes almas é aquela em que tudo parece perdido», — diz algures o almirante Mahan. Adriano Xavier Cordeiro é uma dessas grandes almas que, no momento cerrado da dúvida, sabem crêr, — e crêr intemeratamente, como ninguém. Se tôdos lhe seguissem o exemplo, Portugal não teria conhecido as vergonhas sem nome duma expiação

Digitized by Google

colectiva que está bem longe ainda de lhe ser redentora!

* * *

Destaca-se o trabalho de Xavier Cordeiro pelo seu rigoroso método histórico, que em sciências sociais e políticas é o único método experimental possível. Estuda nêle Adriano Xavier Cordeiro a génese e o desenvolvimento das instituições vinculares, debatendo as várias teorias que as pretendem filiar, segundo uns, — e Oliveira Martins com preferência, — nos chamados *bens de avoenga*, ou no direito feudal, conforme a opinião do ilustre historiador Gama Barros.

Não cabe aqui o exame da questão, que mais interessa aos eruditos do que propriamente àqueles que procuram fundamentar sómente as razões imediatas das suas convicções contra-revolucionárias. O que importa em primeiro logar é salientar o carácter actual e todo prático que preside em nós à idéa da restauração dos Vínculos.

Desde já se declara que, a tornarem-se exequíveis um dia, ninguém pensa em lhes atribuir natureza obrigatória. Não passarão nunca duma faculdade reconhecida por lei, excepto nos poucos casos em que a constituição de morgado andar inerente ao recebimento de qualquer mercê nobiliárquica. A parte melindrosa do problema não consiste, pois, em ressuscitar a instituição. A dificuldade consiste em a ageitar às exigências eco-

Digitized by Google

nómicas do momento presente. Adriano Xavier Cordeiro vai ao encontro da dificuldade e trespassa-a com a clara limpidez da sua visão jurídica. Para a inteligência de Xavier Cordeiro, conformada no convívio dos textos legais, mas esclarecida, — já o assinalei —, por um notável espírito histórico, o Direito não é uma concepção abstracta, pairando nos domínios transcendentes do conceito puro. Ao contrário dos algebrismos hirtos e dogmáticos, em que a mentalidade do jurisconsulto se esteriliza por via de regra, para Adriano Xavier Cordeiro o Direito é sempre a expressão viva, como que o elemento dinâmico, das relações sociais. Não se apresenta como um princípio intelectual, em que a sociedade se racionaliza por fórmulas espectralizadas, sem a maleabilidade necessária para acompanhar e definir os vários fenómenos em que ela se movimenta e manifesta. Significa ante uma fôrça de coordenação, de índole eminentemente positiva, que equilibra a sociedade, sem nunca a deter ou aprisionar.

Porque assim o entende e julga, Xavier Cordeiro não se submete à soberania metafísica do direito saído da Revolução. O seu tradicionalismo político liberta-o da «superstição do direito existente», e condu-lo a uma compreensão orgânica, e nunca idealista, da sociedade. Dêste modo, Xavier Cordeiro reconhece que às instituições não se *decretam*, nem se *substituem*. Mas adaptam-se e reformam-se. A base de toda a legislação liberalista e revolucionária é o indivíduo. Porque os Vínculos,

Digitized by Google

em relação ao indivíduo, no seu ponto de vista pessoal, não tem outra significação do que a de uma sobrevivência iniqua do passado, os Vínculos são abolidos e desacreditados ainda por cima! Xavier Cordeiro, em nome dum realismo social contra um subjectivismo jurídico, empreende a reabilitação do sistema vincular e [illegible] quem o leu, ou o ouviu, dirá por mim a galhardia e [illegible] a convicção corajosa com que o levou a efeito!

Mas eu falava do conflito que parece existir, para as reflexões pouco habituadas a juízos profundos, entre as exigências inflexíveis da nossa época e a atmosfera confinada de museu com que se pretende revestir o nosso propósito do ressurgimento dos Vínculos. Por irónico que seja o aspecto que a objecção assuma, não ocultamos que ela é ainda assim a pior de resolver. É a pior de resolver, porque, repelindo liminarmente os apriorismos inertes dos programas políticos, o *Integralismo Lusitano*, se enuncia aspirações e constata realidades, não dispensa, por isso mesmo, o factor —*experiência* que só a acção governativa lhe poderá conferir. No entanto, com os dados concretos que noutros países lhe fornece a aplicação contemporânea de regimens similares, Xavier Cordeiro reduz a têrmos precisos a solução do problema. Numa síntese rápida estabelece as condições e os limites da vinculação naquela prudente relatividade em que se deve actualizar entre nós.

Mas nem só da vinculação propriamente dita

Digitized by Google

Xavier Cordeiro se ocupou com a sua proficiência já consagrada. Ocupou-se igualmente das formas vinculares intermédias, como são o *emprazamento* e o *casal de família*. Não varia para êles a interpretação do problema. Xavier Cordeiro resolve-o com uma alta penetração crítica, inutilizando, embora com bastante piedade, a bagagem sentimental de que se costumam socorrer os fracos contraditores da nossa defesa dos Vínculos.

Vem a propósito notar aqui que nós somos francamente contra a *liberdade de testar*. Sabemos que a *Action-Française* a conserva como a maneira mais eficaz e mais directa de se refazerem os velhos patrimónios familiares. Em França será talvez assim. Quanto a Portugal, é preciso não esquecermos que a *liberdade de testar* não se acha incluida na nossa herança consuetudinária. O comunitarismo social do nosso povo exclui por completo essa característica individualista, só própria dos povos anglo-germânicos. Introduzida entre nós, além de ser um exotismo a mais, depressa se volveria num motivo, não de recomposição, mas de absoluta ruina para os lares.

A cada instituição corresponde naturalmente o seu espírito, — a sua moral. A *liberdade de testar* é-nos estrangeira por origem e por temperamento. Dada a condição afectiva e sugestionável da nossa psicologia, já se vê a que funestas conseqüências a *liberdade de testar* não nos arrastava. Não contemos apenas com as virtudes sociais da Grey!

Digitized by Google

É imperioso, para que subsistam e se desenvolvam, instruir-nos com o exacto conhecimento dos nossos defeitos.

De resto, que mais acrescentar sôbre a esplêndida «Memória» de Xavier Cordeiro? Por pequena que seja a acção integralista, Xavier Cordeiro dá no seu trabalho a ideia justa do muito que amamos o nosso país e como, nesta hora de carnaval trágico, a flama da esperança nem um só instante deixou de arder no nosso coração. Ninguém é obrigado a vencer. Se com tanta fé e com tanto fervor nós não vencermos, ai dos outros, que não terão vencido também!

Mas mesmo no mais inconcebível dos desenlaces, mesmo numa subversão total do que é hoje para nós a existência querida da Pátria, nem mesmo assim o nosso esfôrço ficaria perdido! Nós seremos sempre a promessa dum futuro irredentismo e um dia há de chegar em que não se distinguirá mais entre as razões do nosso tradicionalismo e as razões da nacionalidade no seu direito a viver. Para êsse dia caminhamos. E para que em tudo nos pertença a glória de o havermos preparado, guardemos connosco a exortação final de Adriano Xavier Cordeiro. «A Terra de Portugal é o sagrado património de avoenga da Família Portuguesa: — conservêmo-lo, inalienável, intangível e eterno, se quisermos que eterna seja também a nossa Pátria».

Digitized by Google

A tomada da Bastilha

A Revolução-Francesa, rompendo com a formação secular da sociedade, procurou substitui-la por uma construção ideológica, tirada toda dos falsos subjectivismos de Jean-Jacques Rousseau. Jean-Jacques Rousseau, por seu turno, suisso de nascimento, calvinista de origem, representa o triunfo do criticismo protestante sôbre o nosso claro entendimento de católicos e de romanos. O que o *livre-exame* é como fonte permanente de interpretação caprichosa e anárquica no domínio das coisas religiosas, assim foi no campo das relações políticas e morais o vento tumultuário da Revolução.

Por longos tempos a pretenderam deificar, como um acontecimento decisivo para o progresso e felicidade das gerações futuras. Esqueceram-se por instantes as palavras fortes, — as verdades duras dum Joseph de Maistre, dum Bonald, dum

Digitized by Google

Rivarol. Não estavam elas de acôrdo com um século, que enfaticamente se chamou das «luzes». Mas porque se harmonizavam com as luzes de todos os séculos, no seu convívio e no sabor másculo da sua acentuação encontram agora repouso as inquietações intelectuais daqueles em quem se não perdeu ainda o sentido superior da civilização a que pertencem.

Costuma celebrar-se o início da Revolução com a festa nacional da tomada da Bastilha. A Bastilha é considerada pelo sentimentalismo retórico dos historiadores românticos como o baluarte duma tirania que, afinal, não existiu nunca, a não ser na sua imaginação excitada. Para os que não se possam dar a longas meditações sôbre a Revolução-Francesa, pensando vagarosamente os estudos formidáveis de Taine que julgaram a questão duma maneira irremovível, a leitura de qualquer trabalho mais ligeiro e mais de síntese, — ou *La Révolution*, de Louis Madelin, ou *La Révolution Française et la psychologie des révolutions*, de Gustave Le Bon, lhes dará os elementos seguros duma apreciação crítica indispensável como base para a acquisição de toda a cultura contra-revolucionária, que deseje ser sensata e sólida. É, assim, uma lenda miserável a declamada miséria do povo às vésperas da Revolução. O reinado de Luís XVI, tanto debaixo do ponto de vista financeiro, como debaixo do ponto de vista militar e diplomático, significa até um notável esfôrço em favor da

Digitized by Google

prosperidade e do engrandecimento da França. Havia, é certo, grandes abusos de administração. Para a abolição dêsses abusos se caminhava, porém, sendo o concurso do rei um dos mais empenhados nas reformas necessárias ao bem-estar do seu país.

A reunião dos Estados-Gerais em 1789 marcou mesmo uma notável revivescência de espírito patriótico e realista. De como dum acontecimento que se apresentava tão prometedor para a vida da nação derivou a epilépsia tremenda da Convenção e do Terror, — eis um segrêdo já hoje meio desvendado pela influência, cada vez mais patenteada, das associações secretas no desenrolar de Revolução.

Ás ordens do estrangeiro, a Maçonaria serviu os interêsses de Inglaterra no seu plano tenebroso de anular a supremacia política da França, decapitando-lhe infamemente o monarca e as instituições. Os arquivos teem-nos fornecido peças bastante ilucidativas. Conhecem-se documentos de Danton, por onde se prova a conivência da sua acção de agitador com o oiro que recebia do ministro britânico em Paris. Eu sei que é de indignar a confiança mística que os homens dos Imortais-Princípios merecem ainda a tantos fanáticos da grosseiríssima mentira revolucionária! Eu sei! Mas a história não nos consente mais ilusões sôbre a natureza dum movimento, que foi um recuo sensível na vida da França e de cujas conseqüências desorganizadoras resultou nas suas causas psicológicas a pavorosa catástrofe da Guerra-Europeia.

Digitized by Google

Não nos admiremos, pois, que as grandes mentalidades do século XIX condenassem em têrmos de energia vigorosa a obra da Revolução. Trata-se dum facto que impressionou Faguet. «A maioria dos pensadores do século XIX, — diz êle —, não defende a democracia. Não era outro o meu desespêro quando escrevi os meus *Politiques et moralistes du XIX siécle*. Não encontrei um só que fôsse democrata, apesar do muito que desejava encontrá-lo, para fundamentar nêle a doutrina democrática». Curioso é que, para robustecer o conceito de Faguet, iremos pedir a Proudhon, — ao insuspeitíssimo Proudhon! —, um julgamento tão desapaixonado como justiceiro da Revolução. «Toda a aberração da consciência pública traz com ela o seu castigo. A voga de Rousseau custou à França mais oiro, mais sangue e mais vergonhas, que o reinado detestável das três famosas cortezãs, Cotillon I, Cotillon II e Cotillon III (Chateauroux, Pompadour e Dubarry) lhe não tinha custado. A nossa pátria, que nunca sofreu tanto da influência do estrangeiro, deve a Rousseau as lutas sangrentas e as decepções do 93».

Proudhon, ao pronunciar tais palavras, sentia bem o carácter burguês da Revolução-Francesa. Pensando nisso talvez, Taine definiu-a como «*une petite feodalité de brigands superposée á la France conquise*». As revoluções são sempre assim: — «*une petite feodalité de brigands*». E por mais que se revistam de aparentes reivindicações sociais

Digitized by Google

ou nacionais, não redundam senão em benefício duma casta de aventureiros, cubiçosos de se enriquecerem e de mandarem. As declamações das misérias do povo e as concomitantes investidas salivosas contra a opressão dos poderes tradicionais, são o caminho sabido por onde a sua astúcia sem escrúpulos envereda resolutamente e com êxito. A história da Revolução-Francesa constitui um exemplo vivo a semelhante respeito. Não só as desgraças tão lacrimejadas das populações rurais não passaram dum embuste já hoje sem consistência, como o increpado despotismo do Rei se reduzia apenas a um tropo inflamado na garganta sempre acesa dos arengadores. Se êsse despotismo existisse, não teriam êles tido tanta facilidade em consumar a sua faina destruidora! Com razão pondera o reflectido Le Play: — « Perverteu-se o senso intelectual e moral do nosso país, fazendo-lhe crêr que a liberdade data entre nós de 1789. Quanto mais eu observo e estudo, mais verifico que semelhante data indica até uma diminuição gradual da liberdade».

Assim é, com efeito. A organização da sociedade antiga, firmando-se nas franquias e nas liberdades das vilas e das classes, tirava da própria natureza das coisas aquilo que o mesmo Le Play chamava a «constituição essencial» dos povos. O regimen das Comunas e das Corporações assegurava a justa distribuição da propriedade e do trabalho. Ninguém ignora que o proletário

Digitized by Google

moderno é filho do individualismo económico, inaugurado pela Revolução-Francesa. Então se gerou a burocracia e a centralização, que nos tornaram, não fôrças produtoras e autónomas, unificadas para o interêsse comum mediante a coordenação do Estado, mas numa poeirada solta de iniciativas sem coesão, sujeitas à mais apertada e à mais irresponsável de todas as administrações. Mas a Revolução-Francesa, se alterou dum modo geral e grave a ordem natural porque a sociedade se regia, em todo o caso, o que mais agravou foi a condição das camadas pobres. Dantes não só a propriedade constituia uma função social e económica respeitada, como havia também a propriedade colectiva para os desprovidos da fortuna. Era o que sucedia para com a Produção no sistema corporativo das jurandas e dos misteres. Obcecada pela idéa abstracta do homem anti-social, ou *an-histórico* — na frase de Georges Sorel, tudo a Revolução aboliu, proclamando uma teórica soberania popular que, na realidade, não se traduziu senão num flagelo de opressões e vexames constantes. É ao que se reduz a auréola já em crepúsculo dos Imortais-Princípios!

A impugnação mais inexorável da ideologia igualitária da Revolução está até na ofensiva crescente do Sindicalismo. O Sindicalismo, apesar dos exageros que lhe acidentam ainda a jornada, não é mais de que um regresso orgânico às antigas formas corporativas do Trabalho. A incompati-

Digitized by Google

bilidade do Sindicalismo com a Democracia afirmou-se já. E em França, para os mais cultos de entre as hostes sindicalistas, a necessidade do Rei resulta evidente como uma energia centrípeta que permita e garanta a coexistência e liberdade das várias comunidades produtoras. Não é outra a lição que os acontecimentos contemporâneos nos oferecem. Eis porque, falida no campo do pensamento humano pela dupla correcção da experiência e da crítica, a Revolução se vê constrangida a suicidar-se estrondosamente, pelo abandono em que a deixam as massas populares, cansadas enfim de tanto ludíbrio e de tanta mistificação!

E faz-se, depois disto, do aniversário da tomada da Bastilha uma festa nacional! Sabem, afinal, os senhores o que era a Bastilha, tão odiada pelos demagogos e por êles apontada com tantos frenesins de oratória às imprecações da populaça? Era unicamente a prisão da nobreza. E, símbolo increpado do arbítrio e da tirania, só acharam lá dentro sete prisioneiros, — quatro dos quais acusados de falsários. Não se precisa de nada mais para que o processo da Revolução se conclua e fique definitivamente encerrado!

Digitized by Google

Digitized by Google

O "oitavo-sacramento"

Á Realeza legítima em França chamou-lhe Renan «oitavo-sacramento». Nascida da íntima formação christã da Europa medieval, como exemplo que era duma verdadeira monarquia, o poder advinha-lhe, com efeito, duma espécie de ordenação religiosa, que, enquanto o dilimitava com sérias responsabilidades morais, lhe conferia sôbre todos os homens os atributos sagrados duma como que segunda paternidade. Não lhe faltavam para isso na cerimónia tradicionalíssima de Reims, nem a assistência eclesiástica, nem a imposição simbólica dos Santos-Óleos. Daí o ser como que um outro sacramento da Igreja, que na sua obra formidável de reorganizar a sociedade de entre os escombros do Império Romano pulverizado, da Família tirou a Propriedade e da Propriedade a fôrça coordenadora da Soberania.

A Soberania originou-se assim na própria natureza da comunidade familiar, aplicando ao Estado,

Digitized by Google

nas suas funções de justiça e de protecção, a mesma ordem de factos que determinava a acção do pai no pequeno mundo das relações domésticas. Não é para aqui o exame da génese e desenvolvimento da Realeza como filha primogénita do Christianismo, por cujo influxo a civilização se recuperara lentamente da longa anarquia bárbara. Basta assinalar o seu carácter paternal, que só se perverteu depois que o advento do Direito-Romano abriu as portas a essa formidável revolução, de que, na frase enérgica de alguém, a Revolução-Francesa não foi mais que um episódio.

Reconhecendo à Realeza do seu país as virtudes dum oitavo-sacramento, Renan achara a definição exacta do espírito místico que sempre iluminou nas mais difíceis conjunturas a existência dos grandes monarcas.

Os Reis, para serem, realmente, os chefes dos seus povos, precisam de acreditar no seu direito, que é para êles o mais espinhoso de todos os encargos humanos. Desde que o filantropismo revolucionário os invade no disfarce das apelidadas «*idéas modernas*», êles perdem, com a dignidade da sua missão, a confiança na finalidade para que o destino os coloca ao leme da nau do Estado. O poder não se lhes comunica apenas pela sua posição individual, nem por benefício da fortuna, nem por património do sangue. Vem-lhes de mais alto e de mais atrás. Ou de Deus, para quem, indo à fonte das coisas, só em Deus haja de estabelecer

Digitized by Google

a base fundamental da Autoridade. Ou então do sufrágio secular da história, realizando, por intermédio das gerações, o pacto secular duma nacionalidade com a sua dinastia. Os Reis, quando o sejam em magnitude e em consciência, são mais de que ninguém os «servidores» do seu povo. Como «*pastor não mercenário*» nomearam em Quatrocentos os representantes dos nossos concelhos a D. Afonso V. «*Procurador dos descaminhos do Reyno*» a si mesmo se intitulou el-rei D. João IV. E em mais duma passagem da vida dos nossos primeiros monarcas nós encontramos sempre presente a convicção de que a Realeza não é um privilégio, — não é o exercício arbitrário dum comando, mas antes uma magistratura, uma como que obrigação social.

É conhecida a disposição de D. Afonso II nas côrtes de Coimbra de 1211 sôbre sentenças de morte. Reza ela: — «*Por que a sanha sobe a embargar o coraçom que nom pode ver dereytamente as cousas, por ende estabelecemos, que se por ventuyra no movimento de nosso coraçom a alguem julgarmos morte, ou que lhe cortem algum membro, tal sentença seja perlongada até vinte dias, e deshi adeante seerá a sentença a execuçom, se a nós em este comenos nom revogarmos*».

Como se vê, não se declamavam ainda os falaciosos messianismos da liberdade contemporânea. Mas o respeito do nosso semelhante brotava da própria conformação cristã do poder que levava

Digitized by Google

o *Regulamento da Casa da Suplicação,* entre nós, a dosignar o rei como *Vigário de Deus.*

Mais de que qualquer pedaço de papel que as ficções liberalistas convencionassem tratar de «*Constituição*», imperava, e profundamente, o que já Le Play entendia como sendo a «constituição essencial» da sociedade, — isto é, aquele conjunto de regras morais e religiosas que a Igreja depositara nos alicerces do mundo europeu, ao levantá-lo da dissolução no borborinho total das invasões germânicas. Os Reis sabiam bem que os reinos não lhes pertenciam em propriedade absoluta e que não se lhes encontravam à frente, senão para os dirigir em bondade e em direitura. Tudo se resume, afinal, com a mais vigorosa das simplicidades, nas últimas palavras de D. Fernando sôbre o leito de morte, segundo o texto de Fernão Lopes: — «*Todo esso creo como fiel christão, e creo mais que Elle* (Deus) *me deu estes Regnos pera os manteer em direito e justiça; e eu por meus pecados o fiz de tal guisa, que lhe darei delles muy mao conto: e em dizendo esto, chorava muy de voontade; rogando a Deos que lhe perdoasse*».

Á Realeza anda ligado assim um património espiritual de que não pode abdicar, sem abdicar da sua íntima razão de ser. Porque não acreditava talvez no seu direito, já imbuido do filosofismo naturalista da época, Luís XVI caíu do trono e morreu no cadafalso. A Restauração cedeu perante as barricadas de Julho, não, como se pre-

Digitized by Google

tende crer, porque a intransigência dos «ultras» a incompatibilizasse irredutívelmente com a nação, mas porque o rei legítimo, voltando a ocupar o trono de França, não era mais sôbre a França tradicional que reinava, — cercado de instituições republicanas, de pé a legislação civil de Napoleão e com regicidas, como Fouché, servindo-o, inclusivamente, nas supremas regiões do Estado. Eis onde se filia a queda de Carlos X, numa hora em que o revolucionarismo renascia das suas cinzas e quando a aclamação do conde de Chambord, criança ainda, quási dependeu únicamente dum discurso que Chateaubriand, o mais incorrigível dos românticos, não esteve para pronunciar. Com vigorosa síntese observa o publicista Coquille: — «Afirmava um realista, durante a Restauração, que Luís XVIII tinha usurpado o trono. Isso era um pouco verdade, porque o Rei, fiel aos princípios de 89, sentava-se sôbre o trono de Napoleão, e não sôbre o de Luís XVI».

Falta aos reis da actualidade o misticismo do seu ministério. A Realeza não é mais o «oitavo sacramento», de que respeitosamente nos falava Renan. *Je suis fonctionnaire lá-bas!*, — conta-se duma ironia amarga do nosso D. Carlos em Paris. Os «reis-funcionários» deixam-nos ver a fraqueza da sua envergadura na facilidade com que abdicam de prerogativas seculares e tomam, contentes, o caminho do exílio. São todos da psicologia dêsse outro que Alphonse Daudet estudou num dos seus roman-

Digitized by Google

ces mais aclamados: — empenham os brilhantes da Corôa e gritam-lhes depois de cima dos *omnibus*: — *Au complet!*, quando se esfalfam a correr-lhes atrás, para apanharem um logarzinho lá dentro. Tal o motivo porque estão em crise as realezas europeias que não se curaram ainda da sua origem revolucionária.

«*Os reis vão-se, porque já não teem fé!*» — dizia proféticamente o rei Christiano da novela célebre de Lemaitre. E na entrevista do pai com o filho, a verdadeira Realeza aprumava-se na agonia, não tendo mais a encarná-la senão o fantasma dêsse velho debruçado para o túmulo. No momento de renunciar em Hermann a corôa augustíssima da Alfania, Christiano incita-o a crêr no seu direito rial. Parece que na magestade da sua palavra resurge a rajada eloqüente de Bossuet: — «*Ó reis, governai ousadamente!*» Tocado do ideologismo filantrópico que decapita os reis e suicida os povos, Hermann repara-lhe que o seu desejo é preparar um estado social, onde seja menor o sofrimento dos homens e menos sensível a desigualdade dos direitos. «*Acreditais então*, — troveja-lhe a voz de Christiano —, *acreditais então que o sofrimento se suprime por meio de leis e de instituições? Não se suprime nem se diminúi, porque o homem, à medida que se melhora a sua condição material, encontra novas formas de sofrer. O verdadeiro fim da realeza consiste em manter uma hierarquia mandada por Deus, pela qual subsista a*

Digitized by Google

ordem, que é o primeiro bem dos povos, e se deixe cada um no seu logar, obedecendo e dedicando-se, trabalhar por si próprio, para a sua salvação eterna».

Trabalhar para a nossa salvação eterna é trabalhar para a conservação da sociedade. Neste ponto, como nos demais, a linguagem teológica corresponde à linguagem positiva. O que é o poder senão uma necessidade da sociedade em se conservar? Porque vem da própria natureza, segundo os que não crêem, êle deriva de Deus, que é o autor da natureza, segundo os que crêem. Não se defende com isto a monarquia de direito divino! A Igreja condena-a até terminantemente. O que se assevera é uma coisa diversa: — a origem divina de todo o poder. É acidental a pessoa que o exerce; mas, exercendo-o, sabe que o não exerce como sua pertença.

Não são outras as limitações da Realeza cristã, que só se desviou para o Absolutismo, quando a influência do Direito-Romano a corrompeu. Dizem-se constitucionais as monarquias hodiernas. Porque comportam consigo um princípio contrário à sua índole, terminam sempre numa balbúrdia inglória da rua, depois da insignificância de meia dúzia de tiros. É que o poder sobe-lhes de baixo para cima, derivado dessa heresia social e religiosa que é a concepção materialista da *soberania do povo.* São por isso a negação da verdadeira Realeza, que depõe na fé e na legitimidade do direito a inspiração segura do seu carácter providencial.

Digitized by Google

O nosso tempo, dissipando a mentira democrática, surgiu também para acabar com os Reis *á bon marché*, — no sarcasmo inexorável de Balzac. No sabat revolucionário em que a Europa estremece até aos fundamentos, ei-los que se vão, desfeitos com a sombra, como que cumprindo a predição do velho rei de Lemaitre. Não se sentem predestinados, à altura das suas responsabilidades, perante Deus e perante a história. A Realeza para êles, sendo um mandato, não é mais o «oitavo-sacramento», que enchia de admiração o testemunho insuspeito de Renan. Reinando em nome dos «Direitos-do-Homem», parecem sentados no seu trono simples usurpadores, — como lá dizia de Luís XVIII o realista da Restauração. Despedem-nos um dia, como a um feitor, de quem se não precisa mais. E êles, inclinando a cabeça, partem, obedientes, a dar-se no exílio *rendez-vous* uns aos outros. Depois, em Paris, aguarda-os do alto dos *omnibus* o indiferente *Au complet!*, quando correrem pelo passeio, segurando o chapeu e a bengala, a vêr se apanham ainda um logarzinho lá dentro.

Não nos resignamos nós, que somos moços e encaramos, serenos, a face do futuro, a essa demissão voluntária da Realeza. E olhando à nossa volta, com uma pátria a reconstruir e uma civilização a defender, daqui gritamos bem alto, como outrora os Hebreus a Samuel: — «*Queremos um chefe que marche à nossa frente e que faça a guerra connosco!*»

Digitized by Google

A cultura clássica

É um ponto êste de crítica e doutrina que nós devemos examinar com cuidadosa atenção. Olhando à formação histórica do nosso país, — formação medieval e toda ela motivada mais num facto instintivo de raça de que numa razão consciente de ordem política, o romanismo, nem como jurisprudência, nem como tipo de sociedade, pode constituir para Portugal uma disciplina pública de carácter imperioso e insubstituível. Pelo contrário, constitúi até, no desenvolvimento acidentado da nossa pátria, um forte elemento de perturbação, que precisamos de enumerar entre as causas primaciais da sua decadência. Daí o não considerarmos a Renascença como um período de vigor e de brilho para a nacionalidade portuguesa, pois tanto intelectual, como socialmente, representa a origem fundamental de quantos desvios houvemos de sofrer depois nas direcções do nosso génio colectivo.

Digitized by Google

Mas se a Renascença, e com ela o ideal greco-romano, precisa de ser contada como um factor inimigo da marcha natural da nossa história, nem por isso nós condenamos a educação clássica nos domínios da pedagogia. No definhamento do gôsto literário e na quebra assustadora das faculdades lógicas, — características universais da barbaria contemporânea, eu não sei mesmo de outro recurso que se haja de opôr com eficácia à animalização crescente das novas gerações, em quem esmorece o enlevo das boas leituras e onde alastra, como uma nodoa deprimente, a mais vergonhosa das inhabilidades no exercício da própria língua. Em Portugal hoje não se sabe redigir! Médicos terminam os seus cursos, terminam os seus cursos engenheiros. E sempre que careçam de praticar a expressão escrita, tanto em relatórios profissionais, como em trabalhos de maior fôlego, é doloroso reconhecer que claudicam indecorosamente na ignorância das mais sóbrias e mais elementares regras do estilo.

A ressurreição das *humanidades* no ensino secundário impõe-se, pois, como mais necessária que o semi-scientificismo a que se sujeita o cérebro dos rapazes, roubando-os nesse período tão decisivo da vida à aprendizagem fundamental do pensar claro e do sentir claro. O problema, que é seriíssimo, não se resolve de forma alguma senão apelando para a educação humanista. É do conhecimento de todos a crise do ensino universitário

Digitized by Google

francês, que nos livros célebres de Pierre Lasserre e de Agathon, respectivamente *La doctrine officielle de l'Université* e *L'esprit de la nouvelle Sorbonne,* ficou documentada com soberana evidência. Como um subsídio significativo para a compreensão do crepúsculo sofrido pela Latinidade, vem a propósito lembrar aqui que, no decurso dos debates suscitados pelos dois livros em referência, se provou, primeiro, que a Sorbonne se tornara um dos baluartes do germanismo moderno, enquanto a Alemanha se cura, pela aplicação larga das *humanidades,* dos vícios estruturais da sua inteligência. Provando-se em seguida que *educação clássica* e *educação democrativa* são têrmos absolutamente antagónicos e irreconciliáveis. Curioso é vêr agora como os representantes em França da sciência oficial declamam em nome da dignidade latina contra o filosofismo germânico, — êles que em toda a sua vida de primários devotados ao culto de Hegel e de Kant não foram mais que os envenenadores da já de si tão envenenada mentalidade francesa!

Com a urgência duma medida de salvação nacional, o problema da educação clássica põe-se para Portugal tão inadiávelmente quási como o do regresso do Rei. A tara principal duma democracia consiste no enfraquecimento das fôrças do raciocínio e na confusão conseqüente das idéas, ainda as mais gerais. Concorre para isso sensívelmente a influência social do Parlamentarismo, apre-

Digitized by Google

sentando como meta suprema da intelectualidade o rábula que discursa, o arengador encartado, — o verbómano, numa palavra. Assim, a rétórica é em Portugal tomada como uma manifestação de talento superior e quantas vezes, na volta do dia, a gente não ouve dizer aos da nossa roda, na botica ou no café, com admiração incontida: — «Aquilo é que é um homem! Aquilo é que fala bem!»

Psicológicamente, estão já hoje estudados os efeitos destrutivos da oratória, que gera a obscuridade mental e contribúi para o rebaixamento do nível comum da inteligência. Nos alvores do nosso Constitucionalismo, se tivemos parlamentares que intelectualmente significaram o que, por exemplo, significou Garrett, deve-se ainda à educação clássica. Na sua maioria os grandes vultos do liberalismo português fôram discípulos dos Padres do Oratório, recebendo do cultivo das *humanidades* a norma sadia de cultura que lhes deu sempre vivacidade e frescura ao espírito.

Já não acontece o mesmo com a camada que lhes sucedeu na herança. A depressão do gôsto literário e da clareza lógica acompanhou a curva rápida da nossa desorganização, até cair na República, com os seus intelectuais semi-tatuados, — pobres galerianos das coisas do pensamento, que hão-de passar à posteridade certamente, não como pessoas, mas como símbolos!

Digitized by Google

* * *

É-nos grato encontrarmos mais uma vez connôsco pela maneira como também encara o problema da educação clássica um escritor ilustre como Manuel da Silva Gaio. Acaba Manuel da Silva Gaio de publicar um estudo a todos os respeitos notabilíssimo, — *Da Poesia na educação dos gregos,* que não é senão um aspecto da obra, *Educação clássica,* em que por largos tempos, sempre dispersivamente, a sua nobilíssima actividade se empenhou. No prefácio da sua recente monografia, deixa-nos Manuel da Silva Gaio o esbôço de que seria êsse trabalho. E pelas linhas gerais com que o traceja, não hesitamos em reconhecer que era o livro de que em Portugal se carecia para levarmos à vitória uma forte campanha a favor do renascimento das *humanidades.*

Manuel da Silva Gaio coloca-se exactamente no verdadeiro ponto de vista, ao reputar a educação clássica como uma «*preparação formal do espírito*». As vantagens do Classicismo em semelhante sentido Manuel da Silva Gaio as define com aquela agudeza crítica, que na história das idéas portuguesas o ficará marcando, inconfundìvelmente, ao lado de Antero do Quental e de Moniz Barreto. Condena Manuel da Silva Gaio, em relação ao Classicismo, «*o critério imitativo* no campo da produção literária e artística», pondo em relevo «que

Digitized by Google

nunca a emoção a receber das obras clássicas, ou de qualquer outra obra de Arte, deverá ter-se realmente como estímulo de *imitação,* mas sim como estabelecendo um *ambiente de alma,* favoravel à elaboração original». É precisamente o nosso critério que folgamos de ver tão superiormente confirmado.

As virtudes da educação clássica traduzem-se na noção de universalidade que imprimem a quem as convive de perto e pelos *quadros mentais* que nos conferem. Dando sempre às exigências da nossa curiosidade intelectual uma certa economia de proporções, insuflam-nos uma tendência salutar para a síntese. «Nunca poderemos conseguir tão evidentes vantagens sem essa preparação das *humanidades,* — escreve Manuel da Silva Gaio, e vistas aqui, segundo logo ressalta, não pelo ângulo da Renascença — como um *fim* a atingir, como razão íntima do esfôrço empregado, num intuito de erudição e mesmo de consagração, por ela, de certo ideal; mas como *condição* para a maior precisão e ordem do nosso trabalho, em qualquer campo *intelectual*».

Lamentamos deveras que Manuel da Silva Gaio não nos dê a sua *Educação clássica,* que receberiamos como dum mestre, a quem sempre temos a agradecer muita adivinhação e muito caminho aberto. Da linhagem cerebral dessas figuras, a que Paul Bourget chama «compreensivas», Manuel da Silva Gaio, como filho duma época de transição, sofreu as penas honrosas de ser, sôbre os seus

Digitized by Google

contemporâneos, um *antecipado*. Como antecipado, a sua obra é fragmentária, tentando aqui, concretizando além. Mas desde o lusitanismo encantador das *Canções do Mondego* até às páginas inolvidáveis dos *Últimos crentes*, que, entre dois ou três livros escolhidos de Camilo, é para se guardar na estante ao lado da *Ilustre casa de Ramires*, quanto, e com que fidalga e desinteressada dedicação, Manuel da Silva Gaio se não esforçou para que Portugal não deixasse de ser nunca Portugal na evocação dos seus poetas e na retina dos seus artistas!

Com Alberto de Oliveira, Manuel da Silva Gaio foi o único do seu tempo que percebeu como o Simbolismo levava ao filão popular do nosso Romanceiro. Não o esqueçamos nós que, ao remar para trás, ao encontro das nossas origens literárias, é com Manuel da Silva Gaio que deparamos logo de guarda aos destinos desprezados do génio nacional! Ainda agora na cruzada pelo ressurgimento das *humanidades*, é a defesa do génio nacional que preocupa Manuel da Silva Gaio, — é o *protecionismo* da inteligência portuguesa, ameaçada de morte, que o leva a prestar ao seu país um socorro valioso, como é o da monografia, a que são dedicadas estas desmaiadas reflexões.

Talvez que ainda voltemos a detalhar as nossas opiniões sôbre a educação clássica, chamando a atenção de Manuel da Silva Gaio para a parte que no ensino moderno do Latim devem ter os

Digitized by Google

Padres da Igreja. Se o grande século francês assim o houvesse entendido, pode bem ser que o naturalismo dos poetas e sofistas pagãos não produzisse a soltura scéptica dos espíritos, em que a Revolução se entronca directamente. Porque na controvérsia tão disputada das causas da Revolução, eu voto por Taine contra Maurras! Mais que o vendaval romântico, a obsessão do figurino greco-romano inspirou os declamadores da Assembleia-Constituinte e levou ao individualismo nefasto do *Contracto-social.*

Há um humanismo devoto, que, pelo que respeita à França, Henri de Bremond acaba de reanimar brilhantemente. Refiro-me ao humanismo que descende das medidas purgatórias do concílio de Trento. A doçura de S. Francisco de Sales é um exemplo, como é um exemplo a elevação moral dum Bossuet. Nós tivemos entre nós, sôbre todos, um Padre Manuel Bernardes. Ora, se o Humanismo deu, através do lado religioso, puristas e mestres da Língua, — *clássicos,* em resumo, porque é que os Padres da Igreja não figurarão, com a devida compreensão crítica da sua época, no material pedagógico do moderno ensino das *humanidades?* Santo Agostinho é bem o depositário do classicismo antigo, que êle purifica ao lado de S. Jerónimo. Ainda há pouco Luís Bertrand se lembrou de nos proporcionar uma antologia dos seus melhores excertos. O que na questão se me apresenta de importância é o cristianizar-se tanto

Digitized by Google

quanto possível o estudo das *humanidades*, para evitar o caso freqüente de Jules Lemaitre, o qual atribuia a sua descrença à acção negativista dos velhos mestres que haviam ignorado a Christo.

Tocamos apenas na flor dum assunto que nos obrigaria a ir longe. Permita-nos Manuel da Silva Gaio que o confiemos à sua meditação e que, em nome das suas responsabilidades para com as novas gerações, lhe recordemos aqui bem alto que não dispõe do direito de nos roubar a sua prometida, mas sempre retardada, *Educação clássica*. Ela é uma pedra a mais para o alevantamento de Portugal. Portugal não lhe perdoará nunca, se cometer o delito de lesa-pátria de deixar consigo, na sua pasta, êsse trabalho de excepcional alcance, — trabalho de que o capítulo, agora publicado, é um verdadeiro acontecimento nos domínios da nossa literatura didáctica.

Digitized by Google

Digitized by Google

1820

Foi a 24 de Agosto de 1820 que a Liberdade nasceu em Portugal, — dia de S. Bartolomeu, em que anda o diabo à solta! Já lá vão quási cem anos desde que nessa madrugada distante o Porto acordou ao som de vivas subversivos que a tropa estava levantando para os lados de Santo Ovídio. É uma data funesta que nós precisamos de não esquecer, porque ela trazia no seu ventre de maldição todas as desgraças posteriores. Não há, de facto, diferença nenhuma entre as mentalidades que então presidiam ao movimento revolucionário e as que hoje lhe recolhem os últimos despojos da herança! São as mesmas inteligências primárias, mordidas dos mesmos ódios, com as mesmas fúrias de expoliação e de atropêlo. O que é necessário é vermos, quer na república que nos dizima em corpo e alma, quer na longínqua aventura do campo de Santo Ovídio, que há quási cem anos a antecipou,

Digitized by Google

o trabalho lento e afincado da Maçonaria, desenrolando, pachorrenta, a sua teia na sombra. Ontem o Liberalismo, agora a Democracia, não são senão as fachadas dum poder oculto que, no sub-solo da política, a manobra a seu belo prazer (1). Tal poder é o da Maçonaria, inimiga desde sempre de tudo quanto seja para Portugal o renascimento das suas velhas qualidades de fé e de disciplina.

Maçónica na sua origem, é um engano supôr-se que a revolução do Porto obedeceu a indignadas iras patrióticas contra a residência inglesa de Beresford e contra a demora obstinada da Côrte no Rio de Janeiro. A demora da Côrte no Rio de Janeiro, levando a uma acção de consciente imperialismo na América, como se deduz da campanha de Montevideu e como o demonstra abundantemente o notável historiador brasileiro Oliveira Lima no seu esplêndido estudo sôbre D. João VI, — a demora da Côrte no Rio de Janeiro impôs-nos à Europa, disposta a abandonar-nos à nossa sorte, sem que com isso se molestasse a nossa aliada da véspera, — a Inglaterra. Se D. João VI não pesasse de além do Atlântico com o seu vasto império colonial, nós teriamos sido miserávelmente retalhados pela Espanha e pela Grã-Bretanha nas decisões do

(1) Ver, como prova, o livro recente de Pouget de Saint-André, *Les auteurs cachés de la Révolution Française*, Paris, 1923.

Digitized by Google

congresso de Viena. Ninguém, mais do que a Inglaterra, desejava pôr côbro à assistência do Rei no Brasil, que nos estava valorizando internacionalmente. Tanto assim que à Inglaterra se deve o golpe decisivo na ruptura das duas partes do Reino-Unido, colaborando activamente na emancipação do Brasil, igualado à metrópole pela política sábia de D. João VI.

Por outro lado, as iras patrióticas flamejadas sôbre a residência inglesa são um efeito de pura retórica. A Regência combateu sempre Beresford, com D. Miguel Pereira Forjaz à frente, — D. Miguel Pereira Forjaz que organizara o país contra os franceses e que se mostrava um esteio seguro da influência contra-revolucionária da Santa Aliança.

A Maçonaria serviu-se dessa capa fácil de envergar para sacudir o espírito indómito dos nossos soldados, a quem as lutas peninsulares haviam restituido muito da antiga fereza da raça. A prova está na circunstância dos clubs secretos pensarem primeiro em aliciar Beresford por intermédio da viscondessa de Juromenha. Convencidos só então de que o Marechal «era adverso à Liberdade», é que resolveram maquinar a conjura, destinada à destruição da nossa ordem católica e monárquica, sob o pretexto duma insurreição de carácter nacionalista.

Não digo que as condições económicas do país fôssem sorridentes. Saíramos duma guerra exaus-

Digitized by Google

tiva, vítimas de três invasões que nos tinham custado o melhor da nossa fôrça, tanto em população, como em riqueza. Devagar, nos iamos ressarcindo de tão longos e persistentes males. Não olharam a nada os nossos Regeneradores! Levantam uma bela manhãzinha no Porto o pendão de revolta e, com vivas a uma «constituïção mais liberal que a de Espanha», manteram-se ao caminho para Lisboa, onde o terreno se achava já preparado pela teimosia habilidosa das várias irmandades de Triangulo-e-Avental.

A solidariedade cosmopolita dos princípios da Revolução não é só do tempo presente. Vem de atrás e muito de atrás! Por semelhante solidariedade a nossa Maçonaria facilitou a entrada de Junot em Lisboa, mandando mensageiros a Napoleão e dispondo-se a entregar-lhe com a dinastia o único penhor da independência pátria. A mesma solidariedade, jurada sôbre as insígnias triangulares, debaixo do olho simbólico do Supremo Arquitecto do Universo, obriga Gomes Freire, traidor desde que espontâneamente se dedicou à fortuna de Bonaparte, a preparar a queda da dinastia em 1817, de acôrdo com conspiradores espanhois, a cuja testa se encontrava o general Cabanes.

Esta é a genealogia da famosa «harmonia-ibérica», que, no fundo, não é mais que a república federal da Ibéria, anunciada para depois da insurreição, agora malograda em Espanha, pelo doutor Simarro no convento maçónico realizado em Paris

Digitized by Google

a dois de Julho passado (1). Declarou-se aí que, a triunfarem os revoltosos, a bandeira verde-vermelha seria imediatamente reconhecida como sendo a bandeira da Ibéria. Não se tratava senão da execução testamentária de Gomes Freire! Procuraram efectivá-la os homens de 1820. De facto, é um maçon, D. José Pando, ministro da Espanha em Portugal, quem coadjuva e acoberta as cabalas dos conjurados. Conta-se até que, dois meses antes, chegara ao Porto o coronel espanhol Barreros com o fim de promover uma revolução em Portugal e prometendo auxílios do govêrno de Madrid. Parece que Fernandes Tomás não aceitou as propostas de Barreros. No entanto, ao rebentar o movimento do Porto, um corpo do exército espanhol avizinhou-se da nossa fronteira de Trás-os-Montes.

O mais interessante é que os jornais da época afirmaram *(Diário do Govêrno,* do Rio de Janeiro, de 22 de Abril de 1823) que Manuel Fernandes Tomás recebera de D. José Pando cinco milhões de reais para levar a cabo a revolução, pondo-se depois em prática o plano traçado na *Sociedade dos Regeneradores do Género Humano,* fundada em Cadiz, à roda de 1812. Consistia êsse plano na confederação ibérica, em que Portugal e Espanha se repartirião em varias repúblicas inter-independentes, da maneira seguinte: —*Bética-ulterior, Bé-*

(1) 1917.

Digitized by Google

tica-citerior, Galega, Navarra, Asturiana, Luzitânia-ulterior e Luzitânia-citerior, «com a expressa condição de que os Algarves pertenciam à Bética-citerior». Passa singularmente, como vêem, no programa político dos *Regeneradores do Género Humano* o programa daqueles que há umas dezenas de anos se fôram de jantar até Badajoz. É o mesmo espírito que anima o livro do senhor Magalhães Lima, *La fédération ibérique.* E para prova, no seu curioso livro *Mi misión en Portugal* Fernández de los Rios assevera que nos arquivos secretos de Fernando VII, no Palácio de Madrid, existiam documentos comprovativos das aspirações unitaristas da Espanha durante o período vintista. «*Em 1820,* — escreve —, *habia quien hacia llegar la idéa de la unión* (de Portugal e Espanha) *á Fernando VII, entre cuyos papeles reservados, los hay, como hemos dicho, que revelan sus propósitos en este asunto*».

Que Manuel Fernandes Tomás morreu pobre — é como o defendem os seus panegeristas da acusação de ter recebido de D. José Pando os cinco milhões de reales. Podia-os ter recebido, no seu delírio ideológico, não para si, mas para mais fácil realização da idéa que o obsediava. E eu não duvido nada que assim sucedesse, porque a história dêsse período, meia oculta pelos elogios mentirosos da mentalidade liberalista, é uma série de atentados contra a dignidade e contra os interêsses supremos da Pátria. Caminhavamos fran-

Digitized by Google

camente para um 89 português, se a mão varonil do infante D. Miguel não cortasse em Vila-Franca o desafôro crescente dos nossos demagogos das Necessidades. Num depoimento precioso, — *Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos,* José Acúrsio das Neves deixou instruido o processo dos reformadores insignes de 1820. Delapidaram e roubaram, como delapidaram e roubaram os seus não menos insignes descendentes.

Êles apuparam e desterraram bispos, como a sua linhagem espiritual os apupa e desterra hoje em dia. Andaram as imagens dos santos pelas ruas às costas de galegos, com grandes alaridos de blasfemia. Nas galerias das Constituintes bravejavam igualmente «gritadores» — pitorescamente assim José Acúrsio os designa —, que caíam de moca em punho sôbre os poucos que lá falaram a linguagem direita da honra e da verdade. Tentaram êles estultamente atirar-nos contra a Santa-Aliança numa guerra em que a nacionalidade certamente se pulverizaria. Só uma figura se levanta, reagindo, protestando. É D. Carlota Joaquina, — é a «*cidadã ex-rainha*», como se atreveram a designá-la, ao instaurarem-lhe um processo de rebelião, com pena de destêrro. Sofreu por isso a calúnia dos panfletários a sôldo das facções. Mas basta ler as *Instruções Maçónicas do Grande Oriente Espanhol-Egípcio,* para que D. Carlota Joaquina se nos apresente limpa de toda a baba de infâmia que lhe ennegrece a memória.

Digitized by Google

Os meus leitores encontram-se talvez surpreendidos com êste aspecto inédito de revolução de 24 de agosto de 1820, costumados a considerá-la o início duma era de resgate para Portugal. Não me permite o senso que devo ter dos limites alongar-me em detalhes e em reflexões. É suficiente, ao contrário de quanto se escreve e afirma, que lha denuncie antes como o começo da formidável conspiração social que trouxe o nosso país aos parapeitos da morte, — ao estado de torpor e de desconjuntamento, em que desesperadamente nos debatemos. A renovação da história impõe-se entre nós. Só dêsse modo nós compreenderemos o que o Liberalismo foi para Portugal e como a República, sua filha bastarda ou legítima, — não importa! —, entronca nêle directamente. 1820 é já a república disfarçada no fantasma dum rei coacto, no qual renascia a hesitação dolorosa de Luís XVI. Fala por mim e por todos os comentários a nota de Silvestre Pinheiro Ferreira, nosso ministro dos Estrangeiros, enviada à Inglaterra em 1 de dezembro de 1821, quando se receiava que o gabinete de Londres sufocasse o nosso revolucionarismo nascente, em harmonia com os compromissos tomados pela Santa-Aliança. Ei-la nos seus principais lineamentos:

« *Que se o Govêrno Inglês annuir às pretensões dos Aliados do Norte e se não se opuzer a elas, formal, positiva, e muito publicamente lhe fará sentir... que a conseqüência dêste abandono da*

Digitized by Google

nossa antiga aliada será formar entre os dois povos da Peninsula uma união que não podendo ter firmeza senão pela fusão de ambos em uma só Nação, debaixo duma só Constituição, e um só govêrno, resultará infalivelmente malograrem-se todos os esforços dos séculos passados feitos com o fim de se evitar aquela união; ao que acresce, que não podendo-se verificar êste fenómeno político sem se preceder da abolição duma das dinastias Reinantes, e talvez de ambas para ceder o logar a um novo govêrno, porventura conduziria êste fatal desfecho a tomaram os dois congressos o partido de que a História nos oferece mais de que um exemplo, de se ir chamar para chefe do Poder Executivo, personagem de alguma das Dinastias da Europa, que, desposando dêste modo os interesses da Peninsula, trouxesse em seu apoio uma fôrça efectiva...»

No que liquidavam a Liberdade e a Soberania do Povo! Liquidavam na entrega da Pátria ao estrangeiro, se se visse em risco a integridade dos seus dogmas mentirosos. Gomes Freire, Manuel Fernandes Tomás, Sebastião de Magalhães Lima são, pois, os élos dum mesmo pensamento! Os homens em si não serão talvez responsáveis. Mas é responsável a idéa que significam e encarnam. Essa idéa é a idéa maçónica, inimiga, por natureza, da nossa formação católica e monárquica. Combatêmo-la nós, — os que Deus escolheu para o dever sagrado de restaurarmos a dignidade tradicional da raça!

Digitized by Google

Só assim expungiremos da nossa história a data fatal que duma vez amanheceu para nós, como um vento mau de desgraça, aos tantos de agosto de 1820, — dia de S. Bartolomeu em que anda o diabo à solta. E à solta êle tem andado desde então sôbre os destinos do nosso pobre país!

Digitized by Google

A energia nacional

Na minha última noite de Lisboa devi a um encontro casual de café o conhecer um moço oficial que nas vésperas regressara de Moçambique, depois duma ausência demorada naquela nossa colónia. Foram breves as palavras que trocámos. Mas nas fugitivas impressões que recolhi da sua boca, pude verificar mais uma vez que não está morta nas nossas veias a admirável energia da raça. Êsse rapaz, que um minguado galão de alferes distinguia com sobriedade no seu uniforme correcto, manifestou-se logo, no tumulto incaracterístico da gente que entrava e saía, como uma vocação militar decidida. Amava a sua profissão, sem que mo dissesse, quem tão militarmente se detalhava na frase curta, — como de comando, no gesto sacudido e rápido, a que um certo nervosismo emprestava, de quando em quando, não sei que relâmpagos duma profunda vida interior.

Digitized by Google

Eu hei-de ser sempre, impenitentemente, um «espectador» de almas. É a alma que me prende a atenção, se me debruço para o estudo de um temperamento ou duma sensibilidade. Por detrás da sua máscara fortemente vincada, no moço oficial ardia uma alma, — no sentido magnífico da palavra!

Experimentara os combates, praticara o exercício nobre do perigo e não lhe faltava índole literária para cultivar e definir com exactidão as suas emoções violentas de soldado. Coisa é já para notar que nele o gôsto das Letras não se sobrepunha de modo nenhum ao equilíbrio do *homem,* sendo apenas, na sua psicologia, mais um elemento superior de compreensão do que um apetite feminino de sibarita do pensamento. Falámos, como é de ver, do nosso domínio em África, — na sensação sempre viva que êle tivera do prestígio português, cimentado por tantos séculos de ocupação no espírito maleável do indígena. O futuro de Moçambique saltou naturalmente à flor da conversa. Entenebreceu-se a alegria desanuveada do meu companheiro duma hora e pelo que lhe ouvi então, adivinhei que esplêndido terreno não era o seu desalento de desiludido para que a verdade política, uma vez lá despertada, não houvesse de florescer em altos motivos de esperança!

Preocupei-me um pouco mais com essa figura de rapaz, que eu soube mais tarde ter dedicado o melhor da sua adolescência à exaltação lírica da

Digitized by Google

república, — estranho delírio em que a musa sonora de Víctor Hugo nos embebedava, quando abrimos os olhos para as realidades do mundo. Ao contacto, porém, duma dureza hedionda, desvanecera-se-lhe depois o sonho romântico, que todos nós mais ou menos convivemos de perto. E na calma imensa das noites equatoriais, perturbado pelo mistério enervante da selva, eu reconstituo bem como a sua vocação de soldado lhe daria lá longe o sentimento perfeito da soberania que representava. Representava a soberania católica e monárquica dum país que, enquanto possuira continuidade na sua tradição, guardou inalterávelmente a obra comum dum passado de Navegação e Apostolado que o ungira como um dos maiores pioneiros da civilização. Foi também assim, debaixo das solicitações inexprimíveis do céu africano, que o neto de Renan sentiu erguer-se dentro de si, para além do scepticismo dissolvente do avô, o apêlo austeríssimo dos seus Maiores, ensinando-lhe a comunidade dos Vivos e dos Mortos na aceitação da mesma regra moral de que se alimentava ainda o génio oculto da França.

Ignoro quais são os caminhos por onde se passeia o moço oficial na sua tristeza de português da derrocada. No entanto, um como que secreto desejo de afirmação se desprendia das suas falas sacudidas, sobretudo, se aludia à ruina da nossa herança africana, fixando a responsabilidade numa indicação que valia como um símbolo. O mal vinha

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

dali, — vinha do Terreiro do Paço! Por seus próprios olhos verificara, verificara dolorosamente pela sua experiência pessoal, o que era a política, — a política miúda e mesquinha de partido, mais ocupada em se segurar no poder do que em prevenir convenientemente as dificuldades da nossa acção colonial, deixando partir as expedições sem ordem nem consistência, inteiramente ao acaso, e abandonando assim à sua sorte êsses pedaços longínquos do Portugal-Maior, que nós andavamos atirando sem remorso para as mãos de visinhos cubiçosos. E num protesto o moço oficial traduzia o seu entediamento pela metrópole e o desejo de tornar de novo para a África, onde êle vivera ainda uns restos da nossa grandeza, no respeito com que o preto nos obedece, nos vestígios bem evidentes que lá assinalam por toda a parte a passagem vitoriosa da raça.

— « Se visse a fortaleza de Moçambique! Bate-lhe o mar nos paredões e, em meio de areia solta, é toda feita de pedra levada do Reino! » — E o amor da velha Madre-Lusitânia iluminava-lhe os olhos na quente admiração de tão grande esfôrço, em que se perpetuara um vislumbre da energia nacional, adormecida há muito no sono secular do Encoberto. Silencioso uns segundos, como que inclinado para dentro de si, dir-se hia agora que uma comparação amargurada lhe absorvia a atenção. Mas o militar, de alerta, não consentiu que fôsse fundo êsse como que fio de melancolia.

Digitized by Google

«Morrer, mas devagar!» — já bradara em Alcácer um dos mais gloriosos reis de Portugal. Não se demitia com ligeireza da sua mocidade e da sua ânsia viril de servir quem viera de cursar em África a escola perdida das nossas antigas virtudes guerreiras. E o espectro do Terreiro do Paço erguia-se outra vez das suas reflexões, cortadas por um acento de saborosa franqueza e com êle, como um esconjuro, a necessidade de abalar, — de se ir novamente para além da água...

As conveniências ordenavam-me que não perseguisse com insistência a desilusão do moço oficial. Mas tirando a filosofia do caso, lembrava-me como Eça de Queiroz acertara com dedo de mestre ao atirar para uma concessão em Moçambique o Gonçalo Mendes Ramires da sua novela encantadora. Um como que segundo batismo o aguardava na existência áspera da colónia, com o trabalho e a presença nítida das suas responsabilidades de português temperando-lhe as fraquezas generosas do carácter. Também no romance célebre de Melchior de Vogué, afastado das torpezas da política, Pierre Andarran, militar e colonial, é como que o exemplo da verdadeira França, fiel ainda às solicitações tradicionais da sua formação histórica. «Não confundas, — escrevia-lhe o irmão —, a França com os seus donos ocasionais». Se alguma coisa eu tivesse de opôr às conclusões desoladas do moço oficial, outras palavras não seriam as minhas também! Não confunda êle Portugal com os seus senhores

Digitized by Google

dum momento, que bem pouco representarão na vida centenária da Pátria. O que é preciso é que o seu pessimismo se documente e analize, não de maneira a ser uma finalidade, — uma como que solução de inteligência, mas sim a porta aberta para uma síntese mental e social, de que saia mais viva a sua fé nos destinos de Portugal.

Eu não pretendo de modo algum arvorar-me em preceptor da mentalidade de ninguem. Mas se a mim me não ilude a minha observação de psicólogo amador, creio bem que o moço oficial se encontra a braços com aquela crise temerosa que tem sido a crise de todos nós, os que pairamos já hoje à roda dos trinta anos. Padece, — e eu sei quanto isso dói e fere até ao amago! —, o desacôrdo das exigências concretas da sua personalidade com a primazia intelectual dos supostos princípios do século. No dia em que se veja de posse duma doutrina que o explique e reconcilie consigo mesmo, o conflito entre os *factos* e as *idéas* de que o seu espírito suporta nobremente as conseqüências, há-de dar logar a uma certeza dominadora, em que a sua febre de acção acabará por se clarificar à luz das grandes verdades tradicionais.

O nacionalismo, elevado à sensibilidade consciente duma diferença eterna, porque é natural, trouxe-o de África o moço oficial, que já anda tacteando a sua estrada de Damasco. Portador duma parcela de autoridade, em que a suzerania da

Digitized by Google

metrópole acordava decerto para a sua emoção literária a obra esquecida de tanto missionário e de tanto navegador, diante das pedras morenas da fortaleza de Moçambique, êle teve como que a visão de que é a permanência dum povo através da seqüência da sua história. Parecidamente, em face dos destroços heróicos duma tôrre contemporânea dos barões lorenos da Cruzada, é que Maurice Barrés abjurou do seu diletantismo cosmopolita, confessando com sinceridade as disciplinas sagradas da Terra e dos Mortos. A Terra e os Mortos falaram na imensidade do sertão africano a uma alma lusitana, que se debruçou um pouco mais para as vozes indistintas que subiam do seu ser. Adivinhando-se escutadas, elas cresceram em côro da obscuridade sub-consciente em que jaziam e são hoje outras tantas clareiras rasgadas para um horizonte que já se pressente carregado de promessas...

Quem, como o moço oficial, meu conhecido de há dias, dispõe, na sua vocação militar, de qualidades tão positivas de obediência, raciocinada e voluntária, não deve furtar-se às sugestões duma forte paixão patriótica. O que é imperioso é examinar-se com minúcia na crise que atravessa e que é o reflexo da crise que atravessamos. Será a ruina portuguesa filha duma enfermidade da raça, ou antes o fruto danoso duma causa estranha às direcções do nosso génio ancestral? É aqui que surge a necessidade duma doutrina, que, deduzida

Digitized by Google

dos factos, — e o facto fundamental é a nacionalidade —, conclúa metódica e experimentalmente nos princípios a aplicar como remédio. Essa doutrina existe. Existe exemplificada e traduzida na revivescência nacionalista que se levanta pelo mundo todo e a que o nosso Portugal já não é, felizmente, alheio. Entrego o problema à meditação do moço oficial. Dum lado, a influência desorganizadora do Terreiro do Paço; do outro, o arranco infatigável que levava do Reino até as próprias pedras com que construíamos as fortalezas de Além-Mar. Compare e reflicta o moço oficial. E possa eu ainda chamar-lhe meu companheiro de convicção e de luta, — eu que fiquei agradecendo o seu conhecimento a um encontro casual de café, na minha última noite de Lisboa!

Digitized by Google

Nacionalismo literário

Na renovação da nossa sensibilidade o último livro de Afonso Lopes Vieira — *Ilhas de Bruma,* ficará marcando um dos mais nobres esforços de que o lirismo nacional se pode orgulhar. São já grandes, e de elevado fervor, os serviços de Afonso Lopes Vieira à boa causa do Lusitanismo! Tanto quanto lh'o permite o seu temperamento recluso de poeta, Afonso Lopes Vieira é até um dos melhores amigos do movimento integralista. Êsses títulos, que o impunham superiormente à nossa admiração enternecida, valorizam-se hoje ainda mais com o excepcional impulso que o seu livro veio trazer à batalha dura, em que a nossa mocidade se consome, cheia do desejo altíssimo de fazer bem português o nosso Portugal.

O pior dos males, com que a cada hora nos defrontamos, é o da pavorosa anarquia mental e sentimental, em que a inteligência e a emoção

Digitized by Google

parecem abastardadas para sempre na nossa pobre terra! O estrangeirismo domina-nos, — e domina-nos tanto no gosto como no pensamento, roubando à nossa vida colectiva todo o traço espiritual que a una e que a vivifique. É certo que, nas camadas mais moças, um salutar instinto de reacção se alevanta. Mas mesmo aí a perversão literária persiste em cultivar o exagêro individualista, que a geração nova com tão entranhado afinco já de há muito repeliu na política e na filosofia. Dá-se assim o caso contraditório e paradoxal de se apontarem rapazes que conscientemente combatem o internacionalismo revolucionário debaixo da sua forma democrática e igualitária, acolhendo-se aos conceitos positivos da sciência social, para, simultâneamente e numa disparidade que atormenta, continuarem presos do êrro cosmopolita pela admiração inexplicável que lhes merece o dandismo estético dum Oscar Wilde ou dum Jean Lorrain, por exemplo.

Eu sei que vai nisso um poderoso anseio de aristocratização pela beleza! Mas a beleza em si não basta, quando uma razão humana se lhe não junte e a obrigue a palpitar com a carne da nossa carne e com a alma da nossa alma. A «beleza» não é mais que um puro elemento formal, — um elemento transitório de *expressão*. Pela beleza se traduz o que há de avoejante e de grande ém nós. Traduz-se o amor de Deus, o amor da Terra, o amor do Sangue. A Venus de Milos, se é bela, é porque um erguido intuito religioso encaminhava

Digitized by Google

o cinzel que a arrancou à dureza dum bloco de mármore. A beleza pela beleza é um dos aspectos típicos do materialismo do século que passou. Representa apenas o enlêvo sensualista dos olhos, esquecidos, na posse da visão imediata, de todo o arroubo íntimo que casa o momento criador do artista com as aspirações eternas da vida.

Amar a vida pelo seu lado belo é como se comessemos pão, únicamente para o saborearmos, — já notava Emerson. É preciso identificar-nos com os fundamentos profundos da nossa personalidade e sermos em Arte os clarificadores das vozes indistintas e tumultuosas que o Passado e os Mortos gritam dentro das nossas veias.

Eu aconselho a juventude do meu país, a quem uma certa perfídia egotética enleia como um demónio tentador, a procurar o acôrdo das suas preferências artísticas com as disciplinas da nossa paisagem e da nossa hereditariedade. Se a sua cura sentimental depende duma psicoterápia segura, Maurice Barrés é o grande professor, cujo convívio lhe recomendo. Também êle sofreu os enganos do individualismo mais desabusado! Mas porque um dia se quís explicar no enigma sempre fechado do seu ser, êle teve que aceitar, para se possuir, as normas sagradas da sua Lorena, que não eram mais que as da condensação da sua própria individualidade. Há uma página de Barrés, — *Le 2 de Novembre en Lorraine,* que eu gostaria de ver sentida e amada pela gente moça de Portugal! Ai

Digitized by Google

se estabelecem os motivos críticos do verdadeiro nacionalismo literário, que um outro mestre ilustre, Charles Maurras, definiu assim: — «*Quelle que soit la tradition d'une littérature ou d'une langue, il est bien évident que ce qui se tente conformement à son génie s'opère beaucoup plus facilement qu'en un sens opposé à de sèculaires tendances*».

Pois ninguém entre nós, como Afonso Lopes Vieira, se empenha em se aproximar tanto do que deva ser amanhã o ressurgimento do espírito da Pátria pela acção social dos seus poetas e dos seus homens de letras! A obra do lírico das *Ilhas de Bruma* é, na sua curva ascendente, um óptimo tema a estudar e a desenvolver, para lição dos seus irmãos mais novos, desgarrados ainda no virtuosismo sumptuoso dos *Paraísos-Artificiais*.

Afonso Lopes Vieira, pela compreensão vívida do que é a Poesia, retoma o curso adormentado do nosso lirismo nativo. O Lirismo é para nós um velho património de família. Afonso Lopes Vieira remoça êsse património, indo surpreendê-lo nas raízes com a sua sensibilidade admirável! Para o poeta das *Ilhas de Bruma*, a Poesia não é nem a Imaginação, como os românticos pretenderam, nem a mera objectividade, como os parnasianos o decretaram. A Poesia é a libertação da nossa existência sub-liminar, — existência rumorosa e obscura, pela qual nos ligamos à continuidade imortal do ser. As filosofias da Intuição ensinam-nos bem o que seja a Poesia como perfume próprio da Vida.

Digitized by Google

Não é um acto de análise, — uma pura concepção da inteligência. Vinda da alma, *exprime-se*, não se *define*. Por isso toda a Poesia é espontâneamente simbolista. Não simbolista, — dum simbolismo decorativo e meramente exterior, conforme as tendências em moda numa certa literatura *fin-du-siècle*. Semelhante simbolismo limitou-se a seguir as passadas do Parnaso e a bordar alegorias e ritmos no mesmo ponto miúdo com que nos tapetes se bordam cavalgadas e paisagens. Mas simbolista, — do simbolismo eterno que nos dá o pensamento oculto das coisas e nos indica que tudo no Universo é significativo e significativamente se corresponde.

Porque a missão do artista é, segundo o preceito de Wagner, (1) recolher do povo a obra de arte, de que êle foi o criador inconsciente, ainda Lopes Vieira, com o seu escolhido medievalismo, tão cheio do perfume sadio e rústico dos nossos Cancioneiros, nos demonstra a elevação do seu raro temperamento de poeta. Não são imagens discursivas, não são imagens intelectuais as que esmaltam a frescura campesina das suas rimas. Cheias do misterioso sentido da Existência, Afonso Lopes Vieira recolhe-as da musa anónima da raça, impregnando-as do primitivismo adorável que nas figuras suaves dos nossos rimances guardou para sempre

(1) Hoje as ideias do autor sôbre êste ponto estão sensìvelmente modificadas, dando a primazia à concepção individual na criação artística.

Digitized by Google

a dramatização dos mais contraditórios sentimentos humanos. Por cima da riqueza verbal dos românticos e da preocupação rebuscada, tanto no detalhe como na rima, dos parnasianos, não aludindo já às fanfarras brilhantes, mas simplesmente auditivas do decadentismo, Afonso Lopes Vieira encontra o segrêdo divino da Poesia, que é simples e clara, — não confundamos o simples com o fácil! —, como simples e claro é tudo quanto seja natural e harmonioso.

Para mim, Antero do Quental é que caracterizou em têrmos escassos, mas com um extraordinário poder de síntese, o que deve ser a Poesia, como realização artística. Numa carta sua a Fernando Leal, diz êle, referindo-se ao intento em que Leal estava de verter, para verso nosso, o *Livro de Lazaro*: — «Quanto ao estilo, aproximar-se há tanto mais ao de Heine quanto mais evitar as palavras *literárias* e mais se inclinar para o estilo e vocabulário popular. A poesia de Heine é toda ela vasada nos moldes dos Romanceiros: simples nos metros (quadras de sete sílabas, ou às vezes de endecasílabos, tercetos também, mas de sete sílabas: fugir do alexandrino, a não ser por ventura em dísticos separados, que se prestam à simplicidade) tem sempre pelo estilo, e pelo tom e pelo movimento geral, um ar de balada, de história antiga cantada à lareira, donde resulta, pelo contraste destas formas ingénuas e de requinte e do modernismo do sentimento e do pensamento, um dos efeitos mais picantes e mais originais do poeta».

Digitized by Google

Antero tinha razão e parece que a sua experiência haveria de constituir o doce encanto dos versos de Afonso Lopes Vieira. Nada fala nêle que recorde a intervenção do espírito crítico, — o adjectivo suprindo a inspiração, o cérebro completando a fraqueza do impulso lírico.

«Ó Portugal, florida alpendurada
sobre o mar, coisa saudosa...
Esta é a Pátria ditosa
minha amada, minha amada!

Ou então:

Naufraguei cem vezes já.
Uma foi na nau S. Bento
e vi morrer, no trágico tormento,
dona Lianor de Sá:
vi-a nua, na praia aspera e feia,
com os olhos implorando,
— olhos de esposa e mãi —
e vi-a, seus cabelos desatando,
cavar a sua cova e enterrar-se na areia.

Ou ainda:

Ribeirinha, ó Ribeirinha,
que sabor na alcunha clara!
Vê-se o sorriso e a covinha,
que êle abre na tua cara!

Dona Maria Ribeira,
por quem tanto se penou,
dona, que foste a primeira
que esta linguagem cantou!

Digitized by Google

Mas onde o poeta nos dá um exemplo do que é a Poesia, alimentada pelas nascentes populares, ao serviço superior da nossa emoção, é, para não citar outras, na formidável página que intitulou *Romance.*

Por noite velha, truz, truz,
bateram à minha porta.
— Donde vens, ó minha alma?
— Venho morta, quási morta.
Já eu mal a conhecia
de tam mudada que vinha;
trazia todas quebradas
suas asas de andorinha
Mandei fazer-lhe a ceia
do melhor manjar que havia.
— Donde vens, ó minha alma,
que já mal te conhecia?
Mas a minh'alma calada,
olhava e não respondia;
e nos seus formosos olhos
quantas tristezas havia!
Mandei-lhe fazer a cama
da melhor roupa que tinha:
« pôr cima damasco rôxo,
por baixo cambraia fina ».
— Dorme, dorme, ó minha alma
dorme e, para te embalar,
minha boca está cantando
com vontade de chorar.

A aspiração nacional, de que o movimento integralista tende a ser a definição futura, pode saudar sem rèservas em Afonso Lopes Vieira o preceptor seguro da sensibilidade portuguesa, que começa

Digitized by Google

enfim a reeducar-se. Com vista aos rapazes perdidos num esteticismo exótico e superficial, Afonso Lopes Vieira tem da sua arte a noção humana e digna de que ela não é mais que a flor do seu sangue e o espêlho da sua paisagem. Diante do mar, ouvindo o sussurro embalador do *Pinhal do Rei*, faz-me lembrar aquela confissão célebre de Barrés aos *Félibres* de Paris: — «Se eu fôsse poeta, sê-lo hia para exprimir um desejo insaciável de céu imenso. Mas se fôsse um grande poeta, cantaria um herói que se sujeitasse voluntàriamente a um horizonte mais estreito de que a sua fantasia. Conheçamos, aceitemos, amemos mesmo, as fatalidades que nos confinam. O que eu chamo Lorena, o que eu descrevo debaixo do nome de Lorena, não é talvez mais de que o sentimento vivo dos meus limites.» Afonso Lopes Vieira é bem o herói, — herói no sentido de riqueza lírica, de abundância interior —, de que fala o voto apaixonado de Barrés. Êle reconhece, aceita e ama os seus limites. Porque os ama, com tanta nobreza os canta. E assim a sua voz nunca mais se apaga no encantamento das nossas veias, quando o escutamos a rezar enternecidamente, olhos postos na fita longínqua das águas, cheio da ânsia indefinida de partir e de ficar:

Portugal, florida alpendurada
sobre o mar, coisa saudosa...
Esta é a Pátria ditosa
minha amada, minha amada!

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

A «Vila-Francada»

No artigo 19.º da sua *constituição* os homens de 1820 tinham escrito: — « *Todos os portugueses devem ser justos* ». Era em forma legal proclamar e reconhecer a influência imediata do optimismo revolucionário de Rousseau.

Pois essa idéa de justiça, implicando uma idéa de bondade, desde que a lei assim a entregava, sem mais sanção, à consciência individual, não tardou a manifestar-se em todo o seu anarquismo manso. Foi uma combinação pitoresca de ideologia e de veniaga. Sem entrarmos em maiores detalhes, é o próprio Alexandre Herculano quem instrúi o processo da gente de 20. « Mandaram a D. João II e a D. João III, nos seus túmulos, o código do absolutismo e a bula da Inquisição, — escreve êle nos *Opúsculos*. Queimaram profusamente a cera e o azeite em iluminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, horrorosamente

Digitized by Google

grosseiro e bastante caro. Foi um tiroteio de banquetes, procissões, foguetes, discursos, arcos de triunfo, revistas, Te-Deum, eleições, artigos de jornais e salvas de artilharia.» E Herculano, minudenciando com uma leveza que nem parece sua, prossegue em traços felizes de caricatura: — «Todos os dias havia novas festas e babavam-se por elas. Era um salseiro de hinos, sonetos, canções, dramas, córtes de fato e formas de sapatos liberais...».

«Multiplicavam-se as lojas maçónicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Arquitecto do Universo, e os espertos comer-lho em honra do mesmo Arquitecto. Reuniram-se as côrtes. Fez-se uma constituição pouco mais ou menos republicana, mas inteiramente inadequada ao país. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em português, os discursos mais célebres do *Choix des Rapports,* ou as páginas mais excêntricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico em direito teórico; porque na realidade, as coisas estavam pouco mais ou menos na mesma.»

Vejamos nós agora com que exactidão falou Herculano.

Nas condições em que o país se encontrava, esvaído por uma guerra longa e onerosa, com o rei ausente e o residente inglês pesando com brutalidade, não seriamos verdadeiros se negassemos que o arranco dos homens de 20 achou na consciência nacional um momento de fácil aceitação.

Digitized by Google

Assim se explica que aderissem a êle, e o ajudassem até a vencer, alguns militares de nome, que mais tarde recuaram no caminho, dado o rumo atrabiliário por que se ia enveredando. Êsse rumo, porém, nunca poderia ser outro, sabida a origem evidentemente subversiva, senão anti-patriótica, do movimento. Tratava-se dum plano gerado nos clubs maçónicos da Península, visando sem grandes rodeios ao unitarismo ibérico, através duma confederação de nove repúblicas independentes. Era a herança de Gomes Freire, transmitindo-se por intermédio das associações secretas, que por todo o lado minavam a estrutura tradicional da sociedade.

A conivência da Maçonaria na revolução de 20 e os seus propósitos iberistas são de prova bem fácil. Datada de 24 de abril de 1822 e publicada no n.º de 22 de abril do ano seguinte, apareceu no *Diário do Govêrno* do Rio de Janeiro uma carta, que por «um português» lhe fôra dirigida de Paris. Aí se insiste no entendimento de Manuel Fernandes Tomás com as lojas de Espanha, servindo de medianeiro D. José Pando, encarregado de Negócios do govêrno de Madrid junto da regência de Lisboa.

A acusação tornara-se conhecida pela fôlha francesa *L'Étoile*. A célebre nota enviada mais tarde ao govêrno britânico pelo nosso ministro dos Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, demonstraria bem que, ao sacrifício duma só das suas

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

utopias, os revolucionários preferiam antes lançar-se nos braços da Espanha, promovendo sem rebuço a nossa anexação. De resto, Luz Soriano no *Tomo VI, Terceira época,* da sua *História da guerra civil,* faculta-nos a leitura de alguns documentos que nos revelam o sulco da traição. A revolução liberal rebentara em Espanha e os conlúios, de parte a parte, manifestavam-se duma maneira tão declarada e tão sem escrúpulos que o nosso representante em Madrid, António de Saldanha da Gama, informava em 1 de agosto de 1820 para Lisboa que «os liberais hespanhoes se pretendiam constituir em República, incluindo nêstes planos igualmente Portugal.»

«O mesmo club que instruiu mr. d'Onis para revolucionar o reino de Nápoles, foi o que instruiu mr. Pando, — esclarecia êle —, para revolucionar o reino de Portugal, e é o que tem agentes em Liorne, Paris, Veneza, Génova, Polónia e Prússia, e que envia extraordinàriamente agentes a diferentes pontos, segundo as circunstâncias o exigem».

Nêstes têrmos, os liberais espanhóis proclamaram aos portugueses das colunas do seu periódico, *El Conservador,* onde enfàticamente se lia, entre outras exortações à revolução, a seguinte passagem, bastante elucidativa: — «*No percais el momento favorable que os ofrece esta España, vuestra amiga, que estrechará sus vinculos de fraternidad para unir vuestros interesses a los suyos.*» Dignamente, António de Saldanha protestou logo contra o

Digitized by Google

artigo em questão. Por sua vez, os governadores do Reino reclamaram para Madrid a remoção de D. José Pando, mas já tardiamente. A insurreição rebentara e as suas conseqüências iam alastrar-se, como chama impelida pelo vento.

Fica bastante a claro como a revolução de 1820 resultava dum largo e paciente trabalho de internacionalismo maçónico. Não me é possível encarar aqui, debaixo do ponto de vista político e económico, a ruina irreparável que ela acarretou para um país já consideravelmente depauperado. No cómico e no devorismo é bem a data da primeira proclamação da república entre nós! As imagens sacras amontoaram-se em carroças por Lisboa atónita, mandaram-se prelados para o destêrro, assalariaram-se espiões com autorização das Côrtes, destinando-se-lhes uma verba anual de 12 contos. Em mais duma página, José Acúrsio das Neves nos descreve o pitoresco da situação. Reconhece-se assim que Alexandre Herculano, se pecou no seu juízo àcêrca dos homens e das coisas de 1820, pecou, sem dúvida, por benevolência.

A preocupação do figurino estrangeiro chegou a um ponto que os nossos insignes «regeneradores» «se carteavam com Jeremias Bentham e tinham Benjamim Constante em efige nas Necessidades, onde os constituintes realizavam as suas sessões.» «Doutores nas *Ruinas* de Volney, e no contrato social de *Rosseau*», — lhes chamou com energia vingadora José Acúrsio das Neves. A desordem,

Digitized by Google

crescendo de dia para dia, atingiu o seu período agudo com o regresso do rei. Inteiramente manietado, começa então êsse martírio surdo de D. João VI, que inicia a agonia da Realeza em Portugal. D. Carlota Joaquina não jura as bases da Constituição, de todo em todo divorciada da natureza histórica da nacionalidade. Sujeitam D. Carlota Joaquina a um processo e é condenada a saír do reino, tratada já de «*ex-cidadã-rainha*».

Entretanto, a reacção desenhava-se. Puxando pelo seu lenço branco, José Acúrsio das Neves, deputado eleito pela Beira, interrompe o jacobinismo aceso duma das sessões legislativas com vivas à «Rainha Nossa Senhora Absoluta». Nas províncias do Norte a agitação principiou com o conde de Amarante por cabecilha. Retida no Ramalhão, D. Carlota Joaquina rompe do escuro e afirma a sua grande figura como contra-revolucionaria. Aos revoltosos de Trás-os-Montes juntavam-se novos reforços. Internacionalmente, a situação dispunha-se a favor, com a entrada do duque de Angoulême em Espanha. Calunia-se muito a Santa-Aliança, na incompreensão, talvez involuntária, do espírito que presidiu a ela. Contra a solidariedade universal da Revolução, procurava opôr a solidariedade universal da ordem tradicional.

A Inglaterra, empenhada no enfraquecimento dos governos legítimos, fez abortar o empreendimento do czar Alexandre, a quem Nicolas Ber-

Digitized by Google

gasse, — um pensador recolhido, mas profundo —, o sugerira naturalmente, quando o imperador da Rússia o visitou no seu gabinete modesto de filósofo, por braço de M.me de Krudener.

Ora, a entrada do duque de Angoulême em Espanha reflecte a intervenção dos princípios em que a Santa-Aliança, estabelecendo a «internacional» monárquica e christã, resolvera assentar com o maior dos entusiasmos. Evidentemente, as fôrças de Bernardo da Silveira acharam nessa circunstância um forte motivo de alento. A onda, embora devagar, subia sempre, apesar dos sucessos militares obtidos no Alentejo pelas tropas governamentais. No seio das Côrtes mandava já a mais acabada das desorientações. Chegou o dia 27 de maio de 1823. Surje no limiar da história el-rei D. Miguel. Saíndo da Bemposta, dirige-se a Vila-Franca, de acôrdo com infantaria 27, que marcha a encontrar-se com o infante.

A idéa de D. Miguel era seguir sôbre Almeida e reunir-se às tropas realistas de Bernardo da Silveira. Mas não demorou que a guarnição de Lisboa se juntasse ao Infante. Coacto, D. João VI ainda proclamou em 30 de maio, prometendo manter a Constituição e afirmando, sôbre D. Miguel, que, se o renegara como pai, o saberia punir como rei. Daí a pouco mais de nada, sucedia, porém, que infantaria 18, abandonando o quartel e encaminhando-se para a Bemposta, desfilava diante do palácio com aclamações ruidosas ao Infante

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

D. Miguel e a «El-rei absoluto». O povo engrossou a manifestação. Acudiram à varanda do palácio as Infantas, que viviam com D. João VI. E perante a multidão gritando sempre, atemorizadas, romperam a bradar para os soldados e para o povo: — «*El-Rei não quer ser absoluto! El-Rei não quer ser absoluto!*»

As aclamações redobraram. D. João VI, forçado, entrou num carro e assim o levaram a Vila-Franca. Conta-se que, ao tomar assento, se voltou para o seu séquito, exclamando: «*Pois bem! Já que assim o quereis, já que assim o quer o povo português, viva el-rei absoluto!*» Efectivamente, a nação em peso queria-o assim. Quando lhe falavam em rei constitucional, respondia à uma que não queria um «*rei com alcunha*». Significou-o depois, celebrando com a ruídosa alegria da boa alma portuguesa a restauração dos «inauferíveis.»

Foi pela restauração dos «inauferíveis direitos» da Realeza que Ribeiro Saraiva nos conta ter visto em Coimbra, na quinta das Canas, Joaquim António de Aguiar, de casaca azul, de botões amarelos, dansar em honra do festivo acontecimento. Inolvidável símbolo, que nos diz tudo e tudo nos explica! O que era, na essência, a *Vila-Francada*? Era uma defesa instintiva da nacionalidade que, ainda cheia de viço e de fôrça, se dispunha a resistir ao estrangeirismo invasor, opondo-lhe fortemente as suas instituições históricas. «Rei absoluto» exprimia apenas «rei independente»,

Digitized by Google

monarca em plena posse da sua soberania. E que o Absolutismo como teoria política não passara de Pombal e viera de fora, como a ficção liberarista, sua herdeira legítima.

Pois, ao chegar a Vila-Franca, quem é que escolhe D. João VI para seu ministro? Mousinho da Silveira. Quem é que acompanhava o infante D. Miguel? Manuel Inácio Martins Pamplona. Eis porque a casaca azul de Joaquim António de Aguiar assume para nós o valor dum símbolo! Na sua forma atenuada, a Maçonaria e o Liberalismo apoderavam-se da contra-revolução, logo de início. Por isso ela falhou na inabilidade dos seus dirigentes, que lhe entregaram os destinos a quem mais os desejaria trair. Um ano depois, com a *Abrilada,* tentou-se recuperar o terreno perdido. Acordava-se já fora do tempo. Não demorou que D. Miguel seguisse para o exílio, constrangido D. João VI a expulsá-lo do Reino. Prisioneiro para sempre da facção que o mataria, o Rei caiu nesse arrastado viver, de que nos deixou um testemunho impressionante Joaquim Heliodoro de Araujo Carneiro.

Tal foi no seu sentido exacto a *Vila-Francada.* Lancemos à margem da nossa história mais esta ligeira corrigenda! Só quem ignora o alvoroço e a espontaneidade com que o país inteiro acolheu e secundou a atitude de D. Miguel, é que pode considerá-la como uma data funesta. Não tivesse a *Vila-Francada* sossobrado na desnacionalização

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

que se instalara nas nossas camadas superiores, e talvez que Portugal se não achasse no plano resvaladiço, por onde ameaça despedaçar-se! Mas o mal estava já no próprio ânimo do rei. Caluniado, D. João VI teve os defeitos dos príncipes da sua época: — lá no fundo, como Luís XVI, imbuido de filosofismo, não acreditava muito no seu direito. A ninguém é lícito duvidar hoje da sua inteligência, sobretudo desde o trabalho monumental de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil.* Algures Alexandre Herculano confessa que, bem auxiliado, teria sido o tipo perfeito do rei constitucional, e elucida-nos como os amigos do Trono e do Altar não confiavam nêle inteiramente, acusando-o de inclinação para os pedreiros-livres. Seria assim? Não seria? O que é certo que na sua biografia, *Histoire de Jean VI,* se diz: — «Foi com uma sinceridade sem reservas que êle abandonou o poder absoluto; foi lastimando-se, e pela violência, que êle retomou o seu exercício, ou melhor, consentiu em deixar que o exercessem em seu nome. Se não foi bastante enérgico para salvar ás instituições liberais, que tinha jurado, ao menos foi bastante virtuoso em ter sido dos últimos a abandoná-las.»

Alguns traços anedóticos mostram-nos quanta verdade há nesta apreciação. Ao ler nas bases da Constituição o artigo que declarava religião do Estado a religião católica, parece que observara: — «*Aqui está uma coisa absurda! Sou católico e agarrado à minha religião tanto quanto posso. Mas*

Digitized by Google

eu entendo que no código fundamental duma nação, se não deve fazer questão de religião.» Não garanto a frase. Mas o que garanto é que D. João VI se opôs ao restabelecimento em Portugal da Companhia de Jesus, mandando ao nosso ministro em Roma, José Manuel Pinto, que formalmente o notificasse ao Santo Padre.

Psicologia contraditória, nada, afinal, melhor o retrata que a sua resposta em Vila-Franca a Mousinho da Silveira. «*Vossa Magestade, não tem senão dois caminhos: — ou Tito, ou Nero!*» — insinuou Mousinho, ao beijar-lhe a mão de rei absoluto. «*Já escolhi! Já escolhi!*» — volveu D. João VI. «*Quero ser Tito!*»

Pobre Tito, morreu desacreditado, como todos os reis que esquecem a investidura sagrada da sua jerarquia, para se considerarem únicamente cidadãos de manto e corôa! O romantismo político não lhe permitiu perceber o alcance do movimento que o conduziu a Vila-Franca. Não o desejariamos Nero! Mas, deitando para o lado as reminiscências clássicas que lhe povoavam torpemente o espírito, o que desejariamos é que êle houvesse sido simplesmente, naturalmente, rei de Portugal. Ele o expiou primeiro que ninguém. Expiou-o em seguida a nacionalidade, que tomou a carreira vertiginosa da perdição!

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

No jardim da Raça

Eu tenho para com o belo livro de Luís de Almeida Braga, chegado agora no renovo de abril, um sentimento familiar, — uma idéa de parentesco. Mais que do seu autor, há no *Pão alheio* todo o drama duma sensibilidade, que é a sensibilidade da minha geração. Nós viemos em linha recta da fraqueza generosa de Gonçalo Mendes Ramires. E se alguém, lá mais para diante, pensar em escrever a novela do nosso esfôrço, eu creio que lhe chamará com verdade *O filho de Ramires!*

Pois o *Pão alheio,* de Luís de Almeida Braga, marca bem a afinidade que nos liga de perto ao fidalgo perplexo do romance de Eça. No fundo da Torre, — da solarenga torre de Santa Ireneia, com as tardes lentas de junho subindo por entre o aroma dos cravos, Gonçalo Mendes Ramires sentia a miséria da sua vontade, comparada com a vontade poderosa de quantos varões ilustres lhe

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

bracejavam pela genealogia farta. A pouco e pouco, arrastando os episódios mesquinhos duma vida sem finalidade, êle descobre ádentro de si a energia escondida duma raça que adormecera. Debatia-se cruelmente no conflito da sua inteligência com a sua irresolução. Marchar, mas para onde? E os dias passavam, passavam os anos. A hesitação continuava, cada vez mais aguda, cada vez mais perseguidora. No entanto, desde a hora em que Gonçalo Mendes Ramires se reconciliou consigo mesmo, nós sabemos de que foi capaz o fidalgo da Torre! Do que é capaz a minha geração, uma vez que se ache de acôrdo com as suas tendências mais ocultas, já de certo modo no-lo deixa entrever o livro de Luís de Almeida Braga.

O livro de Luís de Almeida Braga revela-nos essa concordância da Acção com o Pensamento, que o velho Taine julgava impossível. É a característica que mais o distingue e nobilita. Eu quero olhá-lo como um itinerário de emoções, — como uma espécie de roteiro dum outro René menino e moço, em quem a melancolia romântica cedesse o logar ao amor enlevado da disciplina. Nós não podemos curvar-nos à imperturbável razão clássica que tudo limita e tudo reduz à objectividade despótica do traço firme e concreto. Não podemos ir também atrás do gôsto morbido da contemplação pelos parques sonolentos do Outono, com os pavões aos gritos e as cascatas lastimando-se. Se ascendessemos os degráus da Acrópole, não ficariamos,

Digitized by Google

como Renan, ao flanco duma colina, entoando o louvor eterno de Pallas-Athenea. Nem tampouco nos deteriamos perante as paisagens suspensas do entardecer, com a tristeza lírica do Lago envolvendo-nos num sonambulismo morno de divagações. Amamos a vida, porque grita e estua dentro de nós. Mas amamos a vida no equilíbrio, na saúde, — na posse dela própria. Amamos a vida, *vivendo-a*. E vivê-la não é estilizá-la, nem desperdiçá-la. É referi-la a nós mesmos, é dar-lhe um sentido de actualidade e de permanência. Não a colocamos nem no Passado, nem na Imaginação, — como a colocavam os avós literários de 1830. Muito menos a passeamos pelos terraços da Decadência, sonhando, em atmosferas de paradoxo e haschich, uma beleza falsa de Paraiso-Artificial!

A vida para nós é uma *utilidade*. Mas confira-se à palavra *utilidade* um significado de nobreza. É uma utilidade que não nos pertence e que é preciso servir. *Non serviam!* — foi o grito rebelado de quantos apareceram primeiro que nós. *Servir!* — é agora a ânsia mais funda do nosso coração, em que parece frutificar a semente dum misticismo novo. Por isso surgimos no momento máximo duma crise já secular. E logo nos tocou o gôsto admirável da ordem, — como que um inesperado instinto de higiene interior e de arranjo social. Ia-se abaixo, num estridor de catástrofe, o património histórico da nacionalidade. Dentro de nós ressuscitou a psicologia ingénua de *Petit-Chose,*

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

jurando ao desalento da sua trapeira reconstruir o lar em ruinas. Fôram diversas as jornadas que nos trouxeram a esta unidade de corpo e alma, que é o segrêdo da nossa vitória. Uns pegaram em armas e andaram rilhando a côdea dura dos guerrilheiros pelas ribas ásperas do exílio. Outros padeceram a agonía da própria mentira e só à custa de suores de sangue encontraram a sua estrada de Damasco. Hoje, recuperados da hesitação de Gonçalo Mendes Ramires, existe uma vontade em nós, porque em nós existe uma crença.

Não lhes dizia eu que tinha pelo livro de Luís de Almeida Braga um enternecimento familiar? Posso eu lá falar do *Pão alheio,* sem falar de nós todos? É que no *Pão alheio* agita-se aquela inquietação de espírito em que todos nós reconhecemos a fôrça misteriosa do mesmo destino, que um dia nos sagrou para irmãos. Há assim em nós o que não havia nos outros: — a consciência duma vocação a cumprir. Eis porque me é agradável supôr que a novela da minha geração se chamará ainda *O filho de Ramires.*

* * *

No regresso de África, Gonçalo Mendes Ramires casaria. Casaria com a Rosinha da quinta das Varandas,—com a neta do visconde de Rio Manso... Salvo das intrigas miudas da politiquice, que o levara à scena vergonhosa de Oliveira, reconci-

Digitized by Google

liando-se em público e raso com a bigodeira insolente de André Cavaleiro, o descendente de tantos Ramires ilustres recorre para a cultura do carácter, como que para um segundo baptismo. Torna outro da sua concessão em Moçambique. Torna mais homem, menos indeciso. E, caído na doçura do bom solar provinciano, de Gonçalo Mendes Ramires nasceria mais um Ramires, em quem me propús personificar as várias tendências da minha geração.

O moço Ramires traria no sangue a interrogação dolorosa do pai. Marchar, mas para onde? E no acaso dos tempos que correm, cada vez se cavaria mais nêle essa luta inapaziguável. As vozes secretas da sua hereditariedade eram de difícil conciliação com a soberania das idéas em voga. Instantes há em que o moço Ramires, reflectindo a anarquia intelectual do seu meio, não recúa em ir pedir à mística revolucionária uma solução para as dúvidas crescentes que o assediam. Ramires verifica em si uma contradição profundíssima:— a contradição do seu temperamento mais íntimo, mais incomunicável, com as mais obedecidas das suas preferências. Não se harmoniza consigo mesmo. Tudo se desfaz à roda dêle e debalde se procura enganar com o negativismo das modas filosóficas correntes. Ramires reage sempre. Domina-o uma grande sêde de absoluto, — uma necessidade salutar de construção. Construir! Mas como e com quê? Não se alúía até aos alicerces a sociedade tra-

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

dicional? A ordem dos séculos futuros não se anunciava já, como na imagem evangélica, entre trevas insondáveis e ranger de dentes? E diante do moço Ramires o enigma doloroso engrossava desmesuradamente, num desespêro em que nada já cabia, senão o desalento daqueles que por si próprios se retiram do mundo.

Um equívoco terrível perdia o nosso Ramires. Nas veias o sangue falava-lhe, — e falava-lhe das regras eternas do Tempo e da Vida. Faltava-lhe, todavia, o reconhecimento intelectual dessa verdade sub-consciente que lhe dava às vezes alvoroços estranhos. O minuto veio, em que os males da Pátria se declararam irremediáveis quási. Como que tocado por uma inspiração súbita, Ramires *vê,* Ramires *compreende.* Havia nêle o impulso ancestral da Acção. O pensamento guiador é que o desertava. Não tardaria agora, no rumor da desgraça pública, que pensamento e acção se conjugassem na grandeza duma doutrina reparadora. E aos poucos, pelo preço de provações duríssimas, como semelhantes as não padeceram nunca nenhuns vinte anos mais, Ramires possúi-se, enfim, na *verdade portuguesa,* que é a sua verdade, — a verdade da sua carne e a verdade do seu espírito.

Ramires esteve em Chaves. Esteve em Chaves debaixo do sol implacável de Julho, junto a êsse escarpado espaldão, em que os rapazes da nossa terra tomaram o caminho esquecido do sacrifício e do heroismo. Na derrota que o pôs entre a

Digitized by Google

vida e a morte, pelas veredas erradias de Trás-os--Montes, através da noite funda, mais funda a fé se lhe amostrou. É que Ramires já não duvidava de si mesmo, porque os seus dias se tinham enchido do significado real duma finalidade. É a finalidade de Ramires vencido o laço iuquebrantável que nos prende uns aos outros, como se nos ajuramentássemos sôbre a Hóstia e sôbre o Calix. E a finalidade de Ramires vencido que há de levar à vitória a geração de Ramires. Descemos cedo ao campo da luta. Mas se uma experiência longa não nos amadureceu, mais do que isso, amadureceu-nos a responsabilidade indeclinável que pesa em nós. Se o prefácio célebre de Bourget no *Disciple* nos fôsse dirigido, nós teríamos respondido nobremente ao apêlo dêsse nosso irmão mais velho!

Luís de Almeida Braga é a ilustração bem viva de quanto afirmo. Dos acasos perigosos de guerrilheiro volveu-se em andador das estradas infinitas. Conheceu precocemente à mágua garreteana da Saudade. E aonde foi êle dar consigo, para melhor aprender a ser êle próprio, senão à boa terra da Flandres, de algum modo terra portuguesa?! Não se esqueceu por lá, o garboso lusíada, da lareira abandonada, dos horizontes natais, da torre da sua igreja. E eu não sei de símbolo mais alto e mais comovedor de que êsse outro, deixado pelo traço sòbrio de Brito e Silva nas capas do *Pão alheio!* A ribа estrangeira desenha-se ao fundo em águas quietas de canal e com moinhos bracejando. Mas

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

enquadra-a um pórtico manuelino, encimado da Cruz e da Armila, que são o «Pelo sinal» da nossa Raça. Também, através da sua sensibilidade de português, pelo sinal da nossa Raça, Luís de Almeida Braga viajou na Flandres, não para ver, mas para evocar. Não se desgarrou, contudo, nas embuscadas tortuosas do impressionismo. Peregrino do Silencio, Luís de Almeida Braga viveu o seu livro com a sua alma e com o seu sangue, — porque a vida vive-se, não se fantasia! Posto a correr as Sete-Partidas do infante D. Pedro, tocaram-no mais as necrópoles caladas do que as quermesses ondulantes dos povos em festa. Comeu o pão alheio, calcando o pó, de rins cingidos e viático pendente. Coordenou assim a sua emoção, ao contacto de gentes que tinham outros mortos e outra paisagem. *Educação sentimental,* — podia ser o segundo título de livro de Almeida Braga, ou o seu comentário breve, num breve dizer. Não a *Educação sentimental* de mestre Flaubert, cerrado na sua literatura inteiriça para a intervenção de todo o elemento subjectivo. Mas educação sentimental, pedagogia da personalidade: — a educação que Barrés foi aprender na colina inspirada, conciliando a regra com a crepitação, o entusiasmo com a serenidade, a pedra fixa da Ermida com a renovação incessante da Campina.

Luís de Almeida Braga, atento aos sacramentos da Tradição, desprezou os cancelos do jardim de Epicuro e teve um ar de desinterêsse para o

Digitized by Google

satanismo, fora de moda, de Baudelaire. O moço de olhos doces, que vira na veiga de Chaves crucificarem-se em ardor e renúncia outros moços como êle, não ignora que a Vida repousa sôbre uma base de exaltação, cuja espontaneidade desaparece, desde que a análise entre connôsco. Por isso Almeida Braga nos confessa na forma lapidar duma inscrição: — «Que importa não compreender quando se sente? Sentir é melhor que compreender, assim como vale mais adivinhar do que saber. A sabedoria mora vizinha do sono. Adivinhar é ter os olhos abertos, postos no céu, entre a luz e as asas. Mais fácilmente esquece o coração do que os olhos. Mas eu procuro que a inteligência vá parceira com o amor, porque sinto como é fria a arte onde não há coração» (1).

Eis uma teoria de arte que é também uma teoria de vida. Luís de Almeida Braga escreve como um místico viveria. É que existe nele, em verdade, essa união perfeita do pensamento com a acção, sem a qual se cái, ou na secura criticista de que morreu um Amiel, ou num mostruário hirto de antologia, em que o fôlego falece e o artifício predomina. Graças a Deus, nós somos outros,

(1) Discutível hoje para o autor esta maneira de interpretar a existência, não o é menos, por certo, para Luís de Almeida Braga. Ambos acolhidos à ideia católica da Vida, não podemos dar predomínio a fôrças obscuras e sub-conscientes. (1924).

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

muito outros, nas nossas tendências mais queridas! Não vamos direitos à imaginação, mas vamos direitos à alma. Tal é a diferença que nos distingue dos românticos. Para nós a realidade objectiva é sempre a expressão duma realidade mais íntima, — a realidade espiritual. Aqui está o motivo porque nos julgamos bem longe do chamado «realismo». Damos largas aos gritos profundos da nossa individualidade. Não concluimos, porém, numa forma abstracta de ideologia porque nos coordena e determina a aceitação dos nossos limites. Personalizamo-nos pelas conquistas do nosso ser individual, ao mesmo tempo que um assentimento voluntário nos integra na seqüência dinâmica da nossa formação hereditária. Somos, pois, tradicionalistas. Mas a Tradição não é um ponto imóvel no passado. É antes uma continuidade interminável, renovando-se sempre. Reveste-se, dêste modo, dum sentido de actualidade para nós, que a vivemos e a experimentamos como coisa nossa, feita da nossa substância quotidiana.

Não pretendem as minhas palavras servir de anunciação ao *Pão alheio*. O que eu desejo é destacar no *Pão alheio* o seu significado profundo de obra de arte. Creio exprimi-lo sucintamente apontando êsse belo livro como um admirável compêndio de «exercícios-espirituais». Luís de Almeida Braga ensina o «Sublime» a um tempo sáfaro, que perdeu de todo a noção dos grandes arrebatamentos. E o que ainda mais me sensibi-

Digitized by Google

liza, sempre que lhe repasso as páginas estranhas de bruxo baptisado, é a unidade serena de aspiração, em que nós reconhecemos, não uma estreita e caprichosa aspiração de vagabundo sibarita, mas a aspiração que nos queima as veias e empresta ao nosso voluntariado de sacrificados o senso superior dum destino, — do destino que faltou a nossos pais. Luís de Almeida Braga é na cavalaria da Grey um dos melhores e dos mais esforçados. Ergamo-lo nos escudos, à maneira antiga, como seus pares que somos! De esplêndido sangue literário, saboreia-se na sua prosa sem ossos, tão afável como um fio de água correndo, um não sei quê que nos recorda Seiscentos com Manuel Bernardes, contando-nos a lenda dos bailarins, e D. Francisco Manuel de Melo, que também andou por Flandres, fazendo filosofia elegante nos *Apólogos dialogais*. Eu suponho até que a *Carta de guia de casados* de minha geração está guardada para a pena de Luís de Almeida Braga! É um pensamento que não me abandona e que eu sinto recreio em cultivar.

João de Barros, — o das *Décadas*, chamou ao Minho o «conservador da semente portuguesa.» É, de facto, o Minho a lareira esquecida da Nacionalidade. É lá que se pode rezar a oração da Raça, inclinado o peregrino sôbre a colina veneranda de Briteiros. Foi lá que a Saudade floresceu nos Cancioneiros primitivos e os barões de D. Tareja ali batalharam as duras batalhas da separação. Junto do Lima, no feitiço langue das

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

águas verdes e das verduras líquidas, colocavam os da Antiguidade o fabuloso Lethis. Temeram por isso atravessar o rio as legiões impetuosas de Roma. São os Logares-Santos de Portugal os sítios religiosíssimos do Minho! Á sombra da azinheira tradicional, lá se lavraram os primeiros contractos da gente miuda das behetrias com a pessôa esplendorosa de Afonso-Henriques. Mais abaixo era Santa Maria de Vendoma, a cavaleiro do burgo que poria o nome ao condado nascente. Mumadona, S. Geraldo, Egas Moniz, Violante, — a de corpo de oiro! E a «*semente portuguesa*» agita-se na nossa evocação, saída, como que por milagre, da poeira anónima dos túmulos...

É minhoto, até às raízes mais mergulhadas do seu sêr, o autor benfadado do *Pão alheio*. A «*semente portuguesa*» renasce nêle, indicando-lhe um dever de estirpe. Luís de Almeida Braga não se pertence. Pertence ao mundo inquieto que lhe povôa o atavismo. Tem que lhe servir de boca, tem que lhe dizer os anseios proféticos. No exílio, passeando a soledade de *Bruges-la-morte*, Luís de Almeida Braga sentiu-se bem, lá longe, o «conservador da semente portuguesa». É já agora o alto sonho que o enleva! Novos livros virão contar-nos que emprêgo nobilíssimo é o dêste rapaz, que teve já armas para se bater pela Pátria caída, e a quem a arte difícil de escrever distingue com os seus segredos mais arrecadados. Nas nossas pobres letras Luís de Almeida Braga descende da linha-

Digitized by Google

gem de Vasco de Lobeira, de Bernardim Ribeiro e de Francisco de Morais Palmeirim. Nós, em Portugal, não nascemos para o romance, por que nos falta natureza desapaixonada para as grandes dissecações. É a novela, por isso mesmo, um género literário criado por nós. Luís de Almeida Braga não será nunca um romancista pelos poderosos recursos de afectividade de que dispõe. Será, porém, um novelista, — talvez o novelista porque esperamos, para que se alevante com honra a herança abandonada de Camilo!

Digitized by Google

Digitized by Google

D. João V

A 31 de Julho de 1750, pela noite, faleceu el-rei D. João V, contando 61 anos de idade e 44 de reinado. É outro grande monarca desacreditado por uma história de paixão, em que só a anedocta intervem e o ponto de vista nacional se perde por completo. São bem cabidas aqui aquelas justas palavras de Pequito Rebelo no seu interessante estudo *O depoimento anti-parlamentar dos nossos economistas,* saído na *Nação Portuguesa* (1): — « O elogio dos Reis não está nas suas pessoas prestando-se melhor ou pior ao romântico desvanecimento da história-panegírico, mas sobretudo na função impessoal e institucional que representaram e desempenharam. » Não sucede assim na maneira como de ordinário se interpreta a personalidade

(1) 1.ª série, n.º 12.

Digitized by Google

de D. João V. Vêem-na apenas nos factos acidentais da sua existência, — e o conjunto da sua admirável envergadura política obscurece-se por inteiro no sarcasmo e no azedume com que, em vez dum retrato, lhe tracejam uma caricatura.

Façamos nós o contrário, restituindo à verdade os seus direitos esquecidos. De resto, o *homem* não nos importa. O que nos importa é o *pensamento* do seu reinado. Sôbre documentos é que a história se fundamenta. Pois nada melhor para erguer bem alto a el-rei D. João V do que o testemunho sereno dos arquivos! Muito há já feito, ainda que disperso. Sobresái principalmente o depoimento do visconde de Santarém no seu *Quadro elementar*. Seguem-se-lhe Francisco Luís Gomes, Manuel Bernardes Branco e D. Miguel Souto-Mayor. O que é triste dizer-se é que os estranjeiros bem cedo encararam debaixo de outro aspecto el-rei D. João V. «*Enfin D. Juan V ne forme des désirs, ne conçoît des projets qui ne tendent tous qu'a l'honneur de la nation*». É assim que um velho historiador, La Clède, se exprime na sua *Histoire du Portugal*.

Teve D. João V defeitos. Teve os defeitos da sua época, teve os defeitos da sua raça. Até nisso é um exemplar representativo do carácter português, tanto nas suas virtudes, como nas suas fragilidades. Dêste modo, o problema precisa de ser posto, como já Manuel Bernardes Branco o coloca no seu livro *Portugal no reinado de João V.*

Digitized by Google

O reinado de D. João V não é apenas o reinado da ópera, — no instantâneo feliz de Oliveira Martins. Não são só carrilhões ressoando, berlindas que passam, monsenhores que vestem como bispos, um Patriarca com flabelíferos, — as igrejas refulgindo em ouro e lumes entre os incensos do *Laus-perenne*. É perder-nos no detalhe, quando há muito que examinar e corrigir!

Ora eu dizia que o problema carece de ser posto como já o colocava Manuel Bernardes Branco. «Rei verdadeiramente amantíssimo de tudo quanto era glorioso para Portugal, empreendeu e levou a cabo muitas obras grandiosas, convencido de que assim o nome português écoaria triunfantemente nas mais remotas regiões.» E o escritor acrescenta: — «Os seus defeitos são os defeitos do seu tempo. Sejamos justos: se eu houver de biografar um indivíduo do século XIV, por exemplo, não devo ir compará-lo com um Napoleão, que viveu cinco séculos depois, mas sim com um contemporâneo. Para se apreciar imparcialmente, é indispensável que o historiador estude a fundo os costumes e o viver até mesmo doméstico da época, àcêrca da qual escreve, e sem isto não há justiça possível.»

Não podemos, realmente, julgar os acontecimentos de ontem através dum critério de hoje. D. João V reflectiu em si o meio em que nasceu e morreu, — em toda a sua amplitude. Mas um alto pensamento o encaminhava. Só o compreen-

Digitized by Google

demos verdadeiramente, se nos lembrarmos de que o modêlo em que constantemente poisava os olhos era Luís XIV. Não pelo amor exclusivo do fausto, — não únicamente pelo amor da galanteria e da ostentação. Como em Luís XIV, um desígnio maior preocupava D. João V. Falando da universalização do génio francês, escreve Lemonnier: — «A nossa supremacia é devida também à profunda impressão recebida da grandeza de Luís XIV e ao brilho incomparável que êle deu às artes.» Essa idéa de grandeza anima D. João V. Nós saberemos como êle zela até à sensibilidade mais aguda a dignidade e o bom nome da Pátria. Não fôram entre nós as artes ao ponto que atingiram com o período chamado de Versailles. No entanto, Mafra não é, de modo nenhum, a «famosa sensaboria de mármore», — como bocejou Herculano. Com D. João V construiu-se a valer. A influência era manifestamente francesa. Contudo, nós assimilamo-la, imprimindo qualquer coisa de nosso, e bem individualizado.

A protecção carinhosa que D. João V dispensou às artes dispensou-a igualmente às sciências e às letras. Nas letras foi mais infeliz que o Rei-Sol. Expressão natural do espírito de França, o classicismo glorificou-se, à sombra dos lises, com Bossuet, Corneille, Racine e Moliere. Entre nós, olvidado o veio lírico da alma colectiva, não passava duma imitação arrastada de quanto a antiguidade greco-latina nos havia legado. Ainda

Digitized by Google

aqui se verifica a influência funesta da Renascença. «Foi culpa não sua, mas do século, se de tão mau gôsto eram as letras que protegeu», — repara Garrett. Mas, compensadoramente, ao seu estímulo devemos o renascimento da erudição em Portugal.

No plano de Richelieu entrou, como condição de unidade mental para a França, a fundação duma Academia que vigiasse pela Língua. D. João V, no mesmo sentido, em 4 de Janeiro de 1720 cria uma Academia, «em que se escrevesse a história eclesiástica destes reinos e depois tudo o que pertencesse à história dêles e das suas conquistas». Surge logo uma legião de trabalhadores, que só será igualada no reinado, — e também tão sectàriamente enegrecido! —, de sua neta, a rainha D. Maria I. Diogo Barbosa Machado e D. António Caetano de Sousa enaltecem com o seu labor êsse viveiro notabilíssimo. É então que o teatino D. Rafael Bluteau imprime o primeiro vocabulário português. As edições, a expensas do Rei, honram a bibliografia nacional. E é bom que oiçamos o arqueólogo Emile Hübner sôbre o que em actividade intelectual significou a *Academia Real da História*.

«No século XVII a Academia Real da História, fundada em 1720 por D. João V, — observa êle —, apresentou pela primeira vez investigações pròpriamente históricas, em substituição à literatura, por assim dizer, monastica, em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

arqueológicas... Nesta colecção (*Documentos e Memórias* da Academia) se encontram insertos, afora algumas pequenas memórias àcêrca de assuntos epigráficos, os trabalhos de D. Jerónimo Contador de Argote que, além dos de Rezende, são até esta época a principal fonte a consultar com referência a inscrições em Portugal». É curioso que o primeiro inventário de dolmens que se conhece na Europa seja nosso e saído do seio da aludida Academia. E o disvelo de D. João V pelas coisas do bom saber prova-se com a *Symmicta Lusitana*, — volumosa cópia de documentos, mandados tirar em Roma à sua custa, generosamente.

Paralelamente, vejamos o que as sciências lhe agradecem. Prezando como poucos o desenvolvimento de Portugal, acolheu sempre com distinção os sábios estrangeiros que nos visitavam, como o académico Le Quien e o naturalista Merveilleux. A Merveilleux encarregou o rei de escrever a história natural do nosso país, premiando com 1.200:000 reis algumas memórias que êle ainda chegou a ordenar. As matemáticas mereceram-lhe dedicadas atenções. «O sr. Rei D. João V teve por estes estudos especial inclinação, — diz António Ribeiro dos Santos —, que poderia subir a mais alto ponto a favor dêles, se a educação tivesse promovido o seu espírito para esta parte. Êle mandou buscar primorosos instrumentos para as operações matemáticas, e até mandou vir de Itália três insignes professores desta sciência, que

Digitized by Google

fôram os P. P. Francisco Musarra, natural de Sicília, Domingos Coppace e João Baptista Carboni, Jesuitas, que espalharam luzes e concorreram a excitar o estudo dos nossos».

Para o Hospital Rial de Lisboa veio, da Itália igualmente, o célebre Santucci, para ensinar anatomia. De Itália veio também o arquitecto Alexandre Giusti, que se notabilizou na decoração da basílica de Mafra. De Giusti foi discípulo Machado de Castro, e bastantes portugueses cursaram em Roma, subsidiados pelo Rei, os centros artísticos, fazendo D. João V erigir ali uma escola para os nossos cursos, que confiou à direcção de João Gerard Rozzi. Por isso, considerando a manifesta solicitude de D. João V em levantar o seu país ao nível dos mais adiantados, Manuel Bernardes Branco repara com amargura, ao comparar o ensino no tempo do *Rei Magnanimo* com o ensino de há trinta anos: — «Em suma, o ensino no tempo de El-Rei D. João V era uma cousa séria, e são quási inumeráveis os portugueses distintos nas letras, tanto em Portugal, como no estranjeiro. Então encontravam-se compatriotas nossos fazendo observações astronómicas, tanto na Tartaria, como em Pekin... Então um grande número de portugueses estava ensinando nas universidades estranjeiras. Então muitíssimos compêndios feitos por portugueses eram espontâneamente adoptados por outros países para o ensino.»

Digitized by Google

Fechemos os olhos sôbre a miséria do presente e encaremos agora o aspecto político do reinado de D. João V. Orfão aos 17 anos, D. João V herdou a corôa numa hora difícil, quando a Inglaterra, depois de nos haver envolvido na guerra da Sucessão, não tardaria a abandonar-nos, como sempre, à nossa sorte. Tímido, hesitante, confia a marcha do Estado a Diogo de Mendonça Côrte-Rial e admite no seu Conselho o conde de Castelo-Melhor. Em 1716, aos vinte e dois anos, afirma-se em plena individualidade e toma para si ciosamente a direcção governativa. «Todos os negócios lhe eram apresentados, — conta o visconde de Santarém —, e nada se fazia senão conforme as suas ordens.» É interessante agora aludir às instruções secretas que trouxe de Paris o cavalheiro de Chavigny. Descrevem-nos elas o Rei como se não deixando levar por ninguém, na completa autonomia da sua acção, — «*un prince entier*, lhe chama Luís XV —, e recomendam ao embaixador de que nunca se esqueça que D. João V «*tem sido constante em elevar o seu país à categoria dos principais da Europa e por isso que êle tem sido bem sucedido nesta pretensão, convém estar atento.*»

Suponho que de nada mais careciamos, senão da simples nota fornecida por um monarca estranjeiro ao seu diplomata, para que D. João V nos aparecesse nas suas linhas dum grande rei e dum verdadeiro português. Em mais duma emergência,

Digitized by Google

ou com a Espanha, ou com a França, D. João V sustentou inabalávelmente os direitos e as prerogativas de Portugal. Um momento houve em que D. João V se encontrou quási árbitro da Europa em guerra. Fiel defensor da paz, a neutralidade do país manteve-a com firmeza, não hesitando, porém, em ir para a guerra, sempre que o julgou diminuido no seu prestígio ou na situação internacional que conseguira grangear-lhe. Assim nas relações externas, D. João V amava e defendia nas relações internas o seu povo como raros, recebendo toda a gente em audiência pública duas vezes por semana. Essas audiências —, ilucida o visconde de Santarém —, inspiravam grandíssimo temor, por isso que todos podiam queixar-se ao rei, o qual sabia e via tudo quanto se passava na capital, e até nas outras partes de reino, donde vinha muita gente informá-lo de quanto se fazia.»

Eis como foi o rei, que uma história torpe acusa de libertino e de perdulário! Reabilitêmo-lo nós em face dos seus altos serviços à nação, não cultivando a lenda que o ennegrece intencionalmente.

D. João V é vítima do propósito faccioso que tudo deprime, para que só Pombal avulte. Sucede com o seu reinado o que sucede com o de D. Maria I, — um e outro sacrificados à exagerada auréola que circunda o Marquês. Mas para que acentuar a falsidade? Acentuava-a já Vilhena

Digitized by Google

Barbosa numa passagem, que eu recorto para aqui, como julgamento definitivo. É a que segue: — «As imensas riquezas que nessa época nos vieram do Brasil não foram todas consumidas improdutivamente. Não foram transformadas sòmente, como em geral se apregôa, nas obras de Mafra, nas bulas da erecção da Patriarcal, em donativos a infinito número de igrejas, e em cercar o Trono Rial de esplendores cada vez mais deslumbrantes. Serviram também para grandes empresas de aberturas de canais, em que figuram, entre outros, a chamada *vala da Azambuja,* que ia até Rio Maior, e o *Tejo Novo,* a mais grandiosa obra hidráulica que tem sido empreendida em Portugal. Serviram para a construção de inumeráveis pontes, e de principais estradas no reino, reconstruidas ou reparadas nos dois reinados seguintes... Serviram para a criação de importantes estabelecimentos fabris e para a introdução de indústrias novas; para a restauração da marinha de guerra, para a fundação e manutenção de academias e de várias escolas. Serviram, enfim, para estas e muitas outras coisas úteis, umas que ao diante se anularam ou perderam, por efeito de decadência e desordem que se introduziram em todos os ramos de administração do Estado nos últimos nove anos no reinado de D. João V em que êste soberano esteve paralítico, outros que, em razão das reformas com que se estreou o govêrno d'el-rei D. José, vieram no decurso do tempo, a ser atri-

Digitized by Google

buídas à patriótica iniciativa do Marquez de Pombal» (1).

E basta! Na maior das evidências, o embuste que envolve a figura de D. João V não subsiste mais. É imperioso ressuscitar o antigo patriotismo. Não o ressuscitamos senão pelo regresso ao amor do nosso passado. D. João V demonstra-nos quanto vale um rei, embora não nos possa demonstrar quanto vale uma monarquia. Isto, porque é exactamente no seu reinado que o Absolutismo corrompe as nossas instituições tradicionais. A superior acção pessoal do monarca evitou, no entanto, os males que só se revelariam depois com D. José I, de todo entregue à sugestão dum valido. Mostremos nós, que somos portugueses, expulsando duma vez para sempre a mentira da nossa história! D. João V é dos mais atingidos. Singular maneira de honrar, na verdade, quem, trabalhando pela sua grandeza, só trabalhou pela grandeza de Portugal! Não o faria senão um rei. E quando o rei que o fez é D. João V, sirva-nos ao menos o aniversário da sua morte para lhe desembaraçarmos a memória dos aleives que criminosamente lh'a ennodoam!

(1) Recomenda-se a consulta da curiosa *Separata* da *Revista de História*, devida à pena do professor Fortunato de Almeida, *Subsídios para a história económica de Portugal*.

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

Consangùinidade e degenerescência

Entre os logares-comuns, de que inevitàvelmente a argumentação republicana se socorre contra as verdades salutares que defendemos, costuma figurar, como irrespondível, a degeneresnência fatal das dinastias, em resultado da prática frequente da consangùinidade nas suas alianças matrimoniais. Foi êsse, na realidade, o pensamento dominante nos meios scientíficos do século que passou, influenciados poderosamente, como ninguém ignora, pelo negativismo revolucionário. Trabalhos notáveis se escreveram então, com destaque merecido nas obras de Brachet, *Pathologie mentale des rois de France,* e de P. Jacoby, *Études sur la sélection dans les rapports avec l'hérédité chez . l'homme.* Últimamente apareceu ainda um livro de certo fôlego, interessante, sem dúvida, para se folhear e meditar. Refiro-me ao volume do dr. V. Galippe, *L'hérédité des stigmates de dégénérescence et les*

Digitized by Google

families souvéraines. É de calcular que o dr. Galippe fôsse por todos os modos o inspirador duma célebre conferência já de há anos, em que o sr. dr. Júlio Dantas, seu autor, terminou por afirmar que «a interferência do critério médico na filosofia da história nos levava à condenação da realeza e à irresponsabilidade dos reis».

Posta assim a questão no seu aspecto corrente, examinêmo-la agora na consistência de que se possa revestir. A principal razão invocada é, segundo o que vimos, a consangùinidade, tida como causa irremediável de degenerescência. Trata-se duma opinião excessivamente generalizada, cujo alcance é preciso restringir às devidas proporções. A consangùinidade em si não constitúi origem forçada de degenerescência. Desde Topinard na sua *Anthropologie* até Júlio de Matos nas *Lições de Psichiatria,* passando por nomes autorizados como Delage *(La estructure du protoplasme et les théories sur l'hérédité)* e André Sanson *(L'hérédite normale et pathologique),* é hoje uma idéa estabelecida e assente que nunca a consangùinidade, só pelo facto de ser consangùinidade e por muito repetida que ela se nos manifeste, traduz motivo de degenerescência ou de extinção em qualquer família. Quando, porventura, no sangue cruzado exista já algum germen mórbido é que a consangùinidade tende naturalmente a fortalecê-lo e a consolidá-lo. Não é outra a hipótese que se apresenta ao doutor Grasset no seu livro recente, *La biologie humaine,*

Digitized by Google

ao considerar as ligações consangùíneas como possívelmente nefastas à preparação da hereditariedade. De resto, sabido como é que, mesmo a constatar-se semelhante caso, sempre uma das linhas ancestrais, pelo menos, introduzirá elementos novos na determinação do tipo hereditário, é-nos lícito contar com a colaboração das acquisições estranhas a essa consangùinidade viciada, as mais das vezes dispondo de resistência bastante para a atenuarem, se não para a neutralizarem.

A prova da acção inofensiva da consangùinidade, quando isenta de alterações patológicas irremediáveis, demonstra-se com o exemplo conhecidíssimo da família do dr. Bourgeois. A família do dr. Bourgeois descendia dum casal consangùíneo, consorciado em 1729. Ora na tése do seu doutoramento, — *Quelle est l'influence du mariage entre consanguines,* o próprio Bourgeois, historiando a sua família durante o espaço apreciável de cento e trinta anos de existência, verificava nela 91 uniões fecundas, das quais 68 consangùíneas, havendo 16 em que a consangùinidade era sobreposta. A mortalidade mantinha-se normal, não se observando mais que dois casos de epilépsia, um dos quais acidental, um caso de imbecilidade, um de loucura acidental, dois casos de tísica e um de escrofuloso. Nas passadas de Bourgeois, Seguin-Ainé deu-nos a conhecer os resultados de dez alianças entre os seus e os Montgolfier. *Je n'ai jamais appris,* — comenta êle — , *qu'il eût parmi tous les enfants*

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

Consangüinidade e degenerescência

Entre os logares-comuns, de que inevitàvelmente a argumentação republicana se socorre contra as verdades salutares que defendemos, costuma figurar, como irrespondível, a degeneresnência fatal das dinastias, em resultado da prática frequente da consangüinidade nas suas alianças matrimoniais. Foi êsse, na realidade, o pensamento dominante nos meios scientíficos do século que passou, influenciados poderosamente, como ninguém ignora, pelo negativismo revolucionário. Trabalhos notáveis se escreveram então, com destaque merecido nas obras de Brachet, *Pathologie mentale des rois de France,* e de P. Jacoby, *Études sur la sélection dans les rapports avec l'hérédité chez . l'homme.* Últimamente apareceu ainda um livro de certo fôlego, interessante, sem dúvida, para se folhear e meditar. Refiro-me ao volume do dr. V. Galippe, *L'hérédité des stigmates de dégénérescence et les*

Digitized by Google

provenant de ces mariages aucun cas de sourde-mutité, d'hydrocéphalie, de bégayment ou de six doigts á la main» (*Comptes rendus de l'Académie des Sciences*, tomo LVII, 1863). E a comunicação de Auguste Voisin àcêrca da comuna de Batz na Loire-Inférieure, com uma população em 1865 aproximada de 3.300 habitantes, fornece-nos um valioso apoio para o nosso ponto de vista.

O estudo de 46 uniões consangùíneas obrigou-o a partilhar da doutrina de Bourgeois e Seguin. *Cette étude*, — escreve Voisin —, *m'a laissé convaincu que la consanguinité n'est nullement prejudiciable aux enfants lonsque le pére et la mére n'ont aucune diathese, aucune maladie hereditaire... et que dans ces cas la consanguinité ne nuit d'aucune façon au produit et á la race, mais au contraire, exalte les qualités, comme elle ferait pour les defauts et les autres causes de degénerescence.»*

São estas as bases fundamentais do problema. Pode êle colocar-se como Sanson o coloca. «A consangùinidade em si não é nem mórbida nem sã. Ela é pura e simplesmente, como já se disse, um estado de parentesco próximo entre os cônjuges... Quando os cônjuges pertencem a uma família sã, os produtos nascem sãos. Se, ao contrário, essa família está tocada dum vício constitucional ou duma deformação qualquer, o resultado reflectir-se há nos seus produtos.» Ora os partidários da degenerescência fatal das dinastias partem do princípio preconcebido da sua hereditariedade

Digitized by Google

já avariada. Lacassagne chegou até a considerar o exercício do poder causa bastante de degenerescência, instituindo e qualificando a *cesarite*, como conseqüência do esgotamento nervoso que a plenitude do mando provoca na descendência de quem o pratica duradoira e intensamente. O exagêro não se ficou, porém, aí, É do conhecimento de todos a exploração a que se tem prestado o prognatismo característico dos Habsburgos (1).

(1) Cabe nesta altura, ainda que posteriormente lançada, uma nota que se me afigura de altíssimo interesse. A primeira verificação do prognatismo nos Habsburgos documenta-se com uma medalha representando Frederico III e Maximiliano, seu filho. Observa Henri Bouchot: — *Tous deux ont la marque originelle, mais Maximilieur seul en est réellement affligé*». Casou-se Maximiliano com uma prognata, como êle, — Maria de Borgonha, filha de Carlos-o-Temerário. O prognatismo dos Habsburgos acentua-se então definitivamente e transmite-se de indivíduo a indivíduo, de geração em geração, como uma marca inapagável. Ora no curiosíssimo volume do dr. Osw. Rubbrecht, *L'origine du type familial de la maison de Habsbourg*, Bruxelas, 1910, sustenta-se e demonstra-se que o prognatismo inferior dos Habsburgos nada tem com os antecedentes borgonheses da casa de Áustria. O dr. Rubbrecht atribúi-lhe uma proveniência própriamente austríaca e, sobretudo, espanhola. Retenhamos, porém, a nossa atenção numa circunstância singular. De quem era filho Maximiliano, cujo prognatismo é já manifesto? Duma princesa da casa de Avís, — da nossa D. Leonor, irmã de Afonso V e que Luciano Cordeiro estudou largamente numa apreciável monografia. De quem descendia

Digitized by Google

Pretende-se fazer corresponder êsse traço físico, tão persistente e inconfundível, à condenação sem apêlo da casa de Áustria. É um juízo simplista que a história desmente em tantíssimas séries de Habsburgos ilustres. No prefácio do livro já citado do dr. Galippe, com razão repara Henri Bouchot que o prognata tanto pode ser um imbecil, como pode ser Lourenço de Medicis, Carlos V ou Luís XIV (1) Manifesta-se bem o abuso que

---

Maria de Borgonha, mulher de Maximiliano? Por seu pai, Carlos-o-Temerário tivera como avó a Isabel de Portugal, filha do nosso D. João I. Se nos recordarmos agora de que a máscara alongada constitúi a característica das princesas da casa de Avis (vid. Roblot-Delondre, *Portraits d'infantes*, Bruxelas, 1913. pág. 27), não nos é difícil concluir que o alardeado prognatismo dos Habsburgos, indiciado em Maximiliano pela primeira vez com vigor, se evidencia, sobretudo, nas contribuições genealógicas que os Habsburgos a seguir recebem do sangue joanino (Carlos-o-Temerário, Joana-a-Louca, etc. etc.). Inesperado, não é verdade?

(1) A propósito do celebrado prognatismo dos Habsburgos, escutemos o dr. Apert no seu volume *L'hérédité morbide*, Paris, 1919: — «... *Je veux parler du prognathisme du maxillaire inférieur, conformation vicieuse qui a fait l'objet d'un trés intéressant livre de M. Galippe. M. Galippe a étudié sa transmission dans les familles souveraines; il montre qu'elle apparait dans la maison de Bourgogne dés Charles le Téméraire, qu'elle se transmet dans la maison d'Autriche et dans la maison de France, et que, entretenue par les mariages consanguins répétés, elle se fixe dans toutes les maisons souveraines catholiques. Voici donc une conformation qui se*

Digitized by Google

à sombra das leis da hereditariedade se tem cometido em benefício dos mais inqualificáveis preconceitos jacobinos! Sôbre documentos iconográficos, imperfeitos em grande número e sem fidedignidade garantida, cái-se freqüentemente na improbidade dos diagnósticos retrospectivos. Não é outro o defeito basilar de que enferma o livro do dr. Galippe. Depois, sucede que o dr. Galippe fundamentou-se sôbre os estudos de Jacoby. Pois os estudos de Jacoby fôram declarados por Naegeli em pecado flagrante de ignorância genealógica, invalidando-se assim certas afirmações em que o livro de Galippe se repousa confiadamente.

Nestes têrmos nós podemos asseverar, contra a idéa consagrada entre nós pela frase de colarinhos-engomados do senhor dr. Júlio Dantas, que a interferência do critério clínico na história não

---

transmet depuis six cents ans, dans un groupe de familles de même souche et s'unissant constanment entre elles. Eh bien! je dis que c'est lá un caractére de race et nous un stigmate de dégénérescence. Le stigmate de dégénérescence, c'est ce qui écarte le sujet du type normal dans son espèce, dans sa race, dans sa famille; telles sont les modifications que provoquent dans le type familial l'hérédosyphilis, l'hérédo-alcoolisme, et toutes les sonffrances des parents; ici c'est le contraire; ce qui caractérise cette conformation spéciale, c'est sa grande tendance à se reproduire identique à elle-même par l'hérédité». E eis no que conclúi a novela scientífica da degenerescência dos Habsburgos, com base no seu inalterável prognatismo!

Digitized by Google

fulmina em nada a Realeza, nem nos leva à irresponsabilidade terminante dos Reis. A semelhante respeito publicou no *Movimento Médico,* revista conimbricense, no número saído a 15 de janeiro de 1913, o Prof. Eusébio Tamagnini um artigo que, por todas as circunstâncias, marcou no nosso meio scientífico. Levanta o Prof. Eusébio Tamagnini as palavras levianas do senhor Júlio Dantas. E encostando-se às melhores autoridades, ensina-nos que o esquema genealógico dos Hoenzollerns só por si inutiliza a tese da degenerescência fatal das famílias riais da Europa. É de um heredologista eminente, mencionado pelo Prof. Eusébio Tamagnini ao longo do seu artigo, o seguinte depoimento: — «Uma outra lição elucidativa nos fornecem os Hohenzollerns e é a de que as famílias de sangue azul não degeneram necessariamente. No caso referido verifica-se que a mesma linha de descendência ocupa há mil anos uma posição previlegiada e ainda hoje é constituida por pessoas activas, inteligentes e morais». O sábio de quem transcrevemos esta passagem decisiva é o norte-americano Frederic Adam Woods, autor de um trabalho de vulto, — *Mental and Moral Heredity in Royalty.* Em abôno das suas conclusões, alude ainda aos exemplos que nos oferecem pelo seu admiravel equilíbrio as casas de Saxe-Coburgo Gotha, de Nassau, de Mecklemburgo e do Hanover. E termina, sintetizando numa única afirmativa os resultados das suas demoradas e laboriosas

Digitized by Google

pesquisas scientíficas. Ei-la: — « *Não resta dúvida que a realeza moderna no seu conjunto apresenta uma capacidade inegávelmente superior à capacidade média europeia, e podemos dizer, sem receios de refutação, que as raças riais, consideradas como unidade, são superiores a qualquer outra família ou raça, seja nobre ou seja plebeia* ».

Tal é o testemunho sensacional de Woods. Êle destrói o argumento mais sólido da mentalidade republicana nas diatribes dardejadas contra a Realeza. Nem a Realeza é forçosamente um «alfobre de degenerados» (Júlio Dantas), nem a consangüinidade é uma causa necessária de degenerescência. E Woods, ao reconhecer nas linhagens riais da Europa uma capacidade superior à capacidade média de quaisquer outras famílias, ou aristocráticas ou plebeias, justifica plenamente a página célebre de Renan, em que os acasos do nascimento são computados menos perigosos para o exercício da função soberana de que os acasos da eleição. Para aqui a traslado, porque não sei de fecho melhor para rematar. « O acaso do nascimento é melhor do que o acaso do escrutínio — diz Renan na *Reforme Intellectuale et Morale*. O nascimento traz consigo vantagens de educação e algumas vezes uma certa superioridade de raça ».

E logo Renan acrescenta: — « Quando se trata da designação do soberano e dos chefes militares, o *critérium* do nascimento impõe-se quási necessáriamente. Esse *critérium*, no fim de con-

Digitized by Google

tas, não ofende senão o preconceito francês que vê numa determinada função uma conveniência para o respectivo funcionário e não um dever público. Semelhante preconceito é o inverso dos verdadeiros princípios de govêrno, os quais recomendam para não se considerar na escolha do funcionário senão o bem do Estado ou, em outros têrmos, o bom exercício da função. Ninguém tem direito a lugares. Mas todos teem direito a que os lugares sejam bem preenchidos. Se a hereditariedade de certas funções era uma garantia do seu bom desempenho, eu não hesitarei em aconselhar para essas funções a hereditariedade».

O juízo de Renan é corroborado pura e simplesmente pelas lições profundas da história. Nada mais anti-natural nem mais anti-scientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado. Acolhêmo-nos a ela com a segurança dos antigos, lembrando-nos de que a autoridade se deve conservar pelos mesmos processos por que a espécie se perpetua. A reflexão é de Bossuet. Mas a verdade que ela contém pertence, como conquista da civilização, ao património de todos os séculos!

Digitized by Google

Conde de Monsaraz

Quando me lembro do conde de Monsaraz, lembro-me imediatamente daquele poema de Louis Mercier, em que o poeta, diante da assembléa muda dos Antepassados, lhes pede perdão por não ter sabido ser como êles um lavrador. No conde de Monsaraz ficou para sempre bem viva a tradição rural da sua gente. E porque a ninguém a ocultava, o conde de Monsaraz poderia receber a benção que Mercier recebeu, pois se não aprendera a lavrar a herdade e a recolher o trigo, aprendera a cantar êsse esfôrço fecundo e a dar-lhe expressão imortal.

Não consideremos o conde de Monsaraz debaixo do puro ponto de vista literário. É que não alcançamos a compreensão humana da sua obra, se a não olharmos através dum critério mais profundo. Havia no conde de Monsaraz prodigiosos recursos de emoção. Se os não possuira, decerto se queda-

Digitized by Google

ria eternamente na imobilidade impecável da rima parnasiana, repetindo os temas doirados das recepções na Embaixada e dos serenins em Palácio. Não aconteceu assim, como no-lo mostra a *Musa Alentejana*, — como em breve no-lo mostrará a *Lira de Outono*, livro póstumo ainda inédito.

A razão é a mais simples das razões! No conde de Monsaraz existia uma realidade sub-consciente, muito mais rica e muito mais criadora que os cánones cerrados da sua primeira fase artística. Era a comoção bucólica da terra, que o enchia das visões amoráveis da sua província natal, e que representou para o temperamento poético do conde de Monsaraz essa extraordinária eloqüência lírica, de que saíram *As cegonhas* e *As mondadeiras*, e que não o deixou nunca envelhecer.

O conde de Monsaraz, ao conformar-se literariamente, participara das influências de Leconte de Lisle. É de uso enfileirá-lo entre nós no reduzido grupo que, com Cesário Verde e Gonçalves Crespo à frente, introduziu em Portugal os processos concretos do grande mestre dos *Poèmes barbares*. Dentro dos limites convenientes, como mais tarde sucedeu com as inovações bizarras de Eugénio de Castro, não é lícito duvidar-se da acção salutar de semelhante corrente no arrazado sistema nervoso das probresinhas das nossas letras. Nós vinhamos então pela altura das quermesses idílicas do Ultra-Romantismo, numa depravação vexatória do bom-senso e do bom-gôsto. O Logar-Comum,

Digitized by Google

com carta de Conselho e assento na Câmara-Alta, fazia as suas jornadas de triunfo. De Coimbra, cheios de hegelianismos confusos, uns rapazes atrevidos tinham já bradado não sei que irreverências famosas. A um exagêro opunha-se outro exagêro. Porque se da apelidada «escola coimbrã» o nome de Antero se destaca para a primeira plana como uma das mais raras organizações com que a mentalidade portuguesa se ennobrece, também é verdade que, pela via de Teófilo e de Junqueiro, penetrava na inteligência indígena o arrevezado e já tão provado filosofismo, de que próximamente resulta a nossa crise actual.

De passagem é-me agradável assinalar aqui a formação germânica do pensamento de Teófilo Braga, mas no que na Germânia se encontra de pior e de mais estragado! E se nos recordarmos agora que os verbalismos tonitroantes de Guerra Junqueiro emmudeceram para nunca mais se ouvirem, desde que o insigne descendente de tanto marrano converso não achou em Vitor Hugo mais nada que valesse a pena descaminhar aos direitos, nós reconhecemos, sem parcialidades de partido, que as conseqüências sociais da dissidência de Coimbra se resolveram em causas de absoluta desnacionalização para Portugal.

Por isso, menos importante e mais modesto, o movimento inspirado pelo parnasianismo francês torna-se-nos logo de começo simpático, tanto pela maneira aristocrática como se desviava das exal-

Digitized by Google

tações rubras da barricada, já em progresso na poesia do tempo, como pela espécie de higiene que iria desenvolver na natureza dulçorosa do lirismo em sucesso nos dois ou tres cenáculos da época. Ao Macedo Papança das *Crepusculares,* ao Cesário Verde das equilibradas melancolias dum Ocidental e ao Gonçalves Crespo dos quadradinhos estilizados e do detalhe precioso, nós teremos que agradecer um outro cuidado no arranjo da estrofe e um maior escrúpulo na estesia do vocábulo. Trouxeram-nos rítmos novos e novas imagens. Como ao depois na desinfecção violenta do *Oaristos* e do *Horas,* abriram-se para nós janelas imprevistas e imprevistos fôram muitos dos motivos literários que essa tendência chamou para a claridade.

É certo que, no sentido superior da palavra, Leconte de Lisle é mais um *escritor de versos* que pròpriamente um *poeta.* A ausência de fontes de vida interior na sua poesia faz que a reputemos como uma admirável criação mental, — e não como um borbulhão espontâneo, em que as vozes secretas do espírito prevaleçam iluminadamente sôbre os conceitos cristalizados da inteligência. A poesia, quando é poesia, tira as mais mergulhadas das suas raízes dum fundo de sub-consciência, sendo assim mais *dinâmica* do que *estática,* mais *vibração* do que *definição.* Ora a arte de Parnaso, porque é *arte* e não *poesia,* é bem, à maneira clássica, únicamente *estática.* Parte da impressão periférica

Digitized by Google

das coisas, não lhes penetra a sua fôrça íntima. Entende-se, pois, porque o Parnasianismo teria que ser, não um *fim,* mas um *meio,* — não uma *síntese,* mas um *processo.* Tanto Leconte de Lisle, como Heredia, seu discípulo, tentaram, bem o sei, uma como que interpretação cíclica da humanidade. Porém, o seu intento segmentou-se em aspectos episódicos, a que faltava um largo sôpro inspirado, que lhes imprimisse a necessária unidade.

Menores em relação ao prestígio justíssimo dos seus predecessores franceses, os nossos parnasianos, como parnasianos, pouco produziram, — e se mais produzissem, não se fariam senão repetir. É êsse o perigo da arte formal, brotada apenas de meras sugestões cerebrais. Cesário Verde, a viver, não iria além do *Livro de Cesário.* Gonçalves Crespo desdobrar-se-ia monótonamente em miniaturas e em nocturnos, se aos seus dois volumes mais outros se tivessem juntado. Caracteriza-se talvez pela ausência de um sentido elemento de ordem subjectiva a diminuta produção de quási todos os poetas filiados no Parnaso. Cesário encontrou ainda a sua doença. No entanto, era um *sem-paisagem,* aperreado na asfixia geométrica da Baixa e comovendo-se medíocremente, com a preocupação de fixar atitudes, diante da natureza pobre dos arrabaldes. Eu creio assinalar uma circunstância importante, logo que recorde, com as origens citadinas de Cesário, a proveniência exótica da maioria dos parnasianos mais aclamados.

Digitized by Google

Já não falo em Gonçalves Crespo, cuja naturalidade brasileira ninguém ignora. Transpondo-me a França, recordo Leconte de Lisle, nascido na Ilha Borbon, — recordo Herédia, de boa proveniência cubana. A circunstância não é para desdenhar, se concedermos à poesia uma génese exclusivamente emotiva. A abstenção do sentimento da Terra e dos Mortos, ao contacto de horizontes e de ambiências que psíquicamente lhes seriam, senão hostis, pelo menos indiferentes, provocaria nesses poetas a insensibilidade afectiva, em que se baseia todo o segrêdo do seu vigor de análise e a rara energia do seu poder descritivo.

Parnasiano na correcção exterior, o conde de Monsaraz já não padecia da mesma deficiência. Tinha Mortos e tinha Paisagem. De aí lhe veio logo no *Crepusculares* uma acentuada modalidade lírica que, afirmando-se mais a mais em outras páginas subseqüentes, lhe valeu de alguém, a quem me escapa o nome, a designação galante de *Musset português*.

Eu não procuro instruir aqui o ensaio crítico que tanto me merecia a memória sempre querida do conde de Monsaraz. Desejo, todavia, fixar certas linhas interessantes da sua fisionomia literária, até hoje credora de mais significativas homenagens de que as costumadas frases de ocasião, com que a banalidade dos pretenciosos se mete a pontificar em dias de capa-de-asperges! Eis porque saliento o singular valor que para

Digitized by Google

mim assume o facto de ser o conde de Monsaraz um enraizado com Mortos e com Paisagem.

Conheci de perto o conde de Monsaraz durante os anos em que andou tirando a sua «segunda formatura», — como êle próprio dizia. A «segunda formatura» do conde de Monsaraz era a formatura do Alberto. Ao longo dêsse período, em Coimbra, na casa, já agora célebre, da Rua dos Militares, não houve ninguém que possuisse merecimento, que ali não fosse receber o estímulo generoso do poeta. O conde de Monsaraz foi um grande perdulário! Dispersou em bondade os largos tesouros do seu espírito gentilíssimo, fazendo da sua vida a mais extraordinária obra de emoção, que é possível imaginar-se. Remoçava connosco. E se, puxando dos seus papeis, nos lia alguma poesia nova, li-a sempre com o receio da velhice.

— «*Más, francamente, não me enganem!*». E contava-nos então a história triste dum poeta consagrado do seu tempo que, duma vez, o convidou a ir ouvir-lhe a leitura do poema em que trabalhava. A criatura declinava já sensívelmente, mais do que nunca falto de talento, que jamais tivera. Contudo, a fama guindara-o bem alto, quando cantava a cigarra de Anacreonte na olaia do velho Castilho. Rapaz, o conde de Monsaraz, ainda simplesmente Macedo Papança, escutou-o com caridade e com caridade o aplaudiu depois. E sempre que as palavras da nossa admiração o festejavam agora, o conde de Monsaraz acrescentava inalterávelmente: — «*Não*

Digitized by Google

me estarão vocês fazendo o mesmo que eu fiz ao outro? »

Não me esquecerá a mim a manhã de inverno em que o conde de Monsaraz nos ofereceu um almôço alentejano, com a nossa «açorda» tradicionalíssima fumegando o delicioso aroma dos poejos! Hora a hora, eu pude estudar a natureza magnificamente dotada dêsse filho de lavradores, que da lavoura trouxera para as letras o sabor rijo da província em que apareceu ao mundo. Não estranho, por isso, que o conde de Monsaraz se nos apresente como um caso literário digno de particular atenção. Em geral os poetas, à maneira que o coração se lhes cança e a plenitude da seiva os vai desertando, ou emmudecem prudentemente, ou, senhores de todos os recursos da técnica, limitam-se apenas a pequenas virtuosidades artísticas, em que se satisfaçam as veleidades do seu orgulho estético. No conde de Monsaraz verifica-se o contrário, sem receio de errarmos. É no fim da existência que êle se liberta das imposições canónicas do seu parnasianismo exigente e nos deixa na *Musa Alentejana,* não o testamento duma sensibilidade, mas um hino de fôrça, que é bem o pregão dum forte temperamento na posse de si mesmo. É onde se revela a intervenção dos elementos sub-conscientes de que os outros poetas da sua roda não dispunham e que é o segrêdo espantoso da facilidade lírica do conde de Monsaraz.

Nenhum poeta português se aproximou tanto

Digitized by Google

das preferências literárias da actual geração como o autor ilustre de *A cruz do trovisco* e da *Tragédia rústica*. O conde de Monsaraz, num avanço extraordinario sôbre os seus processos e sôbre a sua época, realizou em Portugal uma poderosa demonstração do que em arte pode ser o regionalismo. É um exemplo quási único de amplitude de espírito e de penetração lírica!

Eu sei! Dos mistérios da sua hereditariedade falaram os avós agarrados secularmente à gleba. E de tanto naturalismo instintivo saiu, como flôr de maravilha, a nova primavera do Poeta. De certo modo, o seu aprumo parnasiano adoçara-se sempre pelo lirismo húmido duma galantaria bem formada. Há nas *Páginas sôltas* o trecho, — *Um pôr do sol*, que marca talvez o ponto de partida do conde de Monsaraz para a fase definitiva da sua obra. Aí se misturam as duas tendências. E como que simbólicamente, as janelas dum *boudoir* requintado, — o *boudoir* de Clarinha, rasgam-se sôbre um fundo campesino, em que se

> « Destacam medas de palha,
> Onde, imóveis e tristonhas,
> Vão meditar as cegonhas
> Nas coisas da criação. »

A saüdade dos seus, a lembrança do passado distante, foi a varinha de condão que fez rebentar a oculta fonte de Juvência. Desde êsse instante de milagre, o conde de Monsaraz sentiu-se em

Digitized by Google

acôrdo com as predilecções mais vivas da sua alma. A sua voz ganhara o acento inspirado das vozes iluminadas. E à sombra das árvores altas da velha quinta familiar, debaixo do olhar amorável de Nossa Senhora das Vidigueiras, o Poeta curvou-se às revelações do Sangue e da Terra, em busca do verdadeiro sentido da imortalidade.

Renan escreveu um dia dos seus antepassados que eles tinham vivido durante centenas de anos uma vida obscura, fazendo economias de pensamentos e de sensações, de cujo capital amontoado êle se sentia o único herdeiro. Essa economia ancestral também aflorou na personalidade do conde de Monsaraz. É-me grato a mim, e em crítica rigorosamente exacta, explicar o indivíduo pelos seus antecedentes. A dinastia agrícola, de que o conde de Monsaraz derivou, é quanto me basta para achar a compreensão perfeita da sua individualidade.

Teem raízes profundas os Papanças. São de uma linhagem de «homens-bons», que já no século XVIII se assentavam em vereação no cume arrogante de Monsaraz. Os arquivos públicos guardam a habilitação de José Mendes Papança, em Abril de 1779, para cavaleiro professo da Ordem de Christo (1). *José Mendes Papança* — diz o juiz da inquirição —, *he filho de legitimo matrimonio de*

(1) Torre do Tombo, *Habilitações da Ordem de Christo.*

Digitized by Google

Manuel Mendes Papança e de Antonia Godinha, todos naturais da freguezia da Nossa Senhora da Caridade, termo da vila de Monsaraz... neto paterno de Manuel Mendes e Maria Marques... materno de Domingues Alves e de Margarida Braz.» E continua o documento na sua parte mais expressiva: —«*que o pretendente he actualmente vereador naquela vila, que se trata á lei da Nobreza por ser nobre por seus paes e avós que foram lavradores abastados fabricando suas Herdades com muitos Creados e Escravos e que seu avô materno fora professo na Ordem de Christo, todos conhecidos por nobres sem exersisio mecanico e que o pretendente tem todos os requesitos de nobreza e os mais que determina o Definitorio*» (1).

Viver à «lei da nobreza» era ser-se «autoridade-social», era servir-se, com mais encargos do que direitos, o bem-comum. Ricos, os Papanças aceitavam com diligência e zêlo as responsabilidades públicas do sua fortuna. Perdeu o tempo presente a noção dêstes valores morais. Não a perco eu, porque um grande homem é o fruto merecido pelos seus Maiores. «Quando uma famí-

(1) A esta família Mendes Papança pertencia a baronesa de Santo Amaro, depois no Brasil marquesa do mesmo título, D. Maria Benedita Papança de Almeida, por seu marido, o 1.º barão e 1.º marquês de Santo Amaro, José Egídio Alvares de Almeida, secretário de D. João VI e embaixador do Império a Londres e Paris.

Digitized by Google

lia viveu um longo passado na ordem e no dever, — comenta Edmond Picard àcêrca de Gustave Le Bon —, surge por vezes um ser superior que é como que a flor ou o fruto da árvore familiar». O conde de Monsaraz foi a recompensa obtida pelas virtudes de seus avós. «*Vós conhecereis a árvore pelos frutos*» — ensinam os Evangelhos. Não deram de si melhor prova aqueles lavradores alentejanos, que tanto se sublimaram nas excelências do seu sangue, defendendo a terra que lavravam, já com o recuado Domingos Alvares, cavaleiro de Cristo, certamente por feitos próprios na fronteira em maré aziaga de invasão, já mais perto, com Joaquim Romão Mendes Papança, procurador de Monsaraz nas côrtes de 28, clamando o voto de seu concelho na lealdade ao Rei e na obediência à Fé. Quem assim tirava da charrua uma espada, para a mudar em relha fecunda sempre que o perigo passasse, tornava-se digno de ser glorificado perante Deus e perante os homens por alguém da sua carne. De pé, ante a assembléa dos Manes, o conde de Monsaraz não se sentiria envergonhado por não haver seguido o sulco aberto na herdade pelo esfôrço centenário dos seus. Êle espiritualizou êsse esfôrço. E, comunicando-lhe a alma da sua alma, deu-lhe a expressão das coisas eternamente moças!

Digitized by Google

Duas datas

Eu não quero que termine Agosto sem aqui lembrarmos a passagem de duas datas, que são das maiores na história de Portugal. Foi a 21 de Agosto que Seuta, chave do Estreito e cabeça da Moirama, caíu em nosso poder. Duzentos e tantos anos mais tarde, era em Agosto também, a 4, por sinal, que Portugal sucumbia em Alcácer-Kibir, debaixo dos golpes do mesmo Moiro, que dois séculos antes haviamos desbaratado.

Nestas duas datas se encerra todo o curso da nossa vida de povo durante a segunda dinastia. Portugal, colocado à beira do Oceano, tinha que sofrer a influência da *lei dos litorais*. A sua expansão para o mar seria irreprimível no dia em que lhe não fôsse mais possível manter-se dentro dos antigos limites, ou quando a autonomia da sua existência política lhe exigisse um ponto de apoio, que na Península não encontraria. Enquanto a

Digitized by Google

centralização castelhana se não consumasse, ainda a nossa vida se tornava fácil, socorrendo-se dos diversos antagonismos que dificultavam a consumação dêsse facto e cultivando-os até habilidosamente, por meio da forma sábia dos tratados e alianças.

Uma hora chegou, porém, em que forçosamente sossobrariamos, se nos não achássemos já então firmados na nossa fôrça naval, iniciando as bases dum verdadeiro imperialismo marítimo. É a hora de Isabel-a-Católica, quando da nossa parte, herdeiro do espírito e da obra do infante D. Henrique, a marcha dos destinos da nacionalidade tomara consciência na figura superior de D. João II. Para trás, ficara a epopeia de Marrocos e a aventura grandiosa das Navegações. Seuta abrira a nova idade de Portugal, saudada pelo Cronista como um estranho alevantar de outras gentes e de outras gerações. São os homens rudes das nossas costas, — os homens de Nuno Gonçalves, que dão realização ao sentido obscuro da Pátria, na sua necessidade imperiosa de dilatação. D. Fernando já a pressentira. Mas errou-lhe a direcção, ao intentá-la territorialmente contra o coração de Castela. E se Deus o não escolhera para o papel glorioso dos seus sucessores, não nos esquecemos nunca de que êle é o continuador de D. Dinis na organização cuidadosa da marinha nacional, tanto de guerra como mercante.

Há no problema histórico da nossa largada ultramarina dois aspectos que convém distinguir.

Digitized by Google

Marrocos, do outro lado das nossas águas, era decerto o «Algarve de além-mar», — o nosso natural prolongamento. Prolongamento tão natural, que a questão marroquina de hoje em dia justifica para a inteligência de todos a importância do que seria para nós a posse dessa «*África fértil e visinha*», — como a apelidaria mais tarde o conde de Ericeira, último governador da Tanger portuguesa. O êrro da nossa acção colonizadora foi abandonar-se o alastramento rural e pacífico da Pátria através das cabeceiras de África e das ilhas do Atlântico, para nos mergulharmos, de alma desvairada e sedenta, na miragem faustosa do oiro da Índia.

Aí começa a ruína de Portugal, abalando-se nas frotas a ver da riqueza estonteante do Oriente e trocando por um futuro de incerteza e naufrágios a estabilidade segura dum império, de que é prova ainda agora a fidelidade respeitosa, de que o marroquino actual reveste o nome português. Não comparemos por isso o desvario de comercialização e de rapina que nos levou a entrar nas cidadelas do Industão, entre crepúsculos de sangue e glória, com o que seriam as virtudes da raça, desenvolvendo-se em penetrações enraizadas no trato forte da terra e na defesa ameaçada da civilização. (1)

(1) Mantenho, como documento dum certo estado de espírito, estas afirmações. A arrancada da Índia reputo-a actualmente como uma das mais belas demonstrações do carácter universalista da nossa história (1924).

Digitized by Google

Seuta é o primeiro passo numa empresa que faria de nós um século adiante, os salvadores do predomínio latino (1), quando o Islamismo avançava da Ásia, triunfante, batendo até às portas de Viena e já senhor da orgulhosa Constantinópla. Não nos alheiemos de que a idéa social da Idade-Média outra não era senão a idéa de Christandade. Existia assim a sociedade internacional, que hoje não existe. E christã até aos seus mais íntimos fundamentos, a civilização destacava-se pelo seu conteúdo religioso da onda espessa de barbaria que a circundava. Semelhante conceito o vemos renascer na nossa época em livros de mais de um escritor imperialista de nomeada, especialmente nos trabalhos do almirante americano A. T. Mahan. Pois dentro da idéa da Christandade, a conquista de Seuta se concebeu, — desejosos os Infantes de receberem a sagrada investidura da Cavalaria por um acto que os tornasse bem dignos dêsse como que oitavo sacramento. «*O que a mim me parece é que êste feito não foi achado por nós, nem por nenhuma outra pessoa dêste mundo, sómente que foi revelado por Deus*». E as palavras de Nun'Alvares a D. João I, ao comunicar-lhe em Montemór o Rei o projecto e ao pedir-lhe conselho, — essas pala-

(1) Por fidelidade ao espírito com que escrevia, conservo êste apelativo «latino». A reflexão e o estudo, ajudando-me a eliminar o que há de retórico e falso em todo êle, ensinam-me hoje a corrigi-lo por «ocidental»!

Digitized by Google

vras traduzem a vocação histórica da nacionalidade e são na boca de um herói, que foi santo, a visão de Portugal-Maior, que de longe lhe estava acenando e sorrindo (¹).

Seuta ganhou-se no mesmo mês de Agosto que já vira Aljubarrota e no relógio do tempo se destinava para contemplar dentre os furores da canícula africana a agonia espantosa de Alcácer. Não destacarei aqui o alcance da tomada de Seuta que ia facilitar a expulsão definitiva dos moiros de Espanha, arrancando-lhe a guarda da passagem do Estreito. Escusado é salientar também que de Seuta, sôbre a testa enrugada de Marrocos, resultaria a scisma profunda do Infante, atirando os nossos navegadores para os mistérios apavorantes do Oceano. Rebatamos, no entanto, o velho logar-comum que nos supõe avançando ao acaso, não longe da linha da terra, sem um norte definido, quási só ao sabor das correntes e dos ventos.

A navegação portuguesa,—está hoje provado—, possuiu um pensamento scientífico. E, mais tarde,

---

(¹) Ultimamente, com os seus arcaicos processos racionalistas, o senhor António Sérgio tem procurado diminuir o aspecto espiritual da Conquista e da Navegação, para lhe sobrepôr um exclusivo intuito económico. Trata-se de importação tardia de certas teorias da hisria, já hoje devidamente reprimidas. Além de que os conceitos de economia, em que o senhor António Sérgio se inspira, não podem retrotrair-se ao período a que os aplica.

Digitized by Google

se D. João II repele os serviços de Colombo, é porque Colombo scientíficamente lhe não dava garantias sérias do seu empreendimento. De facto, êle procurava atingir o Cipango pelo Ocidente, numa noção confusa da esfericidade do globo. D. João II, submetendo-as ao exame da sua Junta de Astrónomos e Matemáticos, não encontrou bases firmes nas razões de Colombo. Assim de Colombo é que nós podemos afirmar que a sua navegação se dirigiu à aventura, tendo como única indicação a opinião recebida de pilotos portugueses, e talvez dos papeis de Bartolomeu Perestrelo, seu sogro, de que a poente, navegando sempre a direito, se encontrava solo firme.

Mas é de Seuta que nós tratamos. A sua tomada, relativamente à nossa nacionalidade, representava o primeiro passo para o domínio tranqüilo dessa «África fértil e visinha», naturalmente olhada como a outra metade do nosso Algarve. A África significou depois para nós, durante o apogeu da dinastia de Avis, a escola viril das nossas energias, criadas e desenvolvidas na peleja dura contra o Moiro. O Moiro saíra-nos de casa, mas ficara-nos à vista. Da memória de todos não se sumira ainda a lembrança da perda de Espanha. Dominar e reduzir o inimigo da Fé importava o mesmo que assentar mais fundos os alicerces da Pátria.

O segrêdo da Era de Quatrocentos revela-se-nos dêste modo na formidável identidade de aspirações que Nuno Gonçalves exprimiu para sempre

Digitized by Google

nas suas táboas admiráveis. É a Grey que se reconhece e a si própria se define. Mas depressa vieram as conseqüências do nosso êrro colonial. Buscamos a Índia. E, povo de agricultores, nunca o comércio nos traria à vida nacional o equilíbrio que só pela terra e pelo arado nos pudera fixar. Chegam da Índia as notícias dos seus esplendores. É uma febre alta de delírio que atira a nação para cima duma floresta de naus. O trabalho afrouxa e quási se extingue nos vilares da metrópole, onde só a enxurrada dos escravos avulta. O sangue negro contamina-nos. Contamina-nos o individualismo sôlto da Renascença. Principia a decadência, — Portugal desnacionaliza-se. Só a Índia nos atrái, donde regressamos piratas, com as mãos ennodoadas de morticínios e de depredações. É certo que salvamos com a nossa ruina os destinos da Civilização. O Turco alastrava-se para o coração da Europa, quando o surpreendemos pelas costas. Daí o haver-nos Miguel Angelo imortalizado numa alegoria dos frescos da Capela-Sixtina. Mas a Índia é a perdição doirada que nos chama! E Portugal não se tem mão na sua loucura, — é um povo embarcando-se como um só homem, é um povo embarcando-se incessantemente e para sempre.

Distante, torna-se difícil e pesado o nosso poderio na Índia. Para lhe acudirmos, abandonam-se ao pé da porta as praças da África. «*Ha-de vir ainda um dia em que as comendas se ganharão nas costas do Algarve!*», — declamara, sombrio, o conde

Digitized by Google

do Redondo, ao votar em conselho contra tal resolução. Esse dia veio, — êsse dia não tardou a raiar. Raiou com a morte de D. João III, na hora em que de novo os moiros entram a agitar-se, fortes dos progressos assustadores do Turco. A jornada da África foi, pois, para a consciência colectiva de Portugal um acto de verdadeiro alcance nacional. Pretendiamos voltar ao caminho perdido dos varões de Quatrocentos, — ao império da Terra, já agora querido e desejado por todos, considerando nos fumos da Índia, que mais não fôram senão fumos de catástrofe! D. Sebastião é assim um grande rei, porque encarna, não só o sentir do seu povo, mas um desejo maior, — o da sua época.

Porque o Turco avançava sempre, S. Pio V, levantando na Cruz a defesa da civilização, prégara uma Cruzada. Procura-se o ideal extinto de Cristandade. A Igreja é já a Igreja de Trento, remoçada e depurada. A *Jerusalem-Libertada* corporiza no poema de Torquato Tasso o símbolo do sentimento erguido daquele tempo. Não julguemos, por isso, um simples caso de patologia o entusiasmo cavalheiresco de D. Sebastião. Incitam-no todos à empresa arrojada de implantar no coração da Moirama o sinal do Crucificado, impondo-lhe, com os direitos esquecidos da conquista, o primado supremo da civilização. Em Camões, em António Ferreira, em Diogo de Teive, nós achamos a documentação de semelhante estado do espírito nacional. Só uma interpretação racionalista da

Digitized by Google

história é que entenderá a jornada de Alcácer, como o arremêsso impulsivo dum doido. Não me cabe aqui desembaraçar a memória de D. Sebastião dêsse juízo corrente. Só recordarei que a sua carta de 24 de Abril de 1576 ao monteiro-mor Manuel de Melo é o bastante para reabilitar duma maneira duradoira a política africana do seu reinado. «*E por estas nouas serem da calidade e importancia que vedes*—, escreve o Rei —, *me pareceu fazer-vo-las loguo saber... considerando o que se deve cuidar e pode esperar de imiguos tão vezinhos e poderosos, e de tanta experiencia na guerra, como são turcos, cujo principal intento ha averem os portos de mar daquele Reyno, e os mais de Africa para em cada hu delles terem muytas gualés, de que, se assy sobcedesse, (o que Deus não permita), resultarião grandes malles, quasy sem remedio a toda a Espanha*».

Destruida como fica, por êste significativo depoimento, a lenda infamante que atribúi à loucura de D. Sebastião a jornada de África, o seu testamento, para quem o conheça, acaba de o emmoldurar na auréola de amor com que a nação o quís e estremeceu.

Morto sem remédio na batalha, por centenas de anos Portugal o esperou, como a encarnação perfeita do seu génio. Alcácer-Kibir é, desta sorte, um desastre que, se houve responsabilidades nele, couberam inteiramente a Portugal, como a uma só pessoa. Defronte da eça funerária,

Digitized by Google

fr. Miguel dos Santos o confessava em Belem, do púlpito para baixo. A grandeza do rasgo de D. Sebastião mede-se ao presente pela importância que assume para a Península o problema marroquino,—insisto—, sendo Alcácer o epílogo funesto da manhã de glória iniciada em Seuta.

Fechava-se com a expiação dum povo inteiro no areal africano o período varonil da nossa adolescência. Tentava reparar-se o êrro cometido no desenvolvimento marítimo da nacionalidade. Já era tarde! Hoje que Agosto termina, eu penso enlaçar com essas duas datas de Seuta e de Alcacer o anel misterioso dum nosso ainda possível futuro. No dia em que Portugal se possa valorizar por alianças que lhe restituam o primado do Atlântico e a colaboração na chave do Estreito, (1) talvez que mais de perto se perceba então como a tarde sangrenta de Alcácer não foi perdida para nós, — pelo menos no pensamento enorme que ali arrastou o país atrás do seu rei.

---

(1) Escrito êste pequeno ensaio no verão de 1917, já êle continha o embrião da futura política hispanista, tão calorosamente defendida pelo autor e de que êle foi o definidor e iniciador em Portugal, — registe-se contra as tolas campanhas de silêncio, com que o procuram obscurecer cabalas de ínfima espécie.

Digitized by Google

Velando as armas

Charles Maurras escreveu duma vez no prefácio do seu interessantíssimo livro *Quand les Français ne s'aimaient pas:* — « *Les Lettres nous ont conduit à la Politique par des chemins que ce livre peut jalonner, mais notre nationalisme commença pour être esthetique* ». Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias, — nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política. Seriam talvez diversas as estradas, mas o mesmo anseio de franca renovação nacionalista bem cedo nos aqueceu a esperança de moços que ainda sonhavam com a Glória. Não a fomos encontrar, como os Goncourt, à venda numa loja de tarecos ignóbeis, — uma «Glória» de gesso, não sei se com a corôa de loiros pintada a purpurina. Decepções bem piores nos assaltaram, porém! E quando nós cuidavamos viver apenas para a nossa obra, —

Digitized by Google

para aquela obra que nos enche sempre o melhor dos vinte anos, logo uma voz mais forte se ergue nas nossas veias, achando-nos de repente envolvidos nesta batalha, que não acaba nunca! Assim, tal como aconteceu a Maurras e aos seus companheiros, o nosso nacionalismo, de estético, se tornou político.

Eu não concordo com os que em princípio repudiam o Romantismo. O Romantismo entre nós, com Garrett e Herculano, não é a desorganização sentimental, de que Pierre Lasserre nos fala no seu estudo notável. Em Portugal o caso é muito outro. E é muito outro, porque, contra o falso classicismo da Arcadia, a corrente romântica voltou a despertar o veio esquecido da nossa poesia lírica. Bastam tres versos de Garrett no *D. Branca* para nos darem o verdadeiro sentido do nosso romantismo. Ei-los:

> **Nessas lindas ficções, nossa engenhosa**
> **Mitologia nacional e própria**
> **Tome enfim o logar que lhe usurparam.**

Êsse desejo de auscultar e de aproveitar os elementos característicos da alma nacional levou naturalmente o nosso Romantismo ao gôsto da história e, por isso mesmo, às apaixonadas campanhas municipalistas que põem um traço de luminosa fé, ao longo do scepticismo cansado do velho Herculano. O regresso às tendências íntimas do nosso país, pela compreensão social da Idade-Média, é

Digitized by Google

que atirou, por um equívoco, aliás compreensível, tanto Garrett como o ermitão de Vale-de-Lobos, para os acasos quási sempre sem prestígio da aventura constitucionalista. O parlamentarismo aparecia-lhes, não como uma novidade de importação, mas antes como o ressurgimento das liberdades de outrora, tão magnificamente afirmadas em Côrtes pela boca rude dos rudes procuradores dos nossos concelhos. José Liberato Freire de Carvalho, com o *Ensaio histórico-político sôbre a constituição e govêrno do reino de Portugal,* ajuda-nos a entender êste êrro duma geração, de tão funestas conseqüências depois para Portugal.

Não confundamos Garrett e Herculano com os energúmenos de 22 e de 34! Quer nas admiráveis páginas que antecedem o *Romanceiro,* como nos seus discursos parlamentares, Garrett vincou com rara energia de espírito os seus esforços por uma profunda e consciente reconstrução nacional. Herculano acompanhou-o. E não se ignoram as suas palavras sôbre a inteira incompatibilidade da democracia com a formação secular da pátria portuguesa. Não é outra a verdadeira essência do primeiro Romantismo, — monárquico e católico até em França, pela curiosidade entusiasmada que nas inteligências levantara a Idade-Média. Apresentando as suas *Odes,* assim o declarava Vitor Hugo, — o Hugo de *avant 1830,* membro da *Société Royale des Bonnes Lettres,* onde os *ultras* tinham um dos mais fortes baluartes. «A literatura actual,— dizia

Digitized by Google

o que seria mais tarde avô de todo o internacionalismo literário da Revolução —, a literatura actual é a expressão antecipada da sociedade religiosa e monárquica que sairá sem dúvida do meio de tantos destroços, de tanta ruina recente.»

O mesmo sucedia entre nós. A idéa republicana é que era de precedência clássica. A prova encontra-se no *Catão* do próprio Garrett, quando o ideologismo de 20 lhe desencadeou uma saraivada, bastante exaustiva, de tropos e exclamações. Quanto ao mais, só a influência do romantismo francês, no seu significado político, se manifestou perniciosa entre nós. Herculano, ainda pelas razões indicadas, combate-lhe a perturbação económica, na defesa da enfiteuse, por exemplo. Debalde! A lufada destruidora passa-lhe por cima, empurrando-o a êle para o suicídio moral do isolamento e ao país para a carreira doida da perdição.

Referindo-se a Herculano, há três períodos de Silva Cordeiro que definem com a maior agudeza crítica o pecado original do Constitucionalismo. «A geração romântica... não soube desentranhar do filão riquíssimo da nossa poesia popular os motivos que convinham para soldar os novos costumes liberais na continuidade histórica do sentimento nacional, — observa superiormente o malogrado professor. Se abrirmos uma pequena excepção para algumas das *Lendas e Narrativas* de Herculano e para Garrett no *Frei Luis de Sousa* (sugestão profunda e em tudo verdadeira do cará-

Digitized by Google

cter nacional), no mais, fôrça é dizê-lo com Oliveira Martins e com o sr. Teófilo Braga, os românticos, destruindo muito, nada reconstruiram que pudesse erguer a geração liberal à consciência da sua unidade com as anteriores. De sorte que a vida constitucional, com as suas eleições, impostos e recrutamento, aparecia ao povo dos campos como enxertia artificial numa carcomida árvore, uma estrangeirada para uso de aventureiros, fidalgos ou bachareis lá da cidade...»

Nêste claríssimo depoimento se consubstancia bem a causa porque, românticos, Garrett e Herculano, se nos revelam dum romantismo diferente do que, importado nas bagagens da Palmela, triunfou na política e na literatura, para completa desnaturação da nossa nacionalidade. Na política foi a *Carta* e o respectivo cortejo de *Actos-adicionais*. Na Literatura foi o ultra-romantismo, com a cigarra de Anacreonte empoleirada nas olaias do velho Castilho. Tal é o romantismo que não nos pertence e o que nós temos como dissolvente e negativo! Porque o outro, servido com tanta nobreza por Garrett e por Herculano nos domínios das letras, achou também uma política nacionalista que o traduzisse. É a política de D. Miguel, na sua luta contra o absolutismo pombalino e na sua volta sincerissima à seqüência interrompida das nossas instituições tradicionais. O mal do século é que separou num conflito fraticida duas tentativas que lógicamente procuravam

Digitized by Google

o mesmo fim, como se pode examinar no livro destemperado, mas rico de materiais, que é o *Saraiva e Castilho,* de António Ribeiro Saraiva.

* * *

Decorridos quási cem anos, pretende o movimento integralista realizar no campo do puro nacionalismo êsse acôrdo das Letras com a Política. Entende-se assim que não nos é lícito repelir o Romantismo, enquanto, na sua forma garretiana, êle represente o ressurgimento das virtudes líricas da nossa raça. O «Coração-Sensivel», o amor das «ruinas-fingidas», os solilóquios ao luar no Ermo, irrompem mais tarde e é então que, desprezada a herança de Garrett, o nosso ideal artístico se abastarda e envilece de todo. Aí começa a decadência, a fraqueza crescente da criação literária entre nós. Assistindo à representação da *Vida de S. Gwénolé* em Plonjean, Gaston Paris declarava que a arte contemporânea chegara à pior das situações, reduzida ao artifício, quási extinta, porque, cortada nas suas raízes, deixara de ser popular. Tal é, exactamente, o que sucede em Portugal, com academismos da mais baixa extracção, em que o fôlego deserta e se marcha ao acaso, numa mediocridade confrangedora de vôo!

Ora o que a literatura deve ao contacto salutar do *folc-lore,* em Goethe e Uhland achamos nós uma demonstração que se não destroi. Mais tarde

Digitized by Google

o *félibrige*, com Mistral à sua frente, constitúi para a nossa afirmação uma infalivel prova-real. Impressionado por mais duma circunstância, e talvez meditando os exemplos apontados, é que em Coimbra, há quási trinta anos, Alberto de Oliveira lançava à sua geração o programa dum renascimento, que êle com verdade e justiça baptizou de *neo-garretismo*. «Garrett copiou Portugal para os seus livros, e mesmo os inferiores teem êsse encanto e êsse papel literário...» — dizia. Não se perdeu o apêlo de Alberto de Oliveira! Manuel da Silva Gaio dava-nos as *Canções do Mondego* e os *Últimos crentes*. Até Eça de Queiroz na *Ilustre Casa de Ramires* se deixaria tocar pela graça bondosa da sua terra. Depois Afonso Lopes Vieira viria facilitar-nos o caminho com o seu lusitanismo tão doce e tão elegíaco. A renacionalização começava, — e começava, louvado Deus! restituindo à nossa pátria o senso perdido duma arte portuguesa, como Garrett a presentira nas suas adivinhações de maravilha.

Aqui está como o nacionalismo a nós, os mais moços, nos trouxe das Letras à Política. Em frente do perigo, que nos ameaçava de morte, a razão estética volveu-se em razão social. É que a Política não mora muito longe da Literatura. «Nem mesmo a propósito dum livro como *Amori et dolori sacrum*, — comenta Charles Mauras —, nem mesmo a propósito de Maurice Barrés, se ouvirá dizer: «Esqueçamos a política». Porque

Digitized by Google

a política encontra-se em toda a parte. Aquele que se sabe analisar não pode ignorar que papel terão tido as grandes causas políticas no fundo da sua alegria e do seu sofrimento.»

Assim é, de facto. A falta duma aspiração nacional que fôsse beleza e arte ensinou-nos a relacionar com ela o período de vergonhoso eclipse que atravessamos. Conhecemos a dor do pensamento, as nossas ideas sofreram também as penas do purgatório. Mas o apêlo do sangue, que já falava na nossa sensibilidade, acabou por falar nas nossas convicções. O problema português, da Literatura à Política, o Integralismo o enunciava definitivamente, pondo em fórmula fácil tantas aspirações obscuras, entrevistas já de largo, — no arrependimento de Garrett, na renúncia de Herculano, no pessimismo de Antero. Por isso, eu me comovo e perturbo ao pretender enquadrar em meia dúzia de reflexões o livro de Hipólito Raposo, *Outro Mundo*. Discorreu-se já dêle com abundância e não serei eu quem o louve, pelo muito que me pertença no coração e no grande sonho comum que lhe combustiona as páginas.

Agora de que eu me não dispenso é de lhe fixar a intenção, ligando-o no seu aspecto literário ao movimento em que o seu autor foi dos primeiros e dos primeiros será sempre pela ardência da fé e pelo calor da decisão. Dedicado à memória de Domingos Vaz Raposo, seu quarto avô, «devoto imaginário, adorador dos santos que por seu ben-

Digitized by Google

dito cinzel ainda hoje resplandecem em milagres entre as luzes dos altares», o *Outro Mundo* vem daquela forte linhagem mental que levou José Pequito Rebelo, por seu turno, a oferecer os *Novos Métodos de Cultura* ao espírito tutelar dos seus Maiores, dos quais, com a terra herdada, herdara «a tradição de a lavrar nobremente». Nesta poderosa unidade moral, que é o património duma geração, perscruta-se e toma corpo a consistência invencível com que àmanhã a nacionalidade a si mesmo se restaurará.

Marcando um passo a mais, o *Outro Mundo* indica-nos até onde o nacionalismo exige que a arte escrita sirva uma idea, sem se tornar sua escrava. É uma lição equilibrada de lusitanismo literário,— de «neo-romantismo», se quiserem. E digo «neo-romantismo», pela flama mística que faz do *Outro Mundo* um breviário escolhido de símbolos, em que as figuras se abraçam num ritmo que sobe do tempo e vai pedir à raça a regra que os séculos lhe deram. É a disciplina dos Mortos, é a sua segunda vida dentro de nós. Nesses limites Hipólito Raposo se confinou. Porque neles se confinou, êles o perpetúam. E assim, pela cadeia eterna do sangue, o imaginário antigo continua a rezàr, —a rezar esquecidamente, no livro que um neto seu, em lembrança da Terra e dos Homens, de boa vontade lhe consagrou!

Digitized by Google

Digitized by Google

Super flumina Babylonis

Não confundamos a Monarquia com o Constitucionalismo, ainda mesmo no período em que ambos pareceram tão intimamente ligados! A primeira vítima do Constitucionalismo foi a dinastia, que êle levou a desposar um princípio antagónico, não só da sua natureza, mas até da própria natureza da nacionalidade. Se quisermos ser justos, temos que reconhecer que a proclamação da República marca para a Realeza o começo da sua libertação. Durante a época em que as imposições dum partidarismo sectário e mesquinho a escravizavam miserávelmente, nós vemos como se esforçava já por recuperar a perdida independência. Quantas vezes, pela virtude dos seus recursos admiráveis, a Monarquia se não sobrepôs, embora momentâneamente, à desordem brava das facções! O constante apêlo à ditadura, que caracteriza o insucesso do nosso parlamentarismo, é

Digitized by Google

a prova mais eloqùente do que fica dito. E se detalharmos mais, lembrar-nos-hemos da energia superior de D. Maria II, lutando sempre que as circunstâncias lho permitiam, para que a sua *quási-legitimidade* triunfasse, contra o seu vício de origem, das restrições que os políticos a toda a hora lhe gritavam junto do trono. Sacrificando-se ao prestígio abalado duma corôa apenas nominal, como interpretar o assassinato de el-rei D. Carlos senão como o resultado trágico do duelo irreconciliável que se travara entre a Monarquia e o Liberalismo logo na noite em que, a seguir à vitória de 34, a canalha insatisfeita apupou o Regente na récita de gala em S. Carlos?!

Estabelecida com inteiro espírito de justiça uma distinção a que nos obrigam o respeito da verdade e os ensinamentos da história, acentuamos desde já como são caluniosas e insubsistentes as acusações que por vezes se dirigem à política religiosa da Monarquia-Constitucional. Não é que defendamos à Monarquia-Constitucional! Nada mais condenável, sem dúvida, do que a sua política de atropêlo e de vexames! Mas não nos esqueçamos que ela não é da essência da Realeza, mas sim do património social e ideológico do Liberalismo. Filho da Revolução Francesa, o Liberalismo recolheu-lhe toda a herança, embora nas suas formas atenuadas. Aproveitando-se duma desastrada disputa dinástica, nós sabemos como tomou posse do nosso país. A Maçonaria foi,

Digitized by Google

como agente universal da indisciplina e da negação, a sua introdutora entre nós. E a Igreja não escapou à infiltração do seu morbo dissolvente e pertinaz!

Não receia o prestígio da Igreja que se desvendem as faltas dos seus servidores, quando indignos. Até a pureza da sua missão ressalta mais diáfana, como ressalta mais clara a sua instituição divina. Nas mãos abomináveis dos Papas do Tusculum a Igreja permaneceu íntegra e luminosa, como nas mãos de Gregório VII ou de S. Pio V. A perversão total da Renascença invade o Vaticano com Alexandre VI. No entanto, Alexandre VI passou. E, a braços com uma crise gravíssima, a Igreja prosseguiu una e indefectível, não tardando a remoçar-se no revigoramento da hierarquia e da fé. Espelho perfeito da Igreja-Ecuménica, também a Igreja de Portugal conheceu as mesmas angústias, sofreu a mesma paixão. O seu eclipse data de Pombal, de tendências jansenistas mais ou menos conhecidas e em tudo um fiel imitador do regalismo, que a Europa católica se dispunha então incondicionalmente a perfilhar, de olhos postos no exemplo da Casa de Áustria e da Casa de França.

Pretendeu Pombal, a título de nacionalizar a Igreja, diminuir os laços que nos prendiam a Roma. Verificada, ou não, a sua matrícula na Maçonaria, o que é fora de contestação é que os principais colaboradores do Marquês nessa tentativa de dissidentismo pertenceram à classe ecle-

Digitized by Google

siástica. Expulsos os Jesuitas, cerca-se Pombal dos Padres do Oratório, — a quem não era extranha a influência de Port-Royal —, para os substituir na direcção da mocidade. E erigindo novas dioceses, sob a capa dum zêlo aparente, o seu fim é concentrar na omnipotência da Corôa, pela apresentação de prelados de confiança, a independência já precária do Catolicismo em Portugal.

Criatura de Pombal, que êle gratificou com a pensão anual de 1.000$000 rs., o célebre P.e António Pereira de Figueiredo facilita-lhe os desígnios com fundamentos canónicos, ao escrever a *Tentativa teológica*. Até no número dos bispos mais ou menos picados de vaidades separatistas, se destaca o doutíssimo D. fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, sendo que, entre êsses bispos, nem todos primavam, nem pelas excelências da piedade, nem pelos benefícios do saber. É o seu símbolo perfeito o « *Cardeal-Otomano* », que personifica bem a decadência da Igreja em Portugal. Ao seu lado aparecem-nos fr. Manuel de Mendonça, frade bernardo, imposto pelo Marquês para Geral e Reformador da sua Ordem, e fr. João de Mansilha, provincial dos Dominicanos, ambos devassos, ambos vendilhões de bens espirituais, acusados até de ladrões dos seus mosteiros.

Tais os colaboradores de Pombal! Se é evidente que ao Regalismo anda selada a responsabilidade da Monarquia, não é menos evidente que, abastardada pelo Absolutismo, a monarquia

Digitized by Google

de D. José não era já a monarquia tradicional. Essa fôra subvertida pela onda naturalista do século XVIII, que viera rematar o trabalho da lenta infiltração pagã da Renascença. Alguns sacerdotes ilustres protestaram, — e um deles, D. fr. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra, atrozmente difamado, perseguido e preso, teve a julgá-lo fr. Manuel do Cenáculo, futuro arcebispo de Evora, e fr. Inácio de S. Caetano, depois Arcebispo-Confessor. Eis uma página que, se ensombra o nome dum dos nossos reis, não dignifica também a tradição do episcopado nacional!

As «cadeias doiradas» do Regalismo, — na expressão de certas folhas católicas quando fazem estilo —, ao aprisionarem a oprimida Igreja-Portuguesa, não abriram dêste modo escrúpulos na consciência dos prelados do tempo, — guardadas, claro, algumas excepções raríssimas. Constituiram até uma escada de fácil acesso para muita ambição desordenada. E no alastramento do filosofismo revolucionário, é tristíssimo verificarmos que no seio das Ordens-Religiosas o fermento das idéas francesas encontrava excelente acolhida. Isso contribuiu profundamente para a relaxação dos costumes monásticos, que a *Junta do melhoramento temporal das ordens regulares*, — de «*Meza do Peoramento*» a alcunhou o autor da *História de decadência da Igreja Lusitana* —, longe de mitigar, pelo menos, só agravou, — e agravou profundamente.

Digitized by Google

O general Foy dá-nos um testemunho precioso da influência do espírito da Enciclopédia nos conventos portugueses. Conta-nos êle que, ao ser retirada a censura dos livros à Inquisição, se viram logo nas bibliotecas conventuais *Les Œuvres* de Voltaire e de Montesquieu, fraternalmente alinhadas, nas mesmas prateleiras, ao lado da *Summula* de S. Tomás. As conseqüências afloraram depressa. Os frades de S. Bento e os cónegos regrantes de Santo Agostinho, sobretudo, forneceram um meio propício ao maçonismo invasor. Noviço de Santa Cruz de Coimbra, José Liberato Freire de Carvalho, — D. fr. José do Loreto —, desempenha um papel primacial no desenvolvimento da Maçonaria entre nós.

Enlaçada a Maçonaria ao Liberalismo, a política religiosa seguida inspirou-se imediatamente no figurino regalista de Pombal. É nos clubs secretos que se conspira contra as bases tradicionais da sociedade, saindo de lá, em grande caravana pelo país abaixo, a revolução de 1820. Na lista dos cabecilhas avulta fr. Francisco de S. Luís, mais tarde Bispo-Conde eleito, reitor da Universidade e finalmente, Patriarca de Lisboa, com a designação de *Cardeal Saraiva*. Segundo a relação das lojas existentes em Portugal por volta de 1821 e dada nêsse ano à estampa em Paris, o futuro Cardeal-Patriarca fazia parte do estado-maior do *Grande Oriente Lusitano* com o crisma maçónico de *Condorcet*. Funcionavam com êle os Irm.·. *Spartacus,*

Digitized by Google

(D. Pascoal, membro do *Grande Oriente Espanhol* e encarregado da correspondência), *Temistocles* (cónego Castelo-Branco), *Durac* (padre Portela, «declarado profano por não ser exacto nas contas»), e *Tarquinio,* (José Pedro, dono dum botequim, em que «se alistavam os adeptos»). Como se mostra, era, na verdade, a melhor companhia para quem se cobriria ainda com a púrpura cardinalícia!

Não é isolado o caso de fr. Francisco de S. Luís. Não me refiro já aos simples tonsurados, — legião inúmera nas hostes do Liberalismo e ao serviço da Maçonaria. Refiro-me apenas aos prelados. Ninguém ignora que o clero constitucionalista se encarna à maravilha no tipo rechonchudo e cínico do padre Marcos, — Capelão-Mór do Paço e D. Prior de Guimarães, salvo engano. Pois D. Marcos teve quem o precedesse nos juramentos prestados sôbre o compasso e o esquadro, à face do Supremo Arquitecto do Universo! O arcebispo da Baía, D. fr. Vicente da Soledade, presidiu às Constituintes de 22. No horror dos vintistas ao padre, não se lhe confiaria um logar de proeminência, se a inscrição nos fastos do grémio lhe não abonasse a conduta. Mas o episódio mais impressivo sucedeu com o penúltimo bispo de Elvas, D. fr. Joaquim de Menezes e Ataíde.

Na sua *História da Maçonaria em Portugal* Borges Grainha, ao mencionar a loja *Liberalidade,*

Digitized by Google

instalada em Elvas no ano de 1818, informa pertencerem a ela «as principais pessoas daquela praça, entre outras o Bispo Ataíde, o general Stubs, o visconde de Vila Nova de Gaia, José Lúcio Valdez, depois conde do Bomfim, o cónego João Travassos, o tenente coronel Manuel Geraldes Ferreira Passos, que era o *Venerável,* e António Manuel Varejão, então ajudante de infantaria 8 e liberal exaltado, mas que serviu de testemunha contra os Irm.·. da sua *Loja,* depois da queda da Constituição de 1820». A composição da loja *Liberalidade,* com um bispo e um general sujeitos a um tenente coronel, ensina-nos magnificamente o que é o espírito maçónico, na sua subversão de toda a hierarquia e autoridade legítimas. Não se dirigia então a Maçonaria ao povo, que se conservava enraizado e fiel à sua dupla disciplina católica e monárquica. Auxiliada pelo vento da inovação, o seu proselitismo desenvolvia-se de preferência nas classes elevadas, — a nobreza e o alto clero, especialmente. Compreende-se assim o motivo por que os franceses, quando das três invasões, acharam nessas classes alguns auxiliares valiosos. Se o povo os repeliu, repeliu-os ajudados pelo pequeno clero e pelos morgados da província, ainda virgens da corrupção revolucionária. Voltemos, porém, ao bispo Ataíde.

Não o curou o desfecho desastroso das ideologias de 1820. No regresso, em 1828, do infante D. Miguel, uma devassa geral pronunciou em Elvas

Digitized by Google

o prelado da diocese como desafecto à Realeza. A devassa ordenou-a o governador militar Brito Mósinho e executou-a o vereador mais velho e juiz pela Ordenação, Domingos Sardinha Mergulhão, meu tio-bisavô e bisavô do actual conde de Martens-Ferrão (1). Não foi o bispo o único ecle-

(1) Quando um dia se escreva o agitado romance que foi a vida dum certo Augusto Cesar de Vasconcelos, morto em Elvas de avançada idade, Domingos Sardinha Mergulhão, a única pessoa possuidora do segredo de tão misteriosa existência, terá nele o seu logar bem marcado. Vinha duma velha família elvense êsse Domingos Sardinha Mergulhão, ainda que nascido no termo de Monforte e descendente dum dos ramos que se expandira para fora de Elvas. O primeiro Sardinha de que em Elvas os documentos nos acusam os vestígios é Domingos Martins Sardinha, que em 1273 aforou um pardieiro da rua dos Mercadores para fazer uma tenda. Nobilitou-se depois a família e é interessante notar que o nome Domingos «e o patronímico» Domingues «aparecem nela freqüentíssimamente. Recorda um membro desta família a «Varandinha de João Domingues» em Elvas.

Assentando praça em Elvas, requereu Domingos Sardinha Mergulhão o reconhecimento como cadete. Para isso teve que provar nobreza por si, seus pais e avós. Era filho do capitão de milícias da comarca de Portalegre, Cosme Damião Sardinha, Guarda-Mór de Saude da vila de Assumar, e de D. Teodósia Catarina de Sena Mergulhão. Ainda em cadete, casou em S. Pedro de Elvas com sua prima D. Mariana Madalena da Costa Sardinha. No seu curioso voluminho, *Notas histórico-militares* (Elvas, 1898) insere o benemérito folc-lorista Antó-

Digitized by Google

siástico pronunciado. Foi também o seu secretário, fôram vários frades e alguns párocos das freguesias rurais. Entre os civis pronunciados distinguia-se o nome do ex-corregedor Luís Manuel de Evora Macedo, — detalhe saborosíssimo! —, bisavô por linha paterna do actual conde de Monsaraz, meu querido companheiro nas lutas integralistas. Suspendeu-se o procedimento contra o bispo, embora a pronúncia obrigasse a prisão. Pôde, entretanto, D. fr. Joaquim de Menezes e Ataíde passar a fronteira, morrendo de peste em Gibraltar, onde se refugiara.

O seu sucessor, D. fr. Angelo de Nossa Senhora

---

nio Tomás Pires o excerto duma carta de D. Mariana Madalena a seu marido, em que se revela uma bela alma feminina.

Pedindo baixa do serviço por motivo de saúde, entregou-se Domingos Sardinha aos cuidados da sua casa, bastante afazendada. Quando da primeira invasão francesa elegeram-no para capitão duma Companhia de Ordenanças da cidade de Elvas. E ingressando no corpo municipal da mesma cidade, não só como «vereador mais velho», por falta de Juiz-de-Fora, pronunciou o bispo Ataíde, como propôs em câmara para que se pedisse a D. Miguel para assumir o título de rei, sem prévia consulta das Côrtes. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, encontramo-lo à frente, desde então, da política miguelista em Elvas, tendo que emigrar em 1834, sem que não houvesse primeiro passado pelas cadeias. A única filha, que lhe sobreviveu, D. Maria Amália da Costa Sardinha Mergulhão, casou com João Miguel Francisco de Assis de

Digitized by Google

de Bôa-Morte, padece, pelo contrário, os rigores do Liberalismo. Elegera-o para a mitra de Elvas o govêrno del-rei D. Miguel I e a Santa Sé confirmara-lhe a eleição. Ocorre nêste meio tempo o epílogo trágico de Évora-Monte. A ralé em Lisboa espanca o bispo de Elvas em plena rua, deixando-o com lesões na cabeça, que o vitimaram volvidos anos. A nova situação não o reconhece como prelado, como não reconheceu a todos os que «o govêrno intruso» apresentara nas catedrais

---

Sequeira Barrêto, nascendo dêste casamento, além de outros filhos, D. Mariana Amália da Costa Sardinha Mergulhão de Sequeira Barrêto, esposa do conselheiro Martens Ferrão.

Ora Domingos Sardinha Mergulhão privou, protegendo-o até nas suas dificuldades financeiras, com o referido Augusto Cesar de Vasconcelos. Quem ler o epitáfio de Augusto Cesar de Vasconcelos no cemitério de Elvas nem de longe supõe o enigma que essa pedra tumular encobre. Encobre naturalmente os restos do Delfim, — os restos do pobre Luís XVII, que tudo se aposta em identificar com Augusto Cesar de Vasconcelos, apesar das suas constantes negativas, — tão constantes como a sua pertinácia em ocultar, até aos próprios filhos, o seu verdadeiro nome. Só se abriu com Domigos Sardinha Mergulhão, compadre e amigo. Mas o compadre e amigo igualou-o no silêncio sagrado, que inabalávelmente manteve. Depositário do segredo do presumível neto de S. Luís e magistrado duma devassa, em que um bispo saíu pronunciado como maçon, Domingos Sardinha Mergulhão merecia-nos a presente nota.

Digitized by Google

vagas. São escorraçados, já ungidos e no exercício do seu sagrado ministério, D. fr. Fortunato de São-Boaventura, D. Francisco Alexandre Lobo e D. fr. Joaquim de Nazareth. Em Bragança o general Avilês depõe o bispo e força o Cabido a eleger vigário capitular. As violências consumam-se com a extinção das Ordens-Religiosas. A monarquia bastarda de 34 envilece-se numa política de perseguição e de expoliação. Mas há, a acompanhá-la, teólogos, prelados e até um futuro cardeal, que se inclinam diante do poder e não recúam em face duma desobediência a Roma. As culpas são grandes, o crime não tem perdão. Mas não se acuse só a Monarquia! Acuse-se também na sua cumplicidade lamentável a Igreja Portuguesa! (1)

Com uma estátua inaugurada e subsidiada pela Maçonaria, o bispo Alves Martins é talvez um dos últimos representantes dêsse episcopado vergonhoso. Ministro e presidente de Conselho, nunca se aproveitou do seu valimento para minorar as leis proibitivas da associação e da liberdade religiosas. Narra um viajante estrangeiro que, assistindo duma vez a uma sessão no nosso Parlamento, pasmou de que o motivo do debate fôsse a repressão das congregações, sendo o presidente

(1) Veja-se o magnífico estudo de Mgr. J. Augusto Ferreira, — *Memórias para história dum scisma*, Braga, 1917.

Digitized by Google

da Câmara demais a mais um prelado. Tratava-se, naturalmente, do bispo de Vizeu, que se recusou em Roma a assinar as decisões conciliares que proclamaram Nossa Senhora imaculada na Sua Conceição.

Na mesma esteira, ainda Borges Grainha nos aponta outros prelados com registo na Maçonaria. Os dissidentes cabralistas do *Grande Oriente* elegeram, ao separar-se, para seu Grão-Mestre o cónego Francisco Euleutério Castelo-Branco, estando filiados por essa época na loja-mãi o arcebispo de Évora (Anes de Carvalho), com o crisma de *Demóstenes,* e D. Januário, bispo eleito de Castelo-Branco, com o crisma de *Haberkorn.* Eis as conseqüências do Regalismo, organizado em carreira pública, para as prebendas da Igreja, pelas necessidades partidárias da monarquia-constitucional! Indiferentes a tudo o que interessasse à dignidade e à independência de Catolicismo, os prelados não passavam de altos funcionários do Estado, com a mesma psicologia de burocratas meticulosos, que Fradique Mendes assinalava magistralmente, ao descrever a Madame de Jouarre, sua madrinha, aquele nosso padre Salgueiro, pessôa por êle convivida em certa casa de hospedes da travessa da Palha.

Com passagem inevitável pelo Ministério de Justiça, párocos e bispos são retratados, numa assombrosa fidelidade de traço, nêsse óptimo «amanuense das coisas de Jesus-Christo». Não admi-

Digitized by Google

ravam como êle na obra pontifical de Pio IX, nem a Infabilidade nem o *Syllabus*. E porque se presavam de liberais, desejavam mais progresso, bendiziam os benefícios de instrução e assinavam o *Primeiro de Janeiro*. O seu cuidado era, para uns, a côngrua, para outros a cadeira em S. Bento. E enquanto nas paróquias os curas sonhavam com eleições e armavam em caciques, os seus superiores marchavam com todos os governos e, sempre que havia uma votação difícil, lá iam, pachorrentos, decidi-la a Lisboa. A sua voz nunca se ouviu, mais forte, nem numa repreensão ou num singelo protesto. Como um ferrete indelével, ficou-lhes gravado por isso na memória o formidável «*Canes mutii*» da palavra sangrenta de Pio IX!

E' deveras melindroso o assunto. Mas é preciso numa hora de injustas acusações que se reponha a verdade no seu merecido lugar. Nem a Igreja é atingida pela conduta dos seus maus servidores, nem a Monarquia se deve envolver nos êrros que partiram, não dela, mas do sofisma que a diminuiu e corrompeu. Monarquia e Igreja sofreram ambas o contágio funesto da Revolução. Sua vítima e sua prisioneira, tão depressa a primeira capitulou, logo a segunda se viu invadida por uma turba de ambiciosos sem consciência. Há aqui uma identidade entre as duas instituições, que se apresenta iniludívelmente à nossa meditação. As causas de grandeza para uma são as condições de

Digitized by Google

desenvolvimento para outra. Se a guerra à Igreja é património da Revolução, património da Revolução é a guerra à Monarquia. Ora se a Monarquia é por sua virtude própria o natural inimigo da Revolução, segue-se que é por isso mesmo a aliada natural da Igreja. Nada de confusões, meus senhores! Façamos todos penitência sentida, porque se, em Portugal, a Monarquia faltou à Igreja, a culpa foi dos princípios que abastardaram a nação e a que a Igreja não se eximiu.

Digitized by Google

Digitized by Google

Mouzinho da Silveira

Em nota ao seu livro *A crise* escrevia já em 1895 o grande e malogrado espírito que foi o professor Silva Cordeiro: — « Interessantíssimos são por mais de um aspecto, êstes artigos do sr. Laranjo com os quais o público português nada perderia, se o autor os englobasse em opúsculo. Uma observação profundamente verdadeira, aí registrada, é que os economistas anteriores à revolução liberal, valem geralmente mais que os subseqüentes quando, perdida a tradição da economia e dos costumes nacionais, passaram a fazer copia de economistas estrangeiros; os primeiros, pelo contrário, menos teóricos, mais portugueses, deixaram obra útil que o francesismo liberalão logo pôs de parte». Referia-se Silva Cordeiro ao trabalho valioso do doutor José Frederico Laranjo, *Os estudos económicos em Portugal,* saído primeiramente no *Instituto* e depois, ao que parece, reunido em volume. Com uma

Digitized by Google

notável antecipação crítica, o doutor Frederico Laranjo, ao historiar as idéas dos economistas nacionais, declara sem hesitações que a «revolução portuguesa de 1820 e o regimen liberal, que se lhe seguiu depois de várias lutas, cedo perderam de vista os elementos tradicionais característicos, para ficarem de todo sob o influxo de filosofia da época, cuja corrente lhes tinha dado direcção.»

Silva Cordeiro denuncía o mesmo facto e alude com verdade e justiça à obra dessa meia dúzia de autores esquecidos, que antecederam entre nós o desvario reformista do Constitucionalismo. E'-me grato prestar-lhes também homenagem, contemplando no seu esfôrço persistente e iluminado de bons amigos da riqueza e da prosperidade da pátria a influência benéfica do reinado de D. Maria I, mais modesto, mas, sem dúvida, mais em harmonia com a satisfação do interesse colectivo, de que a empertigada ditadura pombalina. Deixaram êles lembrança de si nos cinco volumes das *Memórias Económicas*, da Academia, onde predominam com vigoroso destaque Domingos Vandeli, Rodrigues de Brito, Vila-Nova Portugal, entre muitos que ainda merecem hoje a nossa atenção e o nosso estudo.

Deformado pela calúnia da história sectaria, peza sôbre o reinado de D. Maria I um descrédito, que é preciso desfazer. Verificou-se então um extraordinário desenvolvimento scientífico no nosso país, sem falar nos empreendimentos realizados

Digitized by Google

nos outros ramos dos serviços públicos, de que a constituição do *Conselho do Almirantado* é, por exemplo, uma prova eloquentíssima. Portugal, recuperando a posse da sua finalidade natural, teria entrado no caminho direito do ressurgimento, se com as invasões-francêsas e a penetração das ideologias revolucionárias o não surpreendesse traiçoeiramente a inesperada discórdia civil, de que foi vítima nos começos do século XIX.

Renovou-se com D. Maria I a tradição educadora dos nossos reis, instituindo-se *bolsas de estudo* e enviando-se lá para fóra pensionistas do Estado, a especializarem-se nas escolas e laboratórios mais afamados. Um deles, meu parente, morreu mais tarde Intendente-Mór dos Metais e Minas do Reino, e tinha cursado em Leipzig e em Paris os maiores especialistas do momento. Foi êle Joaquim Pedro Fragoso da Mota e Sequeira, a quem devemos interessantes experiências agrícolas e mais dum trabalho impresso nas *Memórias* da Academia (1).

Ora tanto José Frederico Laranjo como Silva Cordeiro palpitaram bem as raízes nacionalistas dês-

---

(1) Nasceu na vila de Assumar, formou-se em Direito e foi filho do capitão José Pedro de Matos Mergulhão e de D. Maria Marcelina Fragoso de Sequeira Metelo e Monroy. Os seus trabalhos ficaram quási todos manuscritos, sendo, sobretudo, relatórios de importantes missões de que o Estado o incumbiu. Há, porém, esperanças de se salvarem.

Digitized by Google

ses olvidados e modestos obreiros. É uma pleiade brilhante, a que novos nomes se vieram associar. Lembrarei o do desembargador José Acúrsio das Neves, para nós um conhecido, como mestre que é da nossa Contra-Revolução. Agonizava José Acúrsio das Neves, quando em 34 o ódio liberalista o perseguiu na sua aldeia distante. Para morrer em paz, só teve um palheiro onde se abrigar...

Em mais dum volume José Acúrsio se revelou competente e sabedor. Sobresái, porém, o seu panfleto *Cartas de hum Português aos seus concidadãos,* — panfleto em que o economista e o filósofo se conjugam numa admirável soberania de inteligência. «*Respeito tanto as luzes do século no que toca aos conhecimentos físicos, quanto as abomino pelo que pertence à Religião, e ao Govêrno,* — asseverava José Acúrsio. E, em poucas palavras, diferençava superiormente até que ponto o naturalismo do seu tempo era aceitável, — coisa que muito bôa gente ainda agora não entende, supondo que, sem a Revolução, a máquina-a-vapor não seria possível.

Ao lado de José Acúrsio das Neves, figura José da Silva Lisboa, colaborador directo de D. João IV nas suas medidas de fomento e de cuja legislação o próprio Silva Lisboa publicou uma curiosa sinopse. Por ela se avalia o largo alcance de tais medidas, sucedendo até que hoje em dia um ministro da República, o engenheiro Ferreira da Silva, reputa de necessidade absoluta

Digitized by Google

o regresso do nosso sistema hidráulico aos princípios que informaram as disposições decretadas a semelhante respeito pela regência do Príncipe do Brasil.

Eis nas suas linhas gerais o que valeram os nossos economistas anteriores ao Liberalismo. Apoiada na observação minuciosa das realidades, a sua lição ficou esquecida na transformação a que Mousinho da Silveira, conduzido por critérios abstractos de ideólogo, constrangeu perniciosamente a sociedade portuguesa. Acusemo-lo como um dos grandes responsáveis pela nossa desorganização, por muito que o alçapremem à altura de estadista do génio aqueles que em história não professam senão uma história para ignorantes e para facciosos!

Patrício de Mousinho da Silveira, nascido como Mousinho na risonha Castelo de Vide, já ouvimos Frederico Laranjo apreciar o reformismo liberalengo. Oiçamos, para o reforçar, depoimentos que, pela sua origem, devem ser, para gregos e troianos, inteiramente insuspeitos. Comecemos por Coelho da Rocha, que assim se pronuncía sôbre os celebrados decretos n.os 22, 23 e 24 de 16 de maio de 1832: — «*A precipitação e forma que se lhes deu, fez com que, em logar de remédio, viessem antes aumentar os males públicos.*» E Coelho da Rocha acrescenta, algumas passagens andadas: — «*Para recompor uma nação pequena e pobre, foram-se procurar os modelos à França e à Ingla-*

Digitized by Google

terra, as duas nações mais ricas e poderosas da Europa.»

O carácter desnacionalizador do Constitucionalismo encontra-se nitidamente vincado. Mas escutemos outros testemunhos. Sabe-se que Herculano considerava Mousinho «um dos homens mais notáveis da nossa época e talvez o mais notável do nosso país.» Pois, apesar disso, não se escusou a confessar que no decreto n.º 23 de 16 de maio, «*adoptou-se o systema administrativo francês, o que foi, digamo-lo de passagem, um erro prático e um contrasenso político*», tornando a insistir com honesta sinceridade que «*o systema de administração franceza, cuja adopção fora um erro de Mousinho, funcionava mal.*»

Simultâneamente patriarca do municipalismo e do republicanismo, por uma confusão, aliás compreensível, de dois princípios que se excluem por natureza, convoquemos também Felix Nogueira a depor. Eis o que nos diz no seu volume *O município no século XIX:* — «*O decreto de regência de 16 de maio de 1832, referendado por José Xavier Mousinho de Silveira, implantou no nosso país o systema administrativo de França, cujos perniciosos efeitos ainda hoje experimentamos.*» Nada vale, em todo o caso, como o grito de arrependimento de Garrett, companheiro de Mousinho nos seus improvisos da Terceira. Discursando na Câmara dos Pares em 1854, a poucos mezes da cova, não hesitava Garrett em exclamar: — «*Senhores, são*

Digitized by Google

passados mais de vinte anos de experiências infelizes, de tentativas malogradas, e seria a maior de todas as vergonhas se nos envergonhassemos de confessar que errámos, que errámos muitas vezes, que tanto mais errámos quanto mais tentamos dissimular o primeiro erro.» (1)

E o poeta, numa atitude que o ligaria para sempre ao repúdio completo dos entusiásmos da

---

(1) Com pretenções a grande ruído o sempre esperançoso, — já o era quando estudante! —, catedrático de Direito, senhor Magalhães Colaço, publicou em tempos um artiguelho qualquer no *Boletim da Faculdade de Direito*, da Universidade de Coimbra, debaixo do título *Um plágio famoso*. Demonstra-se aí que o relatório, que precede o decreto 23, de 16 de maio de 1832, é tradução de algumas páginas do *Abrégé des Principes d'Administration*, de Bonin. Tão cheio da sua descoberta ficou o senhor catedrático Magalhães Colaço que, ao entrar como sócio correspondente para a nossa dorminhoca Academia, entendeu voltar ao assunto, tomando-o como tema duma douta e emproada comunicação.

No fim de contas, não sabemos para que tanto trabalho e para que tantos rufos de tambor! No seu compacto *Garrett, Memórias bibliograficas*, tomo 1, págs. 560-561, já Francisco Gomes de Amorim nos contara esmiuçadamente o caso. Para esclarecimento dos leitores e lição do senhor catedrático Magalhães Colaço, cedemos a palavra a Gomes de Amorim. Refere-se êle a Garrett. E no destempêro e a leviandade do moço secretário de Mousinho, apalpa-se belamente o destempêro e a leviandade do suposto estadista.

«Da lei de 16 de Maio cabe-lhe, contudo, grande

Digitized by Google

sua mocidade, não ocultava a sua culpa: — «*Eu sou o primeiro a confessar-me réu nesta acusação, a querelar de mim mesmo pelo que tenho contribuido com a minha inexperiência e cego zelo para muitas dessas desvairadas provisões, dessas imitações e traduções extrangeiras com que erradamente, sem methodo, sem nexo temos feito deste pobre país um campo experimentado de theorias que basta*

---

responsabilidade, — escreve Gomes de Amorim. Foi só êle que a fez, e sendo partidário sincero da descentralização, transportava para Portugal as doutrinas centralizadoras da legislação francesa! No relatório traduziu quási à letra os *Principios de administração*, de Bonin, consentindo que Mousinho mutilasse, por precipitação, parte do que neles havia de liberal. Todavia, deve atender-se a que trabalhava subordinado às bases que lhe dava o ministro, sem ter quem o coadjuvasse e sem livros a que recorrer, além da obra de Bonin, que era de Mousinho [1]. Estes trabalhos, os primeiros que apareciam em Portugal, nem os nossos mais hábeis jurisconsultos estavam então ainda em circunstâncias de realizá-los e apesar dos seus defeitos, foram, durante muitos anos, e são talvez ainda hoje, os que servem de apoio a quantas reformas se teem feito ou fazem nesse ramo. Nem podem ser considerados, do mesmo modo que as outras leis da ditadura de D. Pedro, senão como base. Na *Memória histórica de Mousinho da Silveira* confessa Garrett e se acusa das faltas que cometera ao escrevê-los, especialmente na redacção da lei dos forais, que tantos males causou.»

[1] Veja-se o que êle diz a êste respeito no «Relatório e bases para a reforma administrativa», aprosentado na câmara dos pares, em sessão de 21 de Janeiro de 1854.

Digitized by Google

serem tantas e tão desencontradas, para nenhuma se poder realizar.»

Imagino suficientemente demonstrada a insensatez reformadora de Mousinho da Silveira. «A falência de critério que presidiu à transplantação do sistema administrativo da França é tanto mais para reparos, — comenta o senhor dr. Lino Neto —, quanto é certo que, ao tempo, na imprensa e na tribuna francesa, estava êle sendo vivamente combatido. La Fayette chegou mesmo a pensar em acomodar à França as instituições administrativas locais da península ibérica.» Efectivamente, o sistema francês ruíra no mais estrondoso dos insucessos. E muito antes de Mousinho da Silveira no-lo vestir como uma camisa de fôrças, já Royer-Collard o condenava em têrmos singularmente vigorosos. «Nós vimos a velha sociedade desaparecer e com ela essa multidão de instituições domésticas e de magistraturas independentes que ela abrigava no seu seio, — feixe poderoso de direitos privados, verdadeiras repúblicas na monarquia.» Outro tanto sucederia entre nós com Mousinho, na sua acção destrutiva. «A enxertia do regime liberalista fizeram-na legisladores, estadistas e literatos, — pondera Silva Cordeiro —, copiando leis francesas por amor da arte, sem a circunspecção que a história e o carácter nacional impunham. Está nisso provávelmente, uma das causas da anarquia violenta de 1836-1847 e da anarquia mansa que lhe sucedeu.»

Digitized by Google

Êste o juízo crítico exacto da empreitada legislativa, levada a cabo por Mousinho. Constituindo um manifesto êrro, claramente que foram nefastas as suas conseqüências económicas, apesar dos que pretendem festejar em Mousinho «o redentor da terra portuguesa, que libertou de dizimos, forais e missas». Afirmar-se isto é ignorar simplesmente a legislação do reinado de D. João VI, toda inspirada por um sentido salutar de protecção à agricultura. Mousinho, escravizado pelo modêlo gaulês, perdeu de vista as nossas características sociais, fazendo delas tábua-rasa.

Pelo contrário, a legislação de D. João VI teve-as sempre presentes. Veja-se a Carta-Régia de 7 de Setembro de 1810 sôbre forais, onde se lê: — «*Para fazer que os vossos cabedaes achem util emprego na agricultura, e que assim se organize o sistema da nossa futura prosperidade, tenho dado ordens aos governadores do Reino para que se occupem dos meios, com que se poderão fixar os Dizimos, afim de que as Terras não sofram um gravame intolerável; com que se poderá minorar, ou alterar o Systema das Jugadas, Quartos e Terços; com que se poderão fazer resgatáveis os foros, que tanto peso fazem às Terras, depois de postas em cultura; com que poderão minorar-se, ou suprimir-se os Foraes que são em algumas Partes do Reino de um pezo intolerável; o que tudo deve fazer-se lentamente, para que de tais operações resulte todo o bem, sem se sentir inconveniente algum.*»

Digitized by Google

Nesta conformidade criou-se a *Junta da reforma dos Forais*, saíndo da pena de um dos seus membros, o desembargador Alberto Carlos de Menezes, o *Plano de reforma de Forais e Direitos Banais*. Aí se consigna o benéfico axioma de que «*he perigoso fazer de repente huma mudança total em qualquer instituição física ou moral; que nem por isso se devem abandonar os melhoramentos em qualquer Ramo de Administração pública, logo que se conheçam os vícios, e igualmente o seu remédio.*» Consignemos agora que, em relação à matéria próprimente política, não eram diversas as bases em que se inspirava a admirável lei de 4 de Junho de 1824.

Instruído e concluído o processo da economia chamada «liberal», instruído e concluído está o processo de Mousinho da Silveira. Esse falso «redentor da terra portuguesa» aluiu os fundamentos agrários da família e da propriedade, empurrando o país para a dissolução individualista do moderno capitalismo. Julgando entoar-lhe o elogio, escreve candidamente um seu biógrafo: — «todas as idéas que a Revolução criara sôbre o homem, a sociedade, a religião, a política e a economia social, Mousinho observa e assimila com admirável sagacidade e precisão.» (1) É quanto

(1) *Mousinho da Silveira*, por Possidónio Laranjo Coelho, Lisboa, 1918. Sobrinho do Prof. José Frederico Laranjo, o autor desta monografia esqueceu-lhe os juízos

Digitized by Google

basta para que, às luzes da verdadeira crítica, a obra de Mousinho da Silveira se condene definitivamente. Não hesitemos em qualificá-la como merece! Com a sua surdês, a sua pública avareza e o seu isolamento de misantropo, Mousinho é bem o legista, abstracto e geométrico, inteiramente devorado por uma loucura metódica, — a de encerrar a realidade dentro da estreiteza das normas jurídicas.

«*Isso aí não tem cura...*», — dizia de Paris a um amigo o apriorista funesto dos decretos da Terceira. Atribuindo a defeitos irreparáveis da nação os males que o seu delírio desencadeara, Mousinho alheia-se da instabilidade que só êle provocara — desnacionaliza-se no sentimento, como já se desnacionalizara na inteligência. Por disposições testamentárias, cuidadosamente articuladas, mandou Mousinho enterrar-se na ilha do Corvo, — ou então na aldeia da Margem, distrito de Portalegre, concelho do Gavião. Determinava-o o agradecimento que, tanto da população do Corvo, como do povo de Margem, recebera em vida pelas suas medidas governativas. Foi sepultado, afinal, em Margem. E no seu desprezo de «filósofo» à-século XVIII pelo que dele restasse depois de morto, — pelo destino do próprio cadáver, que êle compara a um

---

sensatos sôbre a economia do Liberalismo, para compendiar num calor arcaico todos os logares-comuns que giram em torno de Mousinho.

Digitized by Google

«fardo», o testamento de Mousinho da Silveira gela-nos profundamente, porque é um documento fiel da sua alma fria, sem crepitação de espécie alguma. Ordena êsse triste documento: — «*qualquer que seja o local aonde o meo corpo fôr enterrado, quero que seja metido em um caixão ordinário forrado de grossaria, pregado e antes preparado de forma que possa sofrer a viagem ou a jornada, sem incomodar os vivos;* e o *condutor o levará como se levam os caixões de mercadorias, e pelo preço ordinário de fardos de volume igual.*»

Não respeitaram os de Margem a derradeira jazida de Mousinho. Perdida a minúscula aldeia num êrmo alentejano, conta-se que os ladrões lhe arrombaram a sepultura, na mira de se apoderarem das veneras do antigo ministro de D. Pedro. Um grupo de amigos e admiradores de Mousinho trasladou-lhe, passados anos, as ossadas para um pequeno monumento, que defronta a igreja paroquial, sem Cruz nem outro símbolo religioso, mas encimado pelo busto do finado. O busto encara o templo modesto e quási se lhe adivinha na expressão uma mal disfarçada irreverência voltaireana.

Visitei o retirado cantinho pelo esmorecer lírico duma tarde de agosto. O busto do «redentor da terra portuguesa» é sumáriamente conhecido pelo «boneco» entre a gente do sítio. E, — oh, gratidão dos de Margem, tão sensível ao coração ressequido do legista! —, cravejado de incontáveis

Digitized by Google

descargas de chumbo, costuma servir de alvo aos moços da aldeia, que em dias de folga se entreteem a espingardeá-lo galhofeiramente. As caçadeiras dos rapazes de Margem desforram assim, numa inconsciência alegre, sete séculos de história. Há nisto, — concordemos! —, uma como que execução póstuma.

Digitized by Google

A dôr de Antero

Quando na história crítica das idéas portuguesas se procurarem as raízes filosóficas do movimento integralista, Antero de Quental há de aparecer, sem surpreza para as pessoas cultas, como um dos nossos precursores mais próximos e mais directos. A figura mental de Antero não está ainda nem estudada, nem compreendida. Define-se através duma vaga nebulosidade romântica, em que predominam, como nota psicológica acentuada, as simpatias revolucionárias do poeta. E certo que Antero de Quental vestiu a blusa azul dos tipógrafos e teve entendimentos sinceros com vários agentes da *Internacional*. Mas não esqueçamos que as inclinações socialistas lhe vinham da influência que a leitura de Proudhon, como mestre preferido, lhe gravara no espírito. É por aqui que a corrente integralista começa a encontrá-lo na jornada das suas origens. O carácter semi-

Digitized by Google

-orgânico das doutrinas de Proudhon, inimigo intransigente da Revolução, completou-se depois com a meditação da obra de Lassalle. E eu não cultivo o paradoxo se afirmar, antes de mais nada, que a política de *poder-pessoal* por onde tão enérgicamente el-rei D. Carlos se decidiu a encaminhar o destino do nosso país, foi, por intermédio de Oliveira Martins, talvez da inspiração remota de Antero de Quental.

Para conhecermos Antero precisamos de conhecer a sua *Carta* autobiográfica a Wilhelm Storck, tradutor alemão de parte dos *Sonetos*. De mãos na consciência e num cuidadoso exame da sua vida interior, Antero confessa-se aí «discípulo da Alemanha filosófica e poética». E é interessante ouvi-lo traçar com incisiva verdade a crise que o seu pensamento atravessou. «Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, — escreve êle —, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crêr plácidamente e obedecer sem esfôrço a uma regra reconhecida.» Coincide esta passagem da *Carta* a Wilhelm Storck com outra duma carta a Teófilo Braga, — aquela em que Antero, bem mais de dez anos atrás lhe dava conta, com entusiasmo, do plano que presidira às conferências célebres do Casino. «Seremos, em religião, pelo sentimento criador do coração humano, contra os mitos doutrinais das teologias — dizia Antero por essa

Digitized by Google

altura —; seremos, em política, pelo govêrno do povo pelo povo; em sociologia, pela emancipação do trabalho; em literatura e arte, pelo fim social e civilizador da arte e literatura, combatendo as tendências egoistas e esterilizadoras que hoje predominam.»

Do tempo da conferência do Casino é o opúsculo intitulado *Discurso sôbre as causas da decadência dos povos peninsulares nos séculos XVII e XVIII.* «Embora pisasse um terreno mais sólido, o terreno da história, — declara Antero a Storck —, resente-se ainda muito da influência das idéas políticas preconcebidas, da crítica histórica com *tendências.*» Antero abjura assim da sugestão abstrusa de Michelet e de Quinet nas generalizações entusiásticas da sua mocidade. Sentira-o Antero bem nitidamente, não sabendo conciliar a sua preferência por êstes escritores com o germanismo estrutural da parte mais consciente da sua cultura. «Como acomodava eu êste culto pelas doutrinas do apologista do Estado prussiano (Hegel), com o radicalismo e o socialismo de Michelet, Quinet e Proudhon?» O que parecia incongruente a Antero, o próprio futuro lho explicaria, quando, aconselhando Oliveira Martins a aceitar o *facto dinástico,* reconhecesse, como Mommsen também reconhecera e o ensinara a Bismarck, que só os regimes hereditários, pela fôrça indiscutível da sua autoridade, podem limitar os exageros da plutocracia e conceder às camadas pobres as repa-

Digitized by Google

rações económicas necessárias. E agora a já desenhada orientação monárquica de muitos dos sindicalistas franceses responderia à interrogação perplexa de Antero, se êle em sua própria vida lhe não tivesse achado a resposta.

Mas eu apontei como decisiva no espírito de Antero a influência do filosofismo semi-orgânico de Proudhon. O primeiro folheto de Antero, datado de 1864, demonstra-o claramente e dá-nos a nós, integralistas, o prazer de possuirmos na defesa do *Syllabus* um exemplo bastante anterior ao de Charles Maurras. Charles Maurras, sem ser um crente, defende, é certo, o admirável documento pontifício como um acto de sabedoria eterna, de cujo regimento e guarda depende a boa saúde da sociedade. Antero, também sem ser um crente, não defendia o *Syllabus,* rigorosamente. Compreendia-o como um dever respeitável da Igreja, incompatibilizada com o século e destinada a desaparecer, vítima dessa incompatibilidade, mas nobremente, em harmonia com o seu património moral. O folheto, bastante raro, intitulava-se *Defesa da Carta Enciclica de S. S. Pio IX contra a chamada opinião liberal.* «É um protesto contra a falta de lógica com que as folhas liberais atacavam o *Syllabus,* — apressa-se a elucidar Antero —, declarando-se ao mesmo tempo fieis católicos. O autor, — prossegue êle —, glorificando o Pontífice pela beleza da sua atitude intransigente em face do século, via nessa intransigência uma lei histó-

Digitized by Google

rica, rezava respeitosamente um *De profundis* sôbre a igreja condenada pela mesma grandeza de sua instituição a cair inteira mas não a render-se, e atacava a hipocrisia dos jornais liberais.» Hoje Antero teria que verberar os que procuram adaptar a Igreja à Democracia, — e ainda em virtude de Proudhon, seu mestre, o qual se não fartou de afirmar que a questão entre a Igreja e a Revolução não admite evasivas.

Á primeira vista, Antero surge-nos como um sacrificado pelo espirito de análise e no seu péssimismo filosófico quási de ante-mão se contém o desfecho trágico que o levou ao suicídio. Não é outra, na verdade, a opinião corrente. Mas quem sôbre o precioso volume *Cartas de Antero de Quental* se debruçar para a estranha psicologia do poeta, há-de encontrar nele, bem pelo contrário, uma inteligência sedenta de certezas e de modo nenhum disposta à solução desgraçada, com que por suas próprias mãos se atirou para a sepultura. Primeiro que ninguém, Antero repele a qualificação de *budista,* que no prefácio dos *Sonetos* Oliveira Martins lhe aplica *(Carta autobiográfica).* E em mais de uma carta nós o encontramos filiando o desalento contemporâneo nos excessos do criticismo, — no intelectualismo agudo duma época, que no caso doloroso de Amiel se encarnava dolorosamente.

«Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois

Digitized by Google

o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente boa (é uma doença do século) por aquilo a que o Lange chamou o «excesso do princípio da inteligência,» — comenta o poeta. «Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, e homem de acção por excelência, por isso que a sua acção é toda no sentido do bem. De resto (e era isso o que eu quisera dizer ao Renan) os que fundaram as coisas vitais da sociedade tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos.»

Assim se exprime Antero, em data de 14 de novembro de 1886, a Jaime de Magalhães Lima. É um aspecto inesperado que se nos revela, — um aspecto que torna Antero, contra a idéa vulgarizada a seu respeito, um pensador encantado pelo gôsto da Acção. Oiçamo-lo ainda combater com aspereza os abusos do racionalismo e apresentar se francamente como um precursor das modernas filosofias da intuição (1). «Não me agradou o livro de Nordau, — comunica êle de Vila do Conde a Oliveira Martins. Tantas ilusões, tanto optimismo e

(1) Já no meu livro anterior, — *Ao Principio era o Verbo*, assinalei a circunstância de ter sido eu, antes do senhor Leonardo Coimbra, o primeiro a afirmar êste lado interessante da mentalidade de Antero. Bem sei que é a história do ovo de Colombo. Mas há que registá-lo por isso mesmo!

Digitized by Google

tão pouco espírito crítico, num sujeito que se apresenta como o representante da razão *scientífica*, em face das *mentiras* da sociedade actual, chegaram a irritar-me. De resto, parece-me homem muito môço, e nêsse caso tem alguma desculpa, mas sempre queria dizer ao sr. Nordau para seu ensino, que não está tudo em se saber *scientíficamente* que uma coisa é errónea, para se condenar e sobretudo para se afirmar que pode ser substituída. Para isso era necessário que a mola real do homem e da sociedade fôsse a razão teórica e a sua preocupação principal a verdade. Mas a verdade humana não é a verdade scientífica. Os *scientíficos* não são capazes de compreender isto, exactamente como os *ideólogos* do século passado (com quem se parecem muito e julgo que para pior); e como o próprio de tais espíritos estreitos e sistemáticos é a presunção e o optimismo atrevido, a sua influência será ainda mais nociva do que a dos ideólogos, que ao menos partiam de princípios psicológicos. Decididamente a inteligência humana é fraca e acanhada de mais para poder compreender, dominar e governar coisa tão complexa como é o homem. O instinto, afinal, valia muito mais para êsse fim. Infelizmente, o período do instinto passou, e é nisso justamente que está a crise: substituir, na direcção das coisas humanas, o instinto, que era suficiente, pela inteligência que parece insuficientíssima.

Não vejo saída a êste bêco escuro».

Digitized by Google

Por longa que fôsse a transcrição, ressalta dela um Antero inteiramemte libertado do lívido sonho nirvanesco, que lhe embacia a memória. Crítico das ilusões da inteligência e diagnosticando o mal do seu tempo por uma confiança sem limites na sciência, Antero, ao inverso do que sucedeu com Renan, do que sucedeu com Amiel, do que sucedeu com quantos, numa palavra, sofreram o conflito da sua sensibilidade latina com a sua cultura germânica, não é de modo nenhum um divorciado da Acção, — nem o ouvimos denunciar «na mortal fadiga de viver a vaidade de todo o esfôrço humano». São assombrosas as suas páginas sôbre o pessimismo, — sôbre o seu significado de experiência psíquica, que leva o homem dos sentidos à posse do «homem interior.» Antero, em uma das suas cartas, manda crêr, — e crêr inabalávelmente. «É bom e até necessário passar pelo Pessimismo, mas não se deve ficar nele por muito tempo. O Pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É a síntese das negações na esfera da natureza, a luz implacável caída sôbre o acervo de ilusões das coisas naturais. Mas, para além da natureza, ou, se se quiser, escondido, envolvido no mais intímo dela, está o mundo moral, que é o verdadeiro mundo, ao qual a harmonia, a liberdade e o optimismo são tão inerentes como ao outro a luta cega, a fatalidade e o pessimismo.»

Antero aproximava-se do conceito místico da Igreja sôbre a tristeza das coisas da existência.

Digitized by Google

Nós vemos que o próprio misticismo se lhe manifestava como o único norte verdadeiro do homem. Nós vemos também como o Cristianismo lhe merecia uma veneração recolhida, e como que saudosa, de crença desfeita. Dominado, porém, pelos preconceitos evolucionistas, de que o seu anti-intelectualismo se não conseguira desembaraçar, Antero julgava-o um facto do passado, — uma admirável idéa morta. Não olvidemos que Antero é filho duma época de transição — duma era de crise, que êle apreendeu e viveu como nenhum dos mestres apontados por Bourget nos seus *Essais de psychologie contemporaine*.

Camões na Renascença, o Padre António Vieira em Seiscentos, José Agostinho de Macedo na agonia da sociedade antiga, são a representação universal do nosso génio na Epopeia, na Política e no Panfleto. Juntemos-lhe agora Antero na Filosofia. Sem o perigo de tombarmos em generalizações apressadas, Antero é um precursor da inquietação contemporânea, adivinhando, preconizando mesmo, a aliança do Pensamento com a Acção, — aliança que Taine repelia por contraditória e que o obrigou a escrever aqueles seus períodos memorandos a Paul Bourget, a propósito de *Le disciple:* — «Eu não concluo senão uma coisa, — e é que o gôsto mudou, é que a minha geração desapareceu e que a mim nada mais me resta senão ir enterrar-me no meu buraco da Saboia. Talvez o caminho por onde tomais, essa

Digitized by Google

vossa idéa do incognoscível, dum «nomeno», vos conduza para um porto místico, para uma forma de cristianismo...» O que deixava Taine suspenso, Antero o via com uma clareza formidável. Por isso o que na sua existência se afigura aos outros como um passo coerente e lógico: — o seu fim desgraçado, é o que, realmente, corresponde menos às profundas tendências do seu espírito, agitado, sim, mas famintamente ansioso de verdade absoluta!

* * *

Pois detalhemos com mais precisão o carácter anti-racionalista e anti-democrático da filosofia de Antero. O exame da sua correspondência entrega-nos a chave do drama interior, em que durante toda a sua vida o Poeta se debateu. Antero era por temperamento um homem destinado para a acção. Faltou-lhe como regra de conduta uma síntese em que a sua alma se repouzasse e de que a sua vontade saísse resoluta e ritmada. Eram as conseqüências dum período de criticismo em que a estiagem dos caracteres abafava e em que abafava por completo a falta de finalidade na existência. Eça toca êsse ponto nas suas páginas admiráveis àcêrca de Antero. Foi na última vez em que se encontraram, — uma noite de primavera e luar, como aquela outra em que já longinquamente Eça conhecera Antero em Coimbra, improvisando, de olhos para o alto, no Largo da

Digitized by Google

Feira, — magnífico fundo! —, junto à escadaria da Sé-Nova.

Conta Eça na sua prosa macia, sem ossos nem cartilagens: — «Assim viemos a conversar desta materialidade dos tempos, e estridor das cidades, e exageração da actividade cerebral, e aspereza das democracias, que começam a empurrar tantos seres sensíveis, ou mais imaginativos, para a quietação religiosa e para o deserto moral. Antero pensava que uma forte reacção espiritualista e afectiva se seguiria à dura materialidade dêste duro século utilitário e mercenário...» Antero pensava-o. E porque o pensava, bem claramente nos aponta êsse caminho, como o único, em cartas a mais dum amigo.

É ainda a Wilhelm Storck que Antero se confessa, com motivo na segunda edição das suas *Odes Modernas*: — «Da luta que então combati, durante 5 ou 6 anos, com o meu próprio pensamento e o meu próprio sentimento que me arrastavam para um péssimismo vácuo e para o desespêro, dão testemunho, além de muitas poesias que depois destruí (subsistindo apenas as que o Oliveira Martins publicou na sua introdução aos *Sonetos*) as composições que perfazem a secção 4.ª (de 1874 a 80) do meu livrinho. Conhece-as V. Ex.ª, não preciso comentá-las. Direi sómente que esta evolução do pensamento correspondia a uma evolução do sentimento. O naturalismo, ainda o mais elevado e mais harmónico, ainda o de um Goethe ou

Digitized by Google

de um Hegel, não tem solução verdadeira, deixa a consciência suspensa, o sentimento, no que êle tem de mais profundo, por satisfazer. A sua religiosidade é falsa, e só aparente, e no fundo não é mais do que um paganismo intelectual e requintado.

Ora eu debatia-me desesperadamente, sem poder saír do naturalismo, dentro do qual nascera para a inteligência e me desenvolvera.» E Antero prossegue: — «Era a minha atmosfera, e todavia sentia-me asfixiar dentro dela. O Naturalismo, na sua fórma empírica scientífica, é o *struggle-for-life,* o horror duma luta universal no meio da cegueira universal; na sua fórma transcendente é uma dialéctica gelada e inerte, ou um epicurismo egoistamente contemplativo. Eram estas as conseqüências que eu via saír da doutrina com que me criara, da minha *alma mater,* agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem antes de morrer, quere ao menos saber para que veiu ao mundo.»

Antero mostra-se-nos uma alma inquieta, a quem não satisfaz a sujeição de Taine á fatalidade do Universo, nem o scepticismo de Renan, sibaritando dôcemente à sombra do hôrto de Epicuro. Antero é antes um afirmativo, a quem o falso intelectualismo da sua época punha em conflito com as predilecções mais íntimas da sua personalidade. Antero não cria na Sciência, que foi a superstição amada de tantas inteligências do seu tempo. Antero vai até ao ponto de repelir o

Digitized by Google

Positivismo, nas suas soluções filosóficas, como insuficiente e inexpressivo. Já vimos que, a respeito de Nordau, Antero escrevia a Oliveira Martins «que não está tudo em se saber *scientificamente* que uma coisa é errónea, para se condenar e sôbre tudo para se afirmar que pode ser substituida». Quanto ao Positivismo, já em 1868, com o seu pensamento ainda por equacionar, Antero se dirigia nêstes termos ao seu companheiro e amigo de toda a hora, Germano Vieira Meireles: — «Mas tu és Positivista, meu pobre Germano. Pobre Filosofia essa, e fraco apoio! Quem me dera que tu pudesses crêr! Esta orgulhosa razão é preciso humilhá-la num acto de sentimento íntimo; é preciso também chorar, e amar aquilo mesmo que nos faz chorar. Então ouve-se em nós uma voz que não é da razão, menos forte ou sonora, mas mais pura e, sobretudo, mais consoladora.»

A tendência de Antero para uma conclusão espiritualista nas incertezas da sua inteligência transparece, afinal, da maioria das suas cartas. O naturalismo, em triunfo no tempo de Antero, não lhe arranca senão a mais exacerbada das repulsões. Eis como Antero se expressa a Jaime de Magalhães Lima em 14 de Novembro de 1886:

«O tom dos seus artigos na *Província* e muitas frases dêles tinham-me já indicado o seu estado de espírito: via-o pensar por si, mas receava que a sua evolução parasse na fase negativa e ficasse pessimista, isto é, ficasse a meio caminho. Feliz-

Digitized by Google

mente não é assim: e uma vez que galgou êsse barranco, creia que há-de ir até ao final. O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por êle, mas justamente para saír dêle. O pessimismo é a redução ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dêle, ou para melhor dizer (porque não se trata de sistemas simplesmente), filhas do espírito humano na sua fase naturalista. Mas, sôbre estas ruínas acumuladas pelo pessimismo o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vacuo.» E Antero, desenvolvendo com firmeza as suas vistas críticas, acrescenta imediatamente:—«O que triunfa é o que fica, é aquilo que está para àlém do naturalismo, aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autónomo: a vida da consciência e a sua mais alta expressão, o sentimento moral.»

Como depoimento para a compreensão definitiva do pensamento de Antero, seria de maior interesse a reprodução completa da carta, que deixamos exemplificada nos trechos transcritos. Verificamos por êles que Antero se libertara da baixa superstição naturalista, que levava Taine a declarar, numa submissão cega à fatalidade das leis universais, que «o vício e a virtude são produtos como o vitríolo e como o açúcar». Antero, pelo contrário, embora vítima de tanto êrro filosófico, conseguia «chegar teóricamente até aquela profundidade de compreensão do *homem interior*,

Digitized by Google

como êles diziam, a que os místicos chegaram.» Antero não se coloca, é claro, num terreno de pura ortodoxia religiosa. «Creio que a obra dêstes séculos mais próximos será — declara êle a Oliveira Martins — não destruir o Cristianismo (quero dizer, o espírito cristão, o ponto de vista de transcendência metafísica e moral), mas completá-lo com a sciência da realidade.»

«A religião do futuro — continua Antero —, de que nos fala Hartmann, não pode ser outra, e não julgo necessário ir buscar o Budismo, quando o que nêle há de melhor se encontra no Cristianismo e com uma forma sentimental mais pura, mais humana.»

O êrro modernista está contido nêste como que evolucionismo religioso. Contudo, da parte de Antero, afastado do grémio da Igreja, revela-nos uma certa penetração católica na maneira de encarar a superioridade moral e metafísica do Catolicismo, como já antes, na esteira de Proudhon, a Igreja lhe valera palavras de respeito profundo pela grandeza do seu papel civilizador através da história.

Mas Antero chega mais longe. Chega até ao limiar do conceito católico da Santidade, no seu desejo incessante de aquietamento espiritual. «Não compreendo, pois, porque emprega duas vezes a palavra resignação, quisera que a riscasse do vocabulário dos seus sentimentos, — repara êle, dirigindo-se ainda a Jaime de Magalhães Lima.

Digitized by Google

A transição do egoísmo idealista e da falsa liberdade, para a realidade moral e a verdadeira liberdade, é um progresso, e até em meu conceito, o máximo progresso: não pode ser pois matéria de resignação; antes de exultação... Entrou, meu caro amigo, num caminho em que todos os dias irá sentindo o chão mais firme debaixo dos pés, mais lúcido o pensamento, mais serena a consciência. Vivendo cada vez mais para os outros, sentindo morrer em cada dia dentro de si mais uma parcela do *eu* egoísta que tanto nos ilude, tanto nos faz sofrer e errar, irá entrando realmente naquela região da *impersonalidade*, que é a verdadeira beatitude.» (1)

Ora, na afirmação de *impersonalidade*, como

(1) Se, como notámos, Antero, na sua crítica aos excessos do intelectualismo, foi um precursor das filosofias da intuição, por essa idéa activa da *impersonalidade* e por mais dum conceito, freqüentes no seu espírito, aproximou-se singularmente, na sua tendência instintiva para a síntese católica, da filosofia tomista, — da antiga, mas sempre remoçada filosofia do Ser. No seu magnífico volume *Le sens commun*, 3.ª edição, escreve, a págs. 388, o Padre Garrigou-Lagrange, dominicano e professor do «Angélico» em Roma: — «*Les philosophes ont entrevu, mais les saints ont compris que le plein développement de notre pauvre personnalité consiste à la perdre en quelque sorte en celle de Dieu, qui seul possède la personnalité au sens parfait de ce mot, car seul il est absolument indépendent dans son être et dans son action*». Manifesta e impressionante coincidência, não é verdade? (1924)

Digitized by Google

sendo a verdadeira beatitude, é que reside o equívoco dos que supõem Antero inclinado ao Budismo. Na *impersonalidade* filosófica de Antero reside, porém, toda a libertação do místico, que se elevou acima dos condicionalismos da vida pela sua inteira identificação com o princípio divino. Não é outra a ânsia arrebatadora que enche de àsas invencíveis as palavras da *Imitação*. Antero o adivinhou soberanamente, ao murmurar com o mais ungido dos recolhimentos no soneto célebre:

> «Na mão de Deus, na sua mão direita,
> Descansou, afinal, meu coração.»

Eis como Antero se emancipa das cadeias durís-simas do materialismo e rasgadamente assevera a Wilhelm Storck que «*a liberdade, em despeito do determinismo inflexível da natureza, não é uma palavra vã: ela é possível e realiza-se na santidade. Para o santo,* — resume Antero —, *o mundo deixou de ser um cárcere, êle é, pelo contrário, o senhor do mundo, porque é o seu supremo intérprete. Só por êle é que o Universo sabe para que existe: só êle realiza o fim do Universo.*» Não precisamos de mais nada para que, em boa crítica, fique definida pelo próprio Antero a significação que ligava à «*impersonalidade*» como chave de todas as bem-aventuranças e ainda o êrro fundamental que o aponta como prostrado diante das fumaradas lívidas do Nirvana.

Digitized by Google

Tão perto do pensamento católico, Antero, que repelia a pesada herança do naturalismo, embora a utopia evolucionista lhe toldasse a posse duma síntese que o reconciliasse consigo mesmo, não podia também participar do êrro individualista do seu tempo. Ainda aqui Proudhon foi seu mestre seguro. Pela condenação do individualismo revolucionário, Antero chegara ao reconhecimento de superioridade do Catolicismo sôbre a Reforma, conquanto muitas vezes se intitulasse a si próprio «confessor *in Ecclesia Revolutionis.*» O Catolicismo, em desacôrdo com o século, teria para Antero que desaparecer, mas isso não evitava que o reconhecesse como um facto histórico de excepcional grandeza. Antero como tal o encara, preocupado sempre com os problemas eternos, que são o eixo do drama moral, em que a sua alma constantemente se debate. Havia nêle a necessidade ardente da afirmação. Afirmativo se nos mostra na sua filosofia, como afirmativo se nos mostra também na sua ignorada intervenção política. Caíra sôbre êle o mal da inteligência, que tão bem diagnosticara na sua análise ao superficialismo da obra de Renan. Padeceu, pois, a contradição pavorosa duma época, que o empurrava para a fatalidade resignada do scepticismo, com as altas impulsões do seu temperamento, que não se queria repousar senão à sombra das certezas absolutas.

É tempo de arrancar Antero à visão suicida,

Digitized by Google

em que é costume emmoldurá-lo. «*Labora et noli contristari!* — lembrava êle a Jaime de Magalhães Lima, repetindo a palavra de S. Bento ao noviço impaciente. E é Antero mesmo, filósofo antecipado da Acção, quem se encarrega de, numa ligeira passagem, se mostrar como uma existência cheia dum profundo sentido interior. Êle não o procurava, nem acreditava no Nada. Porque «não se podia esperar que um antigo hegeliano, e que depois leu Leibnitz, pudesse nunca, como diz algures o mesmo Leibnitz, *donner dans le vide et les atomes*». Esta confidência de Antero vale para nós preciosamente! Marca o caminho ascensional da sua aspiração, — e eu não sei de epígrafe melhor para se lhe estampar na portada do seu livro de *Sonetos*. É assim, à claridade do seu testemunho, que o Poeta precisa de ser estudado e amado, — tão corrompido como anda em impressionismos fáceis de ocasião, que é como em Portugal, infelizmente, usa praticar-se a crítica literária. Um Antero diverso nos surge da sua correspondência. É êsse o Antero que viveu e sofreu para que os homens comungassem mais uma parcela de verdade e houvesse para a secura e para a míngua dos corações uma outra água, que não a dos poços estagnados do Deserto!

Digitized by Google

Digitized by Google

El-rei D. Miguel

A 14 de novembro de 1866 falecia em Bronnbach, na Alemanha, precisamente no mesmo dia em que sessenta anos antes fôra baptizado, el-rei D. Miguel I. (1) Caluniado como nenhuma outra figura da nossa história, a reabilitação dêsse infeliz monarca impõe-se a todos os que queiram

---

(1) Sôbre D. Miguel aconselhamos o volume *Dom Miguel I König von Portugal,* Luxemburgo, 1908, do catedrático luxemburguês dr. Artur Herchen. E damos ainda aos nossos leitores a agradável notícia de que o eminente historiador brasileiro, senhor Oliveira Lima, ultíma um largo estudo da época miguelina com o título *A sucessão portuguesa* (1826-28). Vamos ter, enfim, uma *História de D. Miguel,* — de D. Miguel, que a historiografia monárquico-liberal expulsou de suas páginas, tornando quantidade inexistente os seis anos do seu reinado. E depois, com tais antecedentes, queixamo-nos da historiografia (?) republicana!

Digitized by Google

sentir e amar o passado da terra portuguesa na sua justa, — na sua completa significação. Rei legítimo de Portugal, teve D. Miguel consigo a legitimidade do direito dinástico e a legitimidade da escolha nacional. É um facto que ninguém, em verdade, poderá honestamente contestar. Revoltado contra a mãe-pátria e, por conseqüência de semelhante revolta, colocado na situação de soberano estrangeiro, seu irmão D. Pedro, a quem erradamente se chama «IV» de Portugal, é que não foi mais de que um simples usurpador! Voltou ao país que renegara, de armas na mão e trazendo no coice uma onda de mercenários, arrebanhados, a tanto por cabeça, nas tavernas mais imundas de Londres. Tais são, com pequenas excepções, os 7:500 bravos do Mindelo, que, caíndo sôbre Portugal como o pior dos flagelos, conseguiram, à custa da traição interna e da influência inglesa, sobretudo, substituir as nossas instituições tradicionais pela mentira política, que nos entregaria mais tarde aos desvarios do presente.

A história de Portugal, nos começos do século transacto, não se compreende em tantos dos seus aspectos contraditórios, sem que se conheça bem a história das sociedades secretas, suas inspiradoras. O Liberalismo nasceu entre nós no seio das lojas maçónicas, exactamente com aqueles que facilitaram aqui a penetração dos exércitos napoleónicos e que depois veriamos ministros de Estado, ao lado de D. Pedro, como, por exemplo, Bento

Digitized by Google

Pereira do Carmo e Cândido José Xavier. Não nos é fácil desenhar agora, ainda que fugidiamente, o avanço das idéas revolucionárias em Portugal, conspirando primeiro com os sequazes de Junot, entendendo-se a seguir admirávelmente com partidários reconhecidos da União-Ibérica.

Tanto a conjura de Gomes Freire em 1812, como a revolução de 1820, desenvolvidas e delineadas no regaço da Maçonaria, tinham trabalhos comuns com espiões espanhois. Vingou o movimento de 1820, — e as intenções que ocultamente o determinaram, palpitam-se bem na cínica nota de Silvestre Pinheiro Ferreira, nosso ministro dos Estrangeiros, ao govêrno britânico, ameaçando-o com a nossa entrega voluntária à Espanha, se não defendesse o novo regimen do perigo que para êle as deliberações da Santa Aliança representavam. Á série de atropêlos, de latrocínios e desvergonhas que 1820 inaugura em Portugal, é o infante D. Miguel quem lhe põe côbro na célebre contra-revolução de maio de 1823, designada por «*Vila-Francada*». Á frente do exército e com o aplauso inteiro da nação, D. Miguel, restituindo a seu pai, el-rei D. João VI, os seus «*inauferíveis Direitos*», o mesmo fez que devolver o país à sua ordem tradicional, interrompida pelos reformismos desorganizadores da *Constituição* de 22.

Depressa D. Miguel se viu ladeado de personagens vesgas, como Martins Pamplona, — o companheiro dedicado do Gomes Freire, tanto nos

Digitized by Google

conluios do Roussillon, como no seu entusiasmo pela fortuna de Bonaparte. Perdoado só em 1820, Martins Pamplona conseguiu em Vila-Franca merecer a confiança de D. Miguel. Elevado a conde com o titulo de Sub-Serra, não demorou a traír o infante, constituindo com Palmela e outros sócios a sinistra camarilha que aprisionou inteiramente à sua vontade a vontade de D. João VI. É êsse um capítulo da nossa história, conservado no escuro facciosamente, visto ser, na sua última fase, — de 34 para cá, uma história de partido a história que é em geral do conhecimento de todos. Mas sôbre a verdade dos documentos não resta dúvida que, em seguida ao golpe de Estado de maio de 23, a Maçonaria, um momento vencida por D. Miguel, pensou logo em o perder, apossando-se do ânimo timorato do rei.

É contra a gente que rodeia D. João VI e o encaminha insensivelmente para um segundo ensaio de Constitucionalismo de importação, que D. Miguel se dispõe a dirigir em cheio essa espécie de pronunciamento, que termina na *Bempostada*. Aqui começa a difamação sistemática do futuro destronado de Evora-Monte. Apontam-no como querendo depôr, — e até assassinar! —, a seu pai, debaixo das instigações malévolas de D. Carlota Joaquina. Sabem-se os resultados da *Bempostada*. O corpo diplomático intervem, D. João VI retira-se para bordo da nau *Windsor-Castle*, abandonando assim o território nacional. E mandando chamar a bordo

Digitized by Google

seu filho, que obedece sem coacção, exila-o para Viena de Austria. Se a face dos acontecimentos se nos desnuda dêste modo logo à primeira vista, abramos, para maior convencimento, as «*Instrucções Maçónicas do Grande Oriente Espanhol Egypcio*», impressas em Cadiz em 1828.

Depois de vários artigos em que se estabelece para Portugal a necessidade de separar por todos os meios possíveis D. João VI de sua esposa, preconizando, como processo mais seguro para se obter a vitória, a difusão da discórdia entre os membros da família real, eis o que aí se aconselha com a maior singeleza e naturalidade: — « *Se como se deve esperar a Raínha e seu filho se opõem à revolução, aproveitando-se da sua influência, e trabalham contra nós fazendo demitir o ministério, será então necessário que todos os diplomatas e todos aqueles que pertencem à Ordem, se reunam para protestar contra semelhante medida e para declarar em face da Europa que a Rainha e o Infante lesam os direitos da legitimidade. Deve trabalhar-se para decidir os representantes estrangeiros a tomarem parte neste acto em nome dos seus soberanos. Desta arte, os ministros serão conservados ou reintegrados no poder, e, sem o conhecer, D. João VI preparará tudo para chegar à última vergonha, a que o queremos arrastar.* »

Graças à luz que jorra de tão valiosa transcrição, temos a descoberto os manejos disfarçados de que saíu a ida à Bemposta do corpo diplomá-

Digitized by Google

tico, com o ministro da França, Hyde de Neuville, à sua frente, manobrando como se fôsse em pessôa o compadre Pamplona. D. Miguel, apanhado de surpreza numa rêde, que não calculava donde lhe era lançada, submeteu-se e aceitou o destêrro que o pai forçadamente lhe ditou. Lá rezava a papeleta de Cadiz: — « *Se a Rainha e Dom Miguel... persistem em contrariar o nosso designio de destronar o despota e de restabelecer a Constituição, é de absoluta necessidade decidir o Rei a banir sua esposa e seu filho da terra portuguesa...* » Basta êste lado da vida de D. Miguel, inteiramente encarado de maneira oposta à corrente, para nos elucidar de vez sôbre o borrão de infâmia que lhe atiraram para cima da memória os vencedores de 34.

Partido para Viena D. Miguel, D. João VI fica então em Portugal na dependência absoluta da camarilha que o assassina aos poucos, — devagar. Num receio permanente a tudo e a todos, definha-se com saudades do filho. Essa agonia da Realeza sente-se profundamente nas páginas memorandas de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, — *Exposição resumida do que, durante os dezoito mezes que estive em Lisboa, sofri à facção, e aos sceleradados que cercavam El-Rei e o levaram à sepultura.* D. João VI é espiado, não lhe deixam livre um só instante. E, quando se resolve a mandar vir D. Miguel, morre de repente, a seguir áquela merenda que fôra comer a Belem, — segundo a abertura do *Portugal Contemporâneo*. Morreu

Digitized by Google

envenenado, — já não ha que duvidar! (1) O ministério, com êle já morto, forja o decreto da Regência, de que nunca se conheceu o original com a assinatura do rei, — e envia ao Rio uma missão, a presentear com a corôa o Imperador. O que se receiava era o regresso de D. Miguel, herdeiro legítimo de D. João VI. D. Pedro recebe, aborrecido, a missão portuguesa, fecha-se num quarto com Francisco Alves e sái de lá com a *Carta*, que nos remete no bolso de Lord Stuart, acompanhada da sua abdicação em D. Maria da Glória.

Indicado como príncipe-consorte e investido pelo irmão na regência do reino durante a menoridade da sobrinha, D. Miguel jura a *Carta* em Viena de Áustria e parte para Portugal. No seu livro *Castilho e Saraiva*, António Ribeiro Saraiva prova a nulidade dêsse juramento, porque, sem êle, não deixariam sair de Viena a D. Miguel, o qual, no entanto, ressalvou os seus direitos, depondo um protesto nas mãos do príncipe de Metternich. Com a sua sagacidade proverbial, Metternich escreveria de D. Miguel ao embaixador austríaco em Londres: — « *Começou a falar-me com franqueza e sinceridade da linha de procedimento que pensava seguir à sua chegada a Lisboa, e confesso que fiquei surpreendido da rectidão de princípios e da*

(1) Veja-se no dengoso volume, — *Eles e elas*, do sr. Júlio Dantas, o capítulo *A morte de D. João VI.*

Digitized by Google

sagacidade de vistas que me expôs com calor, precisão e clareza.» Até a lenda da imbecilidade grosseira de D. Miguel se desfaz com o testemunho do grande estadista!

Chegado a Lisboa, o país inteiro o quere e saúda como rei. D. Miguel apresenta-se, porém, como regente apenas e, sem que os Três-Estados do Reino examinassem o ponto melindroso da sucessão, decidindo-se em seu favor, não usa o scetro, nem cinge a corôa. Aclamado deveras pela alma portuguesa, êle é o verdadeiro rei nacional, depois de D. Sebastião. Depositário das doutrinas da legitimidade definidas pela Santa-Aliança, ninguém teime em o considerar como um soberano despótico, destinando-se a reinar sôbre uma paisagem ensanguentada de fôrcas e de perseguições. Bem pelo contrário, num instante quási único na nossa história, êle procurava trazer à direcção do Estado, por intermédio dos seus orgãos tradicionais ressuscitados, a influência benéfica do espírito ancestral da pátria. (1) Houve violências? Houve-as. Mas os

(1) Precioso a êste respeito o raro opúsculo *Memorandum d'une conférence de A. R. Saraiva... avec lord Grey, premier ministre de la Grande-Bretagne, le 20 décembre 1833, sur le meilleur moyen de pacifier le Portugal, d'y mettre fin à la guerre civile, d'y retablir un vrai gouvernement constitutionnel.* Londres, 1847. Nêle se diz em nota, a págs. 27: — « *Mais aujourd'hui, le Roi lui — même est convaincu plus que personne, du devoir, en même temps que de la nécessité impé-*

Digitized by Google

liberais, formando uma pequena minoria, punham-se, por si, fora da lei pelo ingresso nas lojas maçónicas e trabalhando lá fora contra a integridade do nosso território. Nos *Apontamentos para a história diplomática de Portugal,* por Agostinho José Freire, aprende-se que D. Pedro, apelando para a intervenção estrangeira, oferecia, em troca de expulsão de D. Miguel, «*a baía de Lourenço Marques ou quaisquer outras colónias asiáticas, ou das africanas na costa oriental*». Em presença de factos como êstes, percebe-se que a indignação em Portugal atingisse um grau subido de delírio. O Rei intervinhã, tentava perdoar. «*El-Rei perdôa, nós, não!*» — e o cacete redemoinhava sôbre a cabeça dos pedreiros-livres, em quem o povo via os sócios dêsses, senão os mesmos, que tinham porfiado em nos entregar a Junot.

Perante a imposição da Quádrupla-Aliança, D. Miguel capitulou em Évora-Monte, numa tarde

---

rieuse, de rétablir en son plein exercice et fonctions naturelles toute la belle organisation de notre noble et admirable Constitution ancienne, purgée des formes absolues, et hétérogènes, que le Pombalisme (sic) (en vertu d'une sorte de dictadure, peut-être nécessaire dans les circonstances alors) y avait introduites, au milieu du siècle dernier.» Em que consistia essa «Constituição»? No respeito à lei dos três Estados, em harmonia com a lei de 4 de junho de 1824. Onde estava, pois, o absolutismo? Tratava-se até duma reacção contra a hipertrofia do Estado pombalino.

Digitized by Google

de maio, debaixo do imenso céu alentejano. Não traçaremos os inícios do regimen que o substituiu. Só direi que os assassinatos a sangue frio excederam então as execuções legais das justiças miguelinas, — em número e em terror. Alarmado, assim o confessaria no parlamento o deputado constitucional Franzini. A expoliação, o esbanjamento e a ruína cobririam os piores crimes da república presente. Intacta, só permanece na sua honesta pobreza a figura forte de D. Miguel! Como D. Miguel, os seus partidários que não transigiram nunca. É um Portugal ignorado hoje, já desfeito na confusão dos cemitérios. Lembrarei aqui, como um símbolo, a admirável renúncia de um elvense, — o tenente-coronel Marçal José de Mira. Ganhara os seus galões de oficial durante a Guerra-Peninsular, no assalto a S. Sebastian. Partindo a espada em Évora-Monte, abandonou as fileiras. E, a emparceirar-se com o partido vencedor, achou melhor acabar os seus dias, sem ter quási que vestir, a cavar a terra de outrem como hortelão, — êle que arriscara a vida heroicamente e sabia guardar a bôa lealdade dum soldado ao seu juramento.

É tempo, pois, de arrancarmos êsse deturpado período da nossa história à lenda negra que o envolve insidiosamente. D. Miguel domina-o por completo com a sua figura galharda. Poucos reis fôram, na verdade, tão populares como êle o foi! Teve a dupla consagração, — a consagração do

Digitized by Google

direito dinástico e a da vontade livre de Portugal. Com o seu exílio começou o declive rápido, por onde rolamos numa tristeza bem mais vil que a de antigamente. É que D. Miguel, ao embarcar, levava na pobreza das suas bagagens o espírito autóctone da pátria, — a velha e experimentada alma lusitana. Na tarde da sua capitulação, — tarde esplendorosa de maio, quási que morreu toda a nossa herança secular. Iam campear agora, num desafôro sem freio, as quimeras estultas, importadas de França pela pena leviana de meia dúzia de ideólogos desnaturados. O eclípse do nosso génio colectivo totalizou-se densamente num prenúncio mau de tragédia. E a tragédia continúa, porque continúa sem se cerrar, — e Deus sabe até quando?! —, o parêntesis aberto sôbre a colina fúnebre de Évora-Monte.

Digitized by Google

Digitized by Google

Fátima (1)

«*Raison et bon sens ne suffisent pas!*» — já dizia o velho Renan, ajoelhado nos degraus da Acrópole. Porque razão e bom senso não são o bastante, há na vida do homem, na vida da sua actividade interior, para além do mundo imediato dos sentidos, um outro mundo vasto e rumoroso, onde êle mergulha as raízes mais fundas e mais misteriosas da sua personalidade, e com o qual não é

---

(1) Escrito e publicado no outôno de 1917, quando começaram a afamar-se as aparições misteriosas de Fátima, o presente estudo insere-se hoje aqui, não só para documentação das jornadas sofridas pelo pensamento do autor, mas ainda para se verem de futuro quais os caminhos levados pela inteligência portuguesa durante a terrível crise em que esteve submersa. Sente-se o autor bem modesto e sabe perfeitamente que as verdades que defende não são suas,—mas de Deus e da velha experiência humana, de quem as recebeu. No entanto, olhando ao ego-

Digitized by Google

pela inteligência que melhor se pode comunicar. A filosofia moderna, reduzindo a inteligência a uma mera faculdade compreensiva, dá-nos, ao seu lado e com um alcance maior, um outro agente seguro de conhecimento. Refiro-me à intuição, que a psicologia experimental se viu na necessidade de admitir como um processo scientífico de prova, sendo, por sua obra e graça, que o racionalismo inerte e estéril do século passado não resiste mais às críticas dum William James e dum Henri Bergson.

O caso recente de Fátima, pondo em sobressalto a mentalidade oficial da república, enquanto as legítimas autoridades eclesiásticas o não examinem e julguem no seu significado religioso, importa para

---

tismo cego com que pensadores arcaicos e retardatários, como o senhor António Sérgio (ainda vem por Descartes e Kant o escritor que não còrou de vergonha ao chamar a D. Sebastião «pedaço de asno») se apresentam com pretensões a influir nos nossos estreitos meios intelectuais, o autor entende-se com o direito de se apresentar como um agitador de questões e problemas, até então nem de longe abordados em Portugal. A êsse número pertence o ensaio sôbre Fátima. Claro que, acolhidos hoje à síntese tomista, nem de longe transigimos com as falsas filosofias da intuição. Mas não negamos que elas nos libertaram do sêco e aprisionante intelectualismo em que tanto se compraz o insultador de D. Sebastião. Para o historiador e para o crítico que de futuro procurarem abrir estradas na tremenda babilónia, que é ainda agora o pensamento nacional, aqui lhe deixamos um subsídio, não de todo desprezível.

Digitized by Google

nós um princípio de interrogação, cuja fórmula será esta: — se em face da sciência, e fora de toda a interpretação teológica, o Milagre é um facto aceitável e possível. Não nos socorramos assim daqueles argumentos de ordem sobrenatural e mística que, como crentes na omnipotência de um Deus-Criador, nos apresentam logo a possibilidade plena do Milagre. Encaremos antes o problema por outro aspecto, — pelo aspecto positivo e concreto das realidades quotidianas, partindo comezinhamente da simples observação dos acontecimentos para a fôrça oculta que os haja de determinar.

Só em Portugal o materialismo predomina ainda nos espíritos que uma meia-tintura intelectual faz presumir de cultos. Crê-se ainda aqui no absolutismo da Matéria, admitindo-se como um dogma a antiga concepção estática do Universo, regido não sei por que leis inflexíveis e automáticas, anteriores a toda e qualquer causa impulsora e, como tal, consciente.

Daí um certo ateísmo pedantesco profissional, concedendo fóros de livre espírito a quem simiescamente o declame, como a última palavra da sciência. Pretende-se dêste modo estabelecer entre a Sciência e a Religião uma irredutibilidade que não existe no fundo. Sciência e Religião não se excluem, porque são diversos os seus campos, como diversos são por natureza os fenómenos sôbre que se exerce a sua acção e influência.

Digitized by Google

O pragmàtismo, delimitando e definindo o alcance da razão, veiu reabilitar as razões de Pascal, que são as chamadas «razões do coração». Como há uma ordem intelectual nas coisas da vida, há também uma ordem afectiva, a que a intuição corresponde como meio de experiência. Scientificamente, a inteligência intervem depois, não para resolver só por si as questões que a intuição abrange na sua órbita mais larga, mas também para as proclamar e contraprovar como verdades reconhecidas.

O êrro fundamental do racionalismo baseia-se, assim, no orgulho da inteligência, que nega por sistema, sempre que não consegue explicar. As manifestações elevadas do misticismo entraram por essa via no capítulo das fantasias inverosímeis — quando se não qualificavam comodamente de autênticos produtos patológicos. Mas é diverso hoje, felizmente, o rumo do pensamento! A inteligência, restringida apenas à apreciação do mundo material, sôbre o qual incide por intermédio dos sentidos (1), é constrangida a admitir a existência de outras realidades, que, por não serem tangíveis, são, no entanto, mais que perceptíveis. A nossa época é uma época de revisão scientífica. E, quanto à índole

(1) Aconselhamos a propósito dêste interessante ponto a leitura e o convívio de Jacqueles Maritarios, no *Antimoderne* e nas *Réflexions sur l'intelligence*, (1924).

Digitized by Google

da sciência em si, nós temos que concluir com Brunetière que ela não é de forma nenhuma uma solução da vida. Se o mundo físico é susceptível de se tornar o seu domínio, escapa-lhe por inteiro o mundo moral. Ora é exactamente no mundo moral que a Religião actua como senhora das vastas extensões da consciência.

Eis o que a filosofia contemporânea acentúa como seu principal mandamento. Depois que o método intuicionista foi alevantado com tanta nobreza por sábios como Henri Poincaré, que vemos nós senão a sciência, mudada de deusa omnipotente numa modesta hipótese, que a experiência se encarrega, ou não, de confirmar? Os próprios fundamentos em que a sciência constituida se cimenta são sériamente atingidos pelo revisionismo contemporâneo. A geometria, por exemplo. Repousando-se na noção euclidiana das três dimensões, Poincaré denuncia-a como deficiente, senão insubsistente, visto já hoje a sciência se vêr na necessidade de trabalhar com uma outra dimensão — o tempo, que é bem a «quarta dimensão» dos ocultistas e que a inteligência, por não a solidificar, não tem direito por isso a impugná-la. O que sucede com a geometria sucede com a noção de Matéria, tida como indestrutível e eterna. Ao contrário do simplismo scientífico do século findo, Gustave Le Bon demonstra-nos como a matéria se desagrega e morre. A matéria decompõe-se, pulveriza-se e extingue-se, em desmentido formal à célebre lei

Digitized by Google

de Lavoisier, pela qual na natureza nada se cria, nada se perde e tudo se transforma.

Assente a dissociação da matéria, Gustave Le Bon ensina-nos que as suas partes primordiais são geradas por uma como que condensação de energia. A Energia, antecedendo a Matéria, é toda a concepção estática do Universo desfeita no ar. Por isso não nos admiremos que Reinke, naturalista alemão, apresentasse os organismos vivos como governados por uma dupla categoria de fôrças: — fôrças materiais, obedecendo às leis da energética geral, e fôrças espirituais, inteligentes, que Reinke apelida de «*dominantes*». Assim, scientificamente, o *materialismo* é por todos os modos um «contra-senso biológico», — como, com precisão vigorosa, lhe chama o *Docteur* X_{***}, no seu notabilíssimo livro «*Les conflits de la science et les idées modernes*» (1).

«Numa máquina não há só um conjunto de peças, — escreve Dastre, agora falecido; há atrás dêle a finalidade que o seu inventor lhe atribuiu ao predispô-las num sentido determinado. As energias dispendidas no seu funcionamento são governadas pelo fim a que se propõem, isto é, pelas dominantes, saídas da inteligência do construtor.» Outro tanto, e com motivos centuplicados, acontece com a Vida. É preciso não encará-la mais

(1) Paris, Perrin, 1905.

Digitized by Google

debaixo do ponto de vista estático, pará se encarar através de uma compreensão que só debaixo do ponto de vista dinâmico nos satisfaz e serve, em harmonia com as mais recentes conclusões da sciência. Ora a Energia antecedendo a Matéria e condensando-se para lhe dar unidade e duração o que é senão a afirmação da fôrça primeira, consciente e omnipotente, que já existia no comêço de todas as coisas?

Subordinando-se à disciplina admirável dos factos, William James, fisiologista e filósofo, confessava que pela comunhão com o Ideal uma nova energia entra no mundo e dá origem a fenómenos novos. «É o princípio do *Credo* formulado em outras palavras» —, ponderava ao cirurgião Marsal o abade Courmont do *Sens de la mort*. E, efectivamente, se as sciências de observação nos apontam a energia presidindo ao aparecimento da vida que por ela se mantem e prolonga, a psicologia, instituindo a «*terceira experiência*» ou «*experiência religiosa*», reconhece pela boca de um dos mais sinceros sábios do nosso tempo a transformação das condições ordinárias da Vida, por mercê duma fôrça inesperada que entra no mundo e vem em nosso auxílio, sempre que nos ponhamos em comunhão com essa fôrça mística que é Deus, — ideal supremo. Temos assim num caso a Criação, no outra a Incarnação. *Credo in unum Deum, factorem cœli et terræ... et in nomine Dominum Jesum Christum per quem omnia facta sunt. Qui*

Digitized by Google

de Lavoisier, pela qual na natureza nada se cria, nada se perde e tudo se transforma.

Assente a dissociação da matéria, Gustave Le Bon ensina-nos que as suas partes primordiais são geradas por uma como que condensação de energia. A Energia, antecedendo a Matéria, é toda a concepção estática do Universo desfeita no ar. Por isso não nos admiremos que Reinke, naturalista alemão, apresentasse os organismos vivos como governados por uma dupla categoria de fôrças: — fôrças materiais, obedecendo às leis da energética geral, e fôrças espirituais, inteligentes, que Reinke apelida de «*dominantes*». Assim, scientificamente, o *materialismo* é por todos os modos um «contra-senso biológico», — como, com precisão vigorosa, lhe chama o *Docteur* X_{***}, no seu notabilíssimo livro «*Les conflits de la science et les idées modernes*» (1).

«Numa máquina não há só um conjunto de peças, — escreve Dastre, agora falecido; há atrás dêle a finalidade que o seu inventor lhe atribuiu ao predispô-las num sentido determinado. As energias dispendidas no seu funcionamento são governadas pelo fim a que se propõem, isto é, pelas dominantes, saídas da inteligência do construtor.» Outro tanto, e com motivos centuplicados, acontece com a Vida. É preciso não encará-la mais

(1) Paris, Perrin, 1905.

Digitized by Google

debaixo do ponto de vista estático, pará se encarar através de uma compreensão que só debaixo do ponto de vista dinâmico nos satisfaz e serve, em harmonia com as mais recentes conclusões da sciência. Ora a Energia antecedendo a Matéria e condensando-se para lhe dar unidade e duração o que é senão a afirmação da fôrça primeira, consciente e omnipotente, que já existia no comêço de todas as coisas?

Subordinando-se à disciplina admirável dos factos, William James, fisiologista e filósofo, confessava que pela comunhão com o Ideal uma nova energia entra no mundo e dá origem a fenómenos novos. «É o princípio do *Credo* formulado em outras palavras» —, ponderava ao cirurgião Marsal o abade Courmont do *Sens de la mort*. E, efectivamente, se as sciências de observação nos apontam a energia presidindo ao aparecimento da vida que por ela se mantem e prolonga, a psicologia, instituindo a «*terceira experiência*» ou «*experiência religiosa*», reconhece pela boca de um dos mais sinceros sábios do nosso tempo a transformação das condições ordinárias da Vida, por mercê duma fôrça inesperada que entra no mundo e vem em nosso auxílio, sempre que nos ponhamos em comunhão com essa fôrça mística que é Deus, — ideal supremo. Temos assim num caso a Criação, no outra a Incarnação. *Credo in unum Deum, factorem cœli et terræ... et in nomine Dominum Jesum Christum per quem omnia facta sunt. Qui*

Digitized by Google

propter nos homines et propter nostram salutem, descendit de cœlis.

Será o testemunho espantoso do dia de àmanhã êsse da sciência acolhendo-se à sombra do santuário, e confessando a sua inteira subordinação à verdade revelada. Já as teorias de René Quinton sôbre a origem marítima da vida enchem duma actualidade invencível a passagem da Bíblia que nos figura, às vesperas da Criação, o espírito de Deus levado sôbre as águas. Por outro lado, o professor Benedikt, de Vienna, claramente assevera que a ordem de aparição dos seres vivos como no-la desenha o *Genesis* é a que mais se ajusta com as lições da verdadeira sciência, — daquela que se não tem como *fim*, mas únicamente como um *meio*. Ninguém pensa com isto em conciliar a Fé com a Sciência! A Sciência é que se inclina diante da Fé, — e não tardará que ela a adore como mestra soberana da nossa pobre existência dum momento!

A prova da mudança profunda que a êste respeito se opera na inteligência contemporânea está na discussão realizada em 28 de dezembro de 1911 na *Sociedade Francesa de Filosofia*. O tema proposto foi o *Milagre*, que, afirmado por crentes como Le Roy e Maurice Blondel, esteve bem longe de ser considerado pelos não-crentes como um absurdo infantil e grosseiro. No seu inquérito, hoje célebre, já Agathon declarava, segundo o depoimento insuspeito de Georges Sorel, que de todos os sábios

Digitized by Google

do nosso tempo os matemáticos eram os que aceitavam com mais facilidade o dogma católico!

«Quando se interroga um algebrista, êle responde-nos em geral que o milagre não oferece nada de estranho, porque o milagre comporta a intervenção de dados que não se conhecem.»

De que carecemos mais para mostrar quanto o materialismo atingiu o seu declínio, não sendo senão o património de meia duzia de semi-analfabetos em quem a inferioridade do raciocínio se inculca como superioridade de espírito? Ainda a William James se deve a reabilitação dos Santos dentro do puro critério psicológico, contra o falso conceito scientífico que os reputava meros tipos de fenomenologia hospitalar. Reduz-se à mais deplorável das insuficiências a escola de Charcot, incorporando o êxtasis místico na flora larguíssima das taras nervosas. É preciso julgar a árvore pelos seus frutos! Emquanto «as taras nervosas enfraquecem e diminuem a alma, o êxtasis, pelo contrário, torna-a mais vigorosa, fortifica-a e ennobrece-a». A experiência mística dos Santos condú-los à alegria, ao passo que o misticismo dos loucos é triste e aniquilador. «Um exalta, o outro deprime.» Não há por isso possibilidade alguma de confusão. Por seu turno, no *Traité de pathologie mentale,* Ballet ensina-nos ser a fé religiosa, sob todas as suas formas, uma causa de tranquilidade moral.

Já lá vão bastantes anos desde que Myers, sem

Digitized by Google

intensões confessionais, apenas conduzido pelo lado experimental da questão, concluia ruidosamente pela sobrevivência da personalidade humana, depois da desagregação material da morte. Paralelamente, aqueles princípios em que a sciência se repousava confiadamente, desfazem-se como bolas de sabão. Assim, Lobatchewski e Riemann, criando uma geometria fora das bases de Euclides, convencem-nos não ser verdade o teorema que nos dá a soma dos ângulos de um triângulo como igual a dois rectos. É ela menor para Lobatchewski e maior para Riemann. Com razão escrevia Poincaré que tudo era hipótese e que a sciência não assentava senão numa rêde de convenções. Mas se a sciência, — a sciência como fim, a sciência que procura inquirir das causas primárias e se entrega a romanescas explicações do Universo, não é mais que um edifício erguido sôbre simples convenções, o mesmo não acontece com os milagres de Lourdes, que são pão nosso de todos os dias. Não se trata sómente de casos mais ou menos complicados de histeria, com motivo na alteração dos centros nervosos. O dr. Boissarie fala-nos da cicatrização de fístulas ósseas na cara dum doente. O dr. Le Bec, cirurgião-chefe dum hospital de Paris, verificou a cicatrização dum caso de caria no calcanhar *(calcaneum)* e dum abcesso revelador de tuberculose vertebral. Três médicos belgas, Van Hoestenberghe, Royer e Deschamps, relatam-nos a consolidação rápida duma

Digitized by Google

velha fractura numa perna, acompanhada de chagas dolorosas. O Milagre existe pleno, irrecusável! Comporta, efectivamente, a intervenção de dados que não se conhecem nem se prevêem.

No estado actual da nossa mentalidade, é necessário que as aparições de Fátima se tomem assim como uma realidade supra-sensível, de modo nenhum contestável pelo próprio espírito scientífico. Até já a auréola resplandente dos Santos a sciência honesta se vê obrigada a justificá-la, desde que a descoberta dos raios nos veiu revelar uma energia luminosa, emanando do cérebro, e tornando-se mais forte sua irradiação quanto mais intenso é o trabalho cerebral. Se o trabalho do cérebro se materializa assim nos raios, porque é que a elevação mística, havida por William James como o ponto máximo da vida moral, não se há de manifestar numa luminosidade mais intensa ainda e ainda mais duradoira? Riamos dos que, em nome dum falso naturalismo, se insurgem contra o Milagre e pretendem nivelar os acontecimentos verdadeiramente prodigiosos de Fátima como a explosão duma crendice baixa e sem resistência ao mais leve e reflectido exame!

Cumpre às autoridades eclesiásticas instaurarem o respectivo processo.

O *sentimento de presença* é um sinal poderoso de afirmação divina. Experimentaram-no, numa uniformidade admirável, quantos viram o sol empalidecer diante de Aquela que vinha qual «a Aurora

Digitized by Google

nascente, mais formidável do que um exército bem ordenado».

Não estive em Fátima, mas de longe eu creio na assistência da Virgem à pobre terra de Portugal. Antes que a Igreja o definisse como dogma, não fomos nós dos primeiros que A adoraram no Mistério da Sua Imaculada Conceição? A minha crença fundamenta-se na voz ponderada da minha consciência. Tão lamentável é a incredulidade que cega, como a dúvida que escandaliza! O visível não é mais que a expressão bem limitada do invisível. Para além do mundo imediato dos sentidos um mundo há, — mais amplo e mais insondável, que a inteligência mal adivinha e de que só a Fé nos entrega o segrêdo. Como no epitáfio do médico de Pádua, a sciência, de senhora tornada escrava, ensina-nos apenas a não ignorar a nossa ignorância. Por isso, pois que para edificação dos incrédulos e lição dos precavidos a humildade do espírito é o caminho aberto para Deus, repitamos com o velho Renan, ajoelhado nos degraus da Acrópole, que «*raisons et bon sens ne suffisent pas!*».

Digitized by Google

Ao crepúsculo da inteligência

Dão os jornais a notícia da constituição em Lisboa dum instituto de ensino universitário para educação do povo, denominado *Ateneu Popular*. É certamente inspirado nas intituições francesas do mesmo género, talvez até sôbre a «Corporação das Ideias», a que preside em Paris a mentalidade interessante do positivista Georges Deherme. Tem o *Ateneu Popular* por fim, segundo a nota fornecida à imprensa, «a difusão da cultura, combatendo a existência dos dogmas e preconceitos religiosos, económicos, políticos, morais e sociais em que se baseia a ignorância que retarda a realização das aspirações que norteiam os povos.» Transcrevo quási na íntegra, como se vê, parte dum longo período em que se condensam os desígnios da nova Universidade-Livre. E transcrevo-o para destacar o espírito preconcebido e sectário que encaminha a iniciação dos seus trabalhos preparatórios.

Digitized by Google

Quando assinado êsse espírito preconcebido e sectário, não quero com isso traduzir hostilidade para com o intuito, sem dúvida generoso, que leva a semelhante iniciativa um núcleo reduzido de dirigentes das nossas camadas operárias. Não! O que eu quero é destacar o semi-intelectualismo perigoso para os mesmos operários, que já está viciando de antemão a obra a que a sua Universidade-Livre se destina. Ninguém nos pode acusar de adversos ao movimento sindicalista, a cada hora reconhecido por nós como justo na sua essência, embora violento e exagerado nos seus detalhes. É outro o problema que nos preocupa. E preocupa-nos não só debaixo do ponto de vista geral, mas ainda sob o aspecto mais particular de governanação dos próprios interessados.

Francamente, e sem mais rodeios, eu declaro-me, — e comigo, creio, quantos se esforçam por alguma coisa de nobre e de proveitoso —, contra a verdadeira inutilidade que é sempre uma Universidade-Livre. Uma Universidade-Livre supõe uma ideia antecipada que se resolve inevitávelmente numa falsificação pedagógica e inconseqüente, criando a psicologia mestiça que mais dum escritor definiu e concretizou no *demi-savant*. O *demi-savant* é êsse tipo caricatural do racionalista que não acredita na alma porque nunca a viu e que, confundindo o idealismo, — o idealismo exautorado da Revolução —, com as verdadeiras conquistas da inteligência, substituiu às religiões

Digitized by Google

reveladas a religião de Sciência. Paul Borget caracteriza muito bem os *demi-savants* ao escrever que « êles tomam por liberdade de espírito a negação das verdades tradicionais e a adesão às hipóteses mais recentes, que consideram ingénuamente como sendo as do futuro. » Êste luxo intelectual, que não serve senão para generalizar a pior das perversões sociais, faz que a medida flutuante das populações urbanas não seja nem *burguesa,* nem *operária,* dando logar a uma indecisão de classes, em que o proletário perde a parte mais viva da sua energia.

Eis aqui uma das conseqüências, — e das mais funestas! —, da Democracia. Georges Sorel, — o grande mestre do pensamento sindicalista, — em mais duma passagem da sua obra notabilíssima a denuncia como tal. Assim, na sua *Introduction à l'économie moderne,* êle pondera com a incisão costumada: — « Pode-se preguntar se os esforços empregados até hoje para *civilizar* as classes produtoras darão bons resultados. Eu tenho muito receio que as não *aburguezem* e acho que com isso só se diminui a resistência dos laços que ligam os trabalhadores à sua profissão ». E Sorel, depois de acrescentar que, em vez de se submeter o operário aos caprichos da sua imaginação, o que convém é concentrá-lo no círculo das suas preocupações profissionais, reconhece que o *aburguezamento* do operariado inglês, que imita todos os ridículos das classes superiores do seu país e

Digitized by Google

que já Kauntsky assinalara no *Mouvement socialiste,* representa para o mesmo operariado «uma desgraçada decadência intelectual e moral.»

Não se pretende significar com esta atitude o desejo de que o operariado permaneça na ignorância das ideias gerais que se relacionam com a compreensão da vida e com o exercício da inteligência aplicado à sua profissão. Pelo contrário! Entendemos, porém, como mais imperioso que a educação do operariado se subordine principalmente a um fim imediato, já com a intenção de lhe facilitar e desenvolver os progressos técnicos, já com a mira de lhe incutir a valer o amor da Profissão. Porque, desgraçadamente, o amor da Profissão não existe, como não existe a dignidade dela! Antigamente, com as corporações de Artes-e-Oficíos, graças aos diversos graus por que o operário ascendia até ser *mestre,* a Profissão constituia uma espécie de nobreza, rodeada de privilégios e isenções, tão fortes e respeitados como os da outra, — da nobreza política. Querem exemplo melhor que o da casa dos Vinte-e-Quatro, bradando ao enviado de El-Rei D. Pedro II que, se aquela casa era de vinte e quatro, como é que lá haviam de caber vinte e cinco?

Infelizmente, tudo se subverteu com o advento da Democracia, — até as vocações que tornavam por vezes verdadeiros génios na sua esfera os artífices de outrora. Contribuiu bastante para êsse facto lamentável, não só a concorrência da má-

Digitized by Google

quina, que veiu dispensar a intervenção da inteligência no trabalho operário, como também o desgôsto da sua situação em que o arrivismo dos novos tempos lançou o produtor. A miragem ideológica da Perfectibilidade e da Sciência, uma prometendo o paraíso na terra, a outra desvendando todos os mistérios em que o enigma da existência se envolvia, agravaram o mal que continuou crescendo e que se mostrou quási incurável, quando o racionalismo se lembrou de suscitar um dia o operário para a panaceia da chamada «cultura popular».

O velho Proudhon, como um profeta clamando debalde no deserto, fartou-se de bradar aos ingénuos que corriam atrás duma tal mentira. Desgarrou-se a sua voz nos tumultos cada vez mais avariados do século findo. Mas Georges Sorel ressuscita-a hoje, — e ressuscita-a com o vigor duma observação que é tão invencível como a sua dialéctica. Assim repara êle: — «Pode-se afirmar que a democracia constitui um perigo para o futuro do proletariado, desde que ela ocupa o primeiro logar nas preocupações do proletariado; porque a democracia confunde as classes e tende por conseguinte a fazer considerar as *ideias de profissão* como sendo indignas do homem esclarecido...» E ferindo sempre a mesma nota, Georges Sorel acrescenta noutra parte: — «Em vez de se tornar a juventude simultâneamente consciente, artista e sábia em tudo quanto respeita à produ-

Digitized by Google

ção... dirige-se antes o ensino do povo como se não tratasse senão de cultivar o espírito dum proletariado intelectual».

Ora outros não costumam ser os frutos de apregoadas Universidades-Livres! Cultura, como cultura serena e desinteressada, não existe lá nunca. E quando existisse, mesmo que os auditórios a não deixassem no mais pacífico dos abandonos, sempre resultava estéril e até anti-social. Antes escolas técnicas — universidades profisssionais, se se deseja empregar o termo, que é impróprio. Porque nada que mais enraíze e perverta do que uma erudição a meio caminho, cheia das hipóteses semi-scientíficas, actualmente em descrédito, que Georges Sorel classifica de contos tão fantasmagóricos como os de fadas, — marca Perrault & C.ª, que eram as delícias dos serões do *ancien-régime*. As conseqüências dessa ilusão não demoram a verificar-se. Verificam-se no radicalismo fanático das multidões que a um Deus vivo substitui quanta divindade, Progresso, Humanidade, Cidade-Nova, lhe metem abusivamente pela cabeça a dentro. É que quem pensa «*profissão*» não pode nunca pensar «*ideia*», dado o vago conceitualismo que o segundo pensamento traduz no campo puro do espírito quando comparado com o primeiro. Deriva daqui naturalmente o que Paul Bourget designa como *decadência:* — «*o estado de uma sociedade que produz um número excessivo de indivíduos impróprios para os trabalhos comuns*».

Digitized by Google

Na realidade, os freqùentadores de semelhantes círculos de educação proletária cedo se nos revelam inadaptáveis ao seu justo meio, «transitando depressa a *meneurs* encartados, a agentes sistemáticos de agitação», a gazeteiros mesmo, e não tolerando por forma nenhuma a sua antiga profissão. Constata-se assim, e ruidosamente, o *aburguezeamento* do operariado denunciado por Kaunsky e tão temido por Sorel. Chega-se numa palavra, àquele ponto, previsto já pelo romancista Flaubert na sua *Correspondência:* — «Quando toda a gente souber ler o *Petit Journal* e o *Figaro,* não se lerá mais coisa nenhuma, porque o burguês, *monsieur le riche,* é tudo quanto lê. A imprensa é uma escola de embrutecimento, porque ela dispensa de pensar». Efectivamente essa cultura para operários redunda sempre em artigos de *fundo* pouco mais ou menos, specimen Associação do Registo Civil ou do Livre Pensamento.

Tais são as considerações que a fundação do *Ateneu Popular* de Lisboa me suscita. E elas são afinal legítimas quando é certo que, destinando-se segundo as suas bases, a combater «a existência do dogma religioso, político, moral e social», o *Ateneu* já não faz obra nem de cultura nem de sciência.

A sciência examina os factos, formula as leis, emquanto a cultura arrecada e sintetiza o resultado dêsse exame. Nada mais convergente na actualidade para a defesa do que em verbologia

Digitized by Google

revolucionária se alcunha de «dogmas» do que a acção conjunta da sciência e de cultura! Chamo para isto a atenção dos sinceros que subscrevem as bases já publicadas no futuro *Ateneu*. E termino acentuando que ao *Ateneu* se abre um horizonte mais largo e sobretudo mais eficaz se, em vez de se consagrar a simples arremedos de cultura, procurar antes restituir, pelo ensino técnico ministrado segundo os melhores métodos conhecidos, a dignidade e o amor que os nossos operários estão bem longe de dispensar à Profissão. Obter-se hia assim no meio do operariado, com vantagens e aplausos unânimes, essa «espécie de intelectualidade, — é de Paul Bourget o conceito —, toda de carácter profissional, que, adaptada a um âmbito estritamente prático... representa o equivalente, numa esfera mais modesta, do que se conhece por génio em outras esferas mais elevadas». Não deve ser outra a missão dos Ateneus populares. Não é outra a missão educadora que o Sindicalismo a si próprio se deve traçar, se não quiser desvirtuar as suas funções sociais, invadindo dominios que nem de longe, nem de perto lhe pertencem!

Digitized by Google

D. João IV

Não lembrarei aqui que o dia primeiro de Dezembro amanheceu puro e alegre, — como no trecho célebre de Rebelo da Silva que todos nós já soubemos de cór. Mas na sinceridade fortemente raciocinada do nosso patriotismo é de obrigação que se aproveite a passagem de tão gloriosa data para que expurguemos da história de Portugal algumas páginas que envergonham por injustas e menos verdadeiras. O sentido do movimento revolucionário que em 1640 nos restituiu à autonomia anda ainda confuso e viciado na compreensão geral. É por via de regra mais um tema para rajadas românticas de sessão solene do que um acontecimento a meditar com seriedade, tendo em vista os diversos factores que então intervieram para consolidar com segurança e êxito a conjura que pôs no trôno de seus avós o duque de Bragança.

Digitized by Google

Êsse acto irreflectido de bravura aparece quási sempre como único em si e para êle vão exclusimente as saudações agradecidas da posteridade. Ficaram no escuro as energias persistentes e tantas vezes iluminadas que lhe mantiveram a seqüência, em mais duma conjuntura ameaçada de se perder por completo. A scena comovente de D. Felipa de Lancastre armando os filhos cavaleiros não há ninguém que a ignore, por falar à doçura lírica do coração português. Já se desconhecem em vinte e oito anos de luta pegada os desalentos e os revezes que à farta os entrecortaram, só vencidos pela previsão e continuidade dum pensamento admirável que foi o de el-rei D. João IV.

Muita gente pasmará de que eu o considere como o preparador da vitória, tão fundo e com raízes tão grossas a mentira sectária dificultou, até aos mais sinceros, o natural entendimento do nosso passado. Não se enganaram, porém, os que no seu tempo o cognominaram de «Feliz-Restaurador». O processo de calúnia, que no-lo apresenta como um tíbio, encontra-se hoje feito. Os que o procuram reduzir à condição de um mero instrumento, manobrado ora pela rainha, ora pelo padre António Vieira, «repetem apenas os lugares-comuns de uma tradição inconsciente, escreve o senhor Joaquim de Vasconcelos; não consultam os documentos.»

E o senhor Joaquim de Vasconcelos aclara: «Mal sabem êles de onde isso vem?! Compuse-

Digitized by Google

ram-na alguns panfletários castelhanos ao sôldo do Conde-Duque; repetiu-a, sem crítica, Mr. de Vertot em francês clássico, mas em argumentação fragilíssima (princ. do XVIII).»

Não carece de mais nada para se demonstrar o carácter anti-nacional com que é de uso exercer-se a história de Portugal. Ninguém diminúi a alta envergadura política de D. Luisa de Gusman, diante da qual Luís XIV se inclinava. Mas daí a supôr-se que só por sua influência se determinaria o ânimo que se descreve como pusilânime de D. João IV, é saltar por cima da lição evidente dos factos e querer suplantá-la inteiramente. Senhor duma grande casa e depositário das esperanças da nação portuguesa, entende-se que D. João IV se defendesse com cautela de aventuras temerárias. Não lhe tomemos a mal a sua prudência, em que consistiu talvez o segrêdo da nossa vitória. Com razão lá dizia o outro a Olivares que em Portugal não haveria nunca sossêgo, emquanto não nascessem ortigas e malvas pelas escadas e salões do palácio de Vila-Viçosa.

Hesitou, é certo, o Duque em aceitar a corôa, que lhe ofereciam, apesar de já antes de 1640 existirem entendimentos seus com o cardial de Richelieu. Mas quando lhe preguntaram o que é que faria se, não aceitando a corôa de Portugal, os conjurados proclamassem a nossa independência debaixo da forma duma república aristocrática, não demorou a responder que a acataria e sustentaria

Digitized by Google

de armas na mão. De resto, a viagem que em 1635 D. João fizera a Évora, sob o pretexto duma visita a seus primos, os marqueses de Ferreira, descobre-lhe bem os secretos desígnios. A capital do Alentejo recebeu-o como a um rei e até o jesuita Gaspar Correia, do alto do púlpito, ao terminar o seu sermão, lhe prometeu para depressa uma corôa. E com uma pausa acrescenta maliciosamente:

De glória!

É necessário reconhecer que a revolução de 1640 não passou dum lance arriscado, embora de desfecho feliz. «Fazer um rei fôra fácil, como porém, firmar o novo trono? — prossegue o sr. Joaquim de Vasconcelos. O govêrno de D. João IV teve de levantar o reino de um estado de prostração completa, que vamos caracterizar em poucas palavras. A revolução consumara-se com a maior facilidade, tratava-se agora de a consolidar e faltava tudo... dinheiro, soldados, cavalos, armas, artilharia, munições, navios, faltavam escolas de instrução militar, oficiais e engenheiros. Numa fronteira de cento e cincoenta léguas de extensão não havia uma só praça em estado de defesa... Nada disso admira, lembrando-nos de que os espanhoes nos levaram daqui, pouco a pouco, 2:000 peças, 300 vasos de guerra e centenas de milhões de cruzados. Só durante uma parte do govêrno de Felipe IV perdera a corôa portuguesa 547 navios, entre grandes e pequenos,

Digitized by Google

no valor de 6-7 milhões de florins, e de 1623-1638 perdemos só nas lutas do Brasil, segundo o testemunho dos holandeses, 28 milhões e meio de florins. Faltavam-nos enfim alianças seguras. As únicas que nos podiam servir eram — ironia extrema da sorte — as dos nossos inimigos de ontem, dos nossos mais perigosos rivais! — dos ingleses, que nos disputavam a Índia; dos holandeses, que nos tinham já arrancado as melhores possessões de África, além do Brasil. Restava a França, cujo auxílio se reduziu quási sempre a promessas vãs, temperadas com o pérfido sorriso de Mazarino, — e das potências do norte, uma única de entre estas, a Suécia protestante, nos prestou alguns serviços. E para essas mesmas alianças não havia ao princípio, um diplomata capaz, experimentado. Só depois e em pouco tempo, relativamente (se considerarmos que a diplomacia portuguesa esteve inactiva durante sessenta anos!), é que se formou uma nova escola de que saíram Duarte Ribeiro de Macedo, Francisco de Sousa Coutinho, António de Sousa de Macedo, Andrade Leitão, João Rodrigues de Sá e outros».

De Oliveira Martins a Teófilo Braga, o descrédito de D. João IV, como fundador da dinastia de Bragança, tem sido ponto obrigado em muitos daqueles que entre nós presumem de historiadores. Subindo ao trono em circunstâncias desgraçadas, com o país desarmado, esgotado e sem recursos, D. João IV achou-se em guerra com metade da

Digitized by Google

Europa, dada a aliança cerrada da Casa de Áustria nos seus dois impérios, o espanhol e o germânico. A França entreteve-nos sempre com falsas promessas, e no período mais agudo da situação abandonou-nos em Munster à nossa sorte. Feita por Mazarino a paz com Madrid, o pêso do exército castelhano ia cair sôbre nós, exactamente quando as relações de Portugal com a Holanda se agravavam com singular ameaça. É difícil condensar em meia dúzia de palavras o que foi o tacto habilíssimo de D. João IV. O seu reinado define-se na seguinte passagem do senhor Edgar Prestage: — «Nos primeiros anos da Restauração a diplomacia contribuiu ainda mais que as armas para conservar a independência ganha no dia 1.º de Dezembro».

O mesmo erudito senhor, a quem Portugal já tanto deve em estimáveis trabalhos de bôa e sadia lição histórica, assim se expressa em outra parte, numa nota ao seu magnífico estudo *D. Francisco Manuel de Melo:* — «tem sido moda com certos escritores modernos, mais políticos que historiadores, dizer todo o mal possível de D. João IV, embora devessem ponderar que, sem êle mesmo se se tivesse levantado contra os Filipes, teria tido, segundo todas as notabilidades, a sorte de Catalunha, sendo forçado a reintegrar-se na hegemonia espanhola. Deve a sua existência de país independente em grande parte ao Rei Restaurador, que, secundado por diplomatas habilíssimos, assegurava

Digitized by Google

a posição do novo reino por uma rêde de alianças, e por suas qualidades pessoais alistava as fôrças vivas da nação numa luta quási desesperada contra todo o poder da Espanha e da Holanda. A política cautelosa do monarca, a única exeqüível, prova o seu bom senso... Validos nunca os teve, e se mostrava certa preferência para com o Jesuita, padre António Vieira, foi porque, como bem disse o sr. Joaquim de Vasconcelos, êle lhe falava a verdade.»

Prefiro que outros se pronunciem por mim na insuspeição dos seus testemunhos. Reconhece-se a impossibilidade de se examinarem aqui alguns aspectos obscurecidos da vida política de D. João IV. Mas hoje tanto a cumplicidade que lhe atribuem na longa prisão de D. Francisco Manuel de Melo, como a ausência de sua intervenção no processo de Francisco de Lucena, cuja inocência parecia conhecer, são problemas em via de equação e de modo a isentar-se inteiramente D. João IV das acusações que a êsse respeito é do estilo dirigiram-se-lhe. Era D. João IV homem de bons ditos e amava a justiça com religiosa observância, notabilizando-se também pelas suas qualidades de rara economia. No seu *Testamento Político* D. Luís da Cunha deixou-nos sôbre D. João IV bastantes traços curiosos. *O Senhor Rei D. João IV, heróico Avô de V. A., e sempre memorável Libertador, que quizera que fôsse o espelho, em que V. A. se visse para em tudo se retratar* — recordava a D. José,

Digitized by Google

ainda principal, aquele nosso velho diplomata, — *fazia tanta estimação de Gaspar de Faria Severim, seu secretário de Mercês e expediente, que, sahindo do Despacho, disse diante de meu pai, e dos mais que lhe fazião côrte, que se podia ser Rei de Portugàl, só para se servir de hum tal Ministro: com tudo quando tinha alguma noção de que lhe queria favorecer alguma das partes, cujos papeis devia despachar, os expedia por mãos do Secretario d'Estado, e ainda fazia mais, porque nas Consultas dos Provimentos que subião dos tribunais, nunca se usou dar os empregos aos que vinham nomeados em primeiro logar, ou segundos antes succedia que, bem informado do merecimento dos sujeitos, voltava a consulta de baixo para cima, e dava lugar ao que estava no último, costumando dizer que desta sorte se conformava com a consulta e outras muitas maximas dignas de se imitarem.*»

Na educação que o Principe D. Teodósio recebeu reflecte-se o alto espírito de D. João IV. Para o impôr à admiração futura bastava a sua entrevista célebre com o cavalheiro de Jant. Aí se mostrou D. João IV senhor de vistas assentes sôbre o problema da nossa expansão, que, sendo na maioria ainda as de hoje, o revelam como um estadista consumado. Notável é também o «papel político» que lançou na caixa das Côrtes, encontrando-se elas reunidas. Cheio dos maís oportunos e mais sensatos alvitres, D. João IV o subscreveu como «Procurador dos Descaminhos do Reyno».

Digitized by Google

É todo o esbôço da reorganização nacional em que a inteligência arguta do monarca exercia o melhor das suas meditações. A lealdade soube-a como poucos. Recordêmo-nos a protecção dispensada aos Príncipes Palatinos, que se haviam refugiado no Tejo, quando perseguidos por navios dos parlamentares ingleses. Sem apoio na Europa, arriscando-se a alienar as disposições benevolentes da Inglaterra, D. João preferiu perdê-las a traír os deveres sagrados da hospitalidade.

O seu amor pelas coisas do reinado subia a um grau tão crescido que Gabriel Pereira nos conta dêle um interessante episódio. Achava-se D. João IV em Évora no verão de 1643. Eis mais um traço da sua biografia que desmente a fama de timorato que uma história sem consciência nem consistência lhe assacou. Foi para activar os trabalhos da nossa defesa militar que D. João IV trocou Lisboa pela velha cidade alentejana. Tratava-se de organizar um exército para as primeiras entradas de Setembro. Eram os inícios da ofensiva que, infeliz no ataque a Badajoz, se coroou de sucesso um ano mais tarde nos plainos de Montijo. Com a convergência de mercenários estrangeiros, Évora à noite tornava-se teatro de encontros sangrentos. Resolveu o Rei verificar por si qual o zêlo e repressão das autoridades. E saindo do palácio, rebuçado, ia sósinho a rondar a cidade. Fala agora Gabriel Pereira.

«Uma noite, — conta o falecido monografista

Digitized by Google

eborense —, encontrou o meirinho Lopo Tavares numa viela do bairro de S. Mamede; trocaram-se as palavras do estilo; o rebuçado fez alto, o meirinho aproximou-se, o rei negou-se ao reconhecimento; Tavares deu a voz de prêso, em nome de el-rei; então o rebuçado, em voz baixa, pediu-lhe para mandar afastar os da ronda, inventou um caso, instou, ofereceu dinheiro; o meirinho aceitou a coisa e deixou ir o cavalheiro em paz.» E Gabriel Pereira continúa: — «El-rei seguiu na sua ronda; encontrou o célebre alcaide Luís Roiz Matoso, ao arco de D. Isabel; o alcaide estava só. A mesma conversa, instâncias, oferecimentos de dinheiro; o alcaide recusa, dá a voz de prêso; el-rei quís ver até onde chegava o ânimo do alcaide; estavam sós, ameaça-o e arranca da espada; o alcaide salta ao lado, desembuça-se, põe-se em guarda e desarma em breve o cavalheiro, sem lhe causar dano; toma-lhe o braço com fôrça, e leva-o para a cadeia; só à entrada da cadeia el-rei se deu a conhecer.

— «Cumpri as ordens de vossa majestade, limitou-se a dizer o alcaide.

No outro dia, o meirinho e alcaide eram chamados ao paço. Tavares foi logo demitido; a Luís Matoso fez el-rei elogio público, e confirmou-lhe a posse do ofício para os filhos.»

O Rei, procurador dos descaminhos do Reino, destaca-se rigorosamente em todo o desenho dêste episódio. Outros há que o retratam com a mesma energia. Duma vez, oferecia-lhe Pantaleão de Sá

Digitized by Google

um chapeu que de Inglaterra trouxera por custo elevado. Ao saber o rei por que preço Pantaleão de Sá o adquirira, volveu-lhe pronto: — «Guardai o vosso chapeu, que por êsse preço posso ter quatro fabricados no meu reino.» Bôa resposta deu também D. João IV à Inquisição, quando se lhe queixou de que Sua Majestade mandava restituir aos herdeiros de condenados os bens do confisco. «Para quem confiscais? — preguntou-lhe o rei, aceitando a diligência. — «Para Vossa Majestade» — lhe tornaram. «Pois, se assim é, eu os desconfisco!»

Em suma, bem diversa se nos apresenta a fisionomia do Rei Restaurador, se a quisermos compreender sob a luz directa dos documentos. Já não aludo ao músico, — ao artista consumado que reuniu no seu tempo a primeira biblioteca da especialidade. O autor da *Crux Fidelis* reina com glória nos domínios da arte nacional. O que eu desejo é levantar a sua figura política da profunda injustiça que a obscurece. Sem a sua diplomacia hábil e sem a persistência formidável dum dos maiores esforços de que a nossa nacionalidade beneficiou, inútil haveria sido o grito revolucionário de 1640, mais inútil e mais diminuto que as chamadas «alterações de Évora». D. João IV a si mesmo se auscultou numa passagem sinceríssima do seu testamento. Importa conhecê-la para que se determine com exactidão a psicologia e a obra do Restaurador. «*Me resolvi a restituir-me a esta minha corôa sem nenhum respeito particular de minha pessoa, senão por livrar*

Digitized by Google

os Reynos que me pertencem das miserias que lhe vi padecer em estranha sujeição e por entender era obrigado a isso em minha consciencia, sujeitando-me por esta causa a vida e trabalhos, podera ser diferentes da minha inclinação.»

Assim se exprime D. João IV num documento solene, em que o exame demorado de sua existência lhe passaria em clarão pelo pensamento. O pouco que dêle aqui deixamos é já o bastante para que a sua personalidade se enquadre nas linhas duma apreciação mais honesta e mais verdadeira. Na irresolução do momento em que o colocaram à frente de um país desbaratado, D. João IV demonstra-nos bem a fôrça coordenadora do princípio monárquico. Não só Portugal se restituiu à sua perdida independência. Mas, dispersos por mãos inimigas os farrapos do nosso império colonial, ainda conseguimos recuperá-lo em grande parte. De muito valeram as qualidades incalculáveis da raça. Se uma dinastia lhes não desse um como que cérebro e como que uma finalidade, não passariam, porém, de arrancar brilhantes, depressa desfeitos por descontínuos e faltos de directriz. D. João IV é por isso o segundo fundador da pátria portuguesa. Associemos o seu nome ao de Afonso Henriques. E seja êle de hoje em diante mais querido e mais respeitado por quantos se não esqueceram ainda de que a melhor maneira de servir o seu país é amá-lo e defendê-lo na integridade da sua história.

Digitized by Google

31 de Janeiro

Demoremo-nos também um pouco sôbre esta data republicana, cujo significado não é de todo em todo indiferente ao nosso espírito nacionalista. A tentativa revolucionária de 31 de Janeiro, com José Pereira de Sampaio e Basílio Teles á sua frente, foi mais que a simples aventura dum partido faminto de poder, porque procurou ser, como solução intelectual, um regresso da nação à posse dos seus destinos perdidos. É preciso desde já acentuar que em nada a república actual é herdeira e representante das intenções generosas dêsse episódio militar já a sumir-se a distância. São figuras subalternas as que porventura transitaram da manhã enevoada de 31 de Janeiro para as situações compensadoras da hora presente. Porque os outros, os que sofreram e viveram o desengano da sua ilusão sincera, bem cêdo repeliram como indigna do seu sonho romântico a democracia que um dia

Digitized by Google

surgiu, qual intrusa inesperada, a envergonhar-lhes a sua obra fervorosa de precursores.

Falando de Fialho de Almeida, escrevi algures que o republicanismo de 31 de Janeiro «não era um republicanismo de *acção*, era antes um republicanismo de *reacção*. Não se apresentava como um fim, — com o fim de realizar a aspiração democrática dos Imortais Princípios, mas apresentava-se como o *único* meio possível de restaurar a nação perdida do interesse e da consciência nacionais, contra o predomínio desaforado das diversas oligarquias do regime constitucional. Não conheceu outras intenções o republicanismo teórico de Ramalho nas *Farpas*. Nem da mesma sorte o republicanismo iluminado dos obreiros do *Portugalia*. Compreende-se já por aqui o desalento duns e o regresso da maior parte.» (1)

De facto, o problema é notàvelmente colocado num artigo notabilíssimo da *Revista de Portugal*, — *Novos factores da política portuguesa*, assinado despreocupadamente por *Um espectador*. «Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente dêstes últimos anos, — afirma-se ali. E a sua causa tem sido simples e únicamente o descontentamento: isto é, o partido republicano tem-se alastrado, não porque nos espíritos democratizados aparecesse a

(1) Vidé o ensaio *O Drama de Fialho*, recolhido no volume recente *Ao Princípio era o verbo*.

Digitized by Google

necessidade de implantar entre nós as instituições republicanas, como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais — mas porque êsses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como ela se tem manifestado com o seu cortejo de males, nêstes derradeiros tempos.»

E aplicando à chaga o dedo de cirurgião experimentado, *Um espectador* continua: — «O partido republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter, porque todas as reformas que, como partido republicano, lhe cumpria reclamar, já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. De sorte que se vai para a república ou se tende para ela, não por doutrinarismo, por urgência de mais liberdade e de instituições mais democráticas, mas porque numa já considerável parte do país se vai cada dia radicando mais êste desejo: *antes qualquer outra coisa do que o que está.*» Sem uma hesitação, *Um espectador* acrescenta prontamente: — «Esta é a mais recente e mais desgraçada fórmula política da nação. É a fórmula que se ouve repetida por toda a parte onde dois homens se juntam a comentar as coisas políticas. Ora que pode ser *essa outra coisa?* Não pode sêr o govêrno pessoal para que apenas se inclinam alguns espíritos superiores, mas odioso à generalidade da nação, de todo democratizada, ou antes, irradicávelmente impregnada de libera-

Digitized by Google

lismo. Tem, pois, na ideia dos descontentes, de ser a república, uma república que, eliminando pelo mero facto do seu triunfo todo o pessoal do parlamentarismo e as suas práticas, proceda, sem desatender os interesses conservadores, a uma reorganização administrativa e económica da nação. Essa reorganização parece-nos a nós, conservadores, que poderia ser realizada dentro da monarquia. Mas os descontentes respondem que a monarquia se acha inevitàvelmente, fatalmente vinculada e soldada a êsse passado do constitucionalismo, cuja incompetência e corrupção êles julgam ter sido superabundantemente comprovada em anos já longos de desgovêrno; que resta portanto uma única solução: a república; e que o momento vem chegando de salvar por êsse meio o país, que já não pode ser salvo pela monarquia.»

Escritas à véspera da revolta do Porto, estas palavras cheias de psicologia e de observação, definem bem as razões históricas de que iria deduzir-se a jornada de 31 de janeiro. Tratava-se, num nacionalismo semi-inconsciente, de opôr um termo decisivo à desnaturação e à ruína a que o país se via condenado pela política inepta dos últimos anos do reinado de el-rei D. Luís. As fortes predilecções ditatoriais de Bazílio Teles testemunham ainda hoje os intuitos anti-parlamentaristas que o atiravam de braços abertos para a insurreição. Já então espíritos elevados achavam para a crise orgânica em que nos debatiamos um remédio

Digitized by Google

apenas: — o apêlo ao poder pessoal do Rei. Mas os preconceitos dominantes na maioria impossibilitavam a sua aplicação, que havia de falhar mais tarde por duas vezes, levando da primeira Oliveira Martins ao desalento, da segunda um monarca à sepultura.

A indignação patriótica, provocada pelo *Ultimatum,* veiu preparar ainda mais o ambiente. Verificava-se que não tinhamos nem exército nem diplomacia; a nossa política não passava duma política de suicídio inglório e lento. Confundiu-se, sem mais recurso, a Monarquia com o sofisma que a aprisionava. E as ruas do Porto assistiram a um embate fratricida, cujas causas, remontando largo, constituem um capítulo inexorável para a história dêsse crime sem nome que foi a implantação do Constitucionalismo.

A república apareceu assim, tingida de côres duma solução nacional, em que a família portuguesa se reconciliaria, libertada das várias oligarquias que a dominavam e dividiam. Santíssima quimera essa, em que vibravam os entusiasmos líricos de 1820! Não lhe faltava para tanto um equívoco longamente mantido, embora mantido com toda a honestidade. Fizera-se conceber o êrro centralista de Mousinho da Silveira como uma incapacidade natural da Monarquia para satisfazer as nossas profundas tendências municipalistas. Por via de Henrique Nogueira e até do próprio visconde de Ouguela, a descentralização administra-

Digitized by Google

tiva incorporara-se no programa das aspirações republicanas. Deixava-se-lhes com isso uma arreigada base tradicionalista que iludiu por largos tempos algumas inteligências, que nós reclamamos para nossos mestres na sua cruzada «a prol do comum & aproveytança da terra».

É certo que Oliveira Martins, encarando de alto a situação, abandonara já os ideologismos incoerentes da democracia, levando consigo Antero à aceitação do facto dinástico. No entanto, pelo nosso pendor sentimentalista, a república afigurava-se-nos como o remate lógico duma nacionalidade saída duma rêde miuda de pequenas repúblicas, como eram os nossos antigos concelhos. Um excesso de generalização simplista conduziu-nos à meditação do exemplo da Suissa, tomando-se o seu *facies* político como a expressão realizada dum tipo superior da sociedade. Com tais antecedentes, — municipalismo por um lado, anti-parlamentarismo por outro —, eis como o 31 de Janeiro se incrustou no curso vagaroso da nossa história como um derramamento inútil de sangue de irmãos contra irmãos.

Quiseram os destinos que a sedição abortasse por fôrça da sua própria inconsistência. O figurino brazileiro subira à cabeça de meia dúzia de ingénuos, contando-se mais com a intervenção do acaso do que realmente se contavá com os elementos empenhados na vitória. Tirando Bazílio e poucos mais, a revolta não revelou senão uma plebe con-

Digitized by Google

fusa de gente sem intenções que apenas se dispunha a jogar uma cartada susceptível de êxito. A entrevista concedida por Basílio ao *Jornal do Comércio* a bordo do *Trent*, quando de passagem para o Brasil, mostra-nos bem o estôfo dos seus companheiros de revolução.

« — Entravam no nosso quarto em Madrid, de chapéu na cabeça, e sem a menor consideração por nós, mesmo os antigos soldados do 9, a-pesar de estar presente o alferes Malheiro, — disse-nos o sr. Basílio Teles. De uma vez disse eu a uns: — Tirem o chapéu! Nem ao menos têm respeito pelo seu alferes?»

« — Aqui não há alferes nem meio alferes, responderam. Somos todos iguais!»

«E foi preciso que os ameaçassem de os pôr fora para se descobrirem em nossa casa.

«E saíram-me todos escritores, continuou o sr. Teles. Nunca lhes negámos dinheiro que não nos ameaçassem com os jornais».

Nêstes, sim, é que está contido o germe da república que dezanove anos depois caíria por sôbre nós, como uma expiação mandada por Deus!

Quanto aos idealistas que tinham sonhado com o ressurgimento do país no seio duma república nacional, falam mais do que nós o isolamento de Basílio e o ostracismo de José Sampaio. Conformados intelectualmente no êrro da mesma ilusão, o tradicionalismo dedicado de Rocha Peixoto e de Ricardo Severo na *Portugalia* procuraram, de

Digitized by Google

olhos postos na imagem da Suíssa, atribuir ao seu fetichismo republicano uma ampla base tradicionalista. A Rocha Peixoto poupou-o a morte à dureza da realidade. Lá longe, no Brasil, Ricardo Severo, nas *Origens da nacionalidade portuguesa*, saúdou ainda o novo período histórico que despontava. Não voltou, porém, a falar. Talvez emudecesse de vergonha.

Afinal, de toda a herança positiva dêsse grupo em que a inteligência se ligou à actividade, somos nós, restabelecendo para Portugal as condições necessárias à sua existência, quem lhe levanta do esquecimento os materiais amontoados e pretende com êles assentar os fundamentos da Pátria futura. Tal é o motivo por que o significado do 31 de Janeiro não é indiferente para nós, integralistas. Da sua experiência resultou mais pura e mais irrecusável a verdade do princípio monárquico. Do enlêvo com que amaram e serviram a Terra e a Grey, nós recolhemos nas páginas imorredoiras da *Portugalia* o cimento que há de amanhã estabilizar a nossa obra. Trafiquem embora os ciganos à roda duma data, que só entendem como uma efeméride de partido. Mais alto que o tumulto das suas vozes ergue-se a voz de José Falcão. E é para repetir o seu desabafo a Augusto Fuschini na entrevista célebre do Bussaco — «*Se a monarquia pode salvar a pátria e recuperar-lhe as fôrças enfraquecidas, que o faça! Nós não lhe pedimos nada mais!*» Lembrando as palavras honradas

Digitized by Google

do honrado tribuno, que semanas antes de morrer as confirmava por escrito, é a ordem imperiosa dum dos seus mortos que nós entregamos à meditação de algum raro republicano capaz de lhe obedecer. Teremos assim comemorado a passagem do 31 de Janeiro, na esperança de que um acto de grandeza moral não deixe apagar-se no vago o apêlo dolorido de José Falcão.

Digitized by Google

Digitized by Google

A retirada para o Brasil

Lembrar que foi a 27 de Novembro de 1807, com Junot às portas de Lisboa, que o Príncipe-Regente embarcou para o Brasil, é lembrar uma das datas menos compreendidas da nossa história e um dos seus episódios mais adulterados. Todo o furor do espírito liberalista se empenhou em considerar como uma fuga êsse acto de política prudente, sem o qual nós haveriamos perdido de certo a nossa independência. Se o embarque de D. João VI correu desordenado e cheio dos sobressaltos que a ameaça próxima do inimigo acordava na inquietação geral, de modo a supôr-se como uma medida de pânico, a razão consiste em que, rodeado de traidores, com êles à frente dos negócios públicos, o soberano só teve conhecimento da chegada de Junot quando a defesa se impossibilitara e já o inimigo corria de Abrantes sôbre a capital apressadamente.

Digitized by Google

Declama-se muito, a propósito da saída da côrte para o Rio, e a pena romântica dos nossos escritores várias vezes se exercita sôbre semelhante motivo com bastante desenvoltura de fantasia. Já a verdade se não respeita na mesma proporção e ninguém se preocupa ainda agora em a apurar à face dos documentos. Pinta-se D. João VI como uma caricatura ambulante, em quem o medo podia mais que qualquer outra indicação superior de espírito. A retirada para o Brasil é assim olhada como um expediente de ocasião, em que só o susto mandou e o patriotismo esteve ausente de todo. Eis, numa frase comprimida, o que nem se definirá por «história às avessas». Se há resoluções tomadas com reflexão e acêrto, é uma delas a da saída para o Rio. Não só a segurança da dinastia a inspirou. Inspirou-a principalmente a salvação de Portugal.

Conta Eça de Queiroz que, ao sugerir a Fradique a ideia de escrever um livro sôbre a sua viagem à África, Fradique o fitara com tanta extranheza como se acabassem de lhe propôr a composição de uma epopeia em doze cantos sôbre el-rei D. João VI. Ninguém pensa, conforme a ironia amável do romancista, numa epopeia sôbre D. João VI. Mas, em nome da dignidade da nossa história, a sua reabilitação impõe-se, — e impõe-se, sobretudo, como uma obra de justiça para com a memória de quem tão escarnecido anda nos juizos levianos da posteridade.

Digitized by Google

No seu admirável estudo *Dom João VI no Brasil* com insuspeição observa Oliveira Lima: — «Não conheço despacho algum, ostensivo, reservado ou confidencial, de embaixador, ministro ou encarregado de negócios estrangeiros para seu govêrno, que se refira com menos respeito ou com menos elogio a Dom João VI. E é curioso verificar que nenhum mesmo tenta fazê-lo, de leve que seja, ridículo quando os Portugueses dêle quizeram legar um tipo burlesco. Não era apenas a deferência inata para com a realeza que assim tornava cortezã a pena facilmente satírica dos diplomatas: era também e principalmente a circunstância de, em justiça, nada encontrarem no soberano de grotesco, e sim muito de atraente e não pouco que encarecer. Moler, que lhe era sinceramente afeiçoado, como devia, pois que dêle recebeu constantemente provas de atenção e benevolência, não se furta a exaltá-lo. O duque de Luxemburgo, cujas razões para isso não eram tão fortes, ao passo que censura, num tempo em que já se sentia a falta de espírito vigoroso de Linhares, a inércia da côrte, a carência de planos de administração do govêrno, a reserva que traía indecisão do elemento aristocrático, refere que o rei era amado do seu povo por acessível, afável e bondoso.»

Já antes dêste seu depoimento, Oliveira Lima acentuara que «Dom João compensava pela agudeza mental, com senso e fácil assimilação o que

Digitized by Google

lhe escasseava própriamente em conhecimentos que ninguém se ocupara em incutir-lhe. Os estrangeiros sempre lhe fizeram justiça. Beckford, o inteligentíssimo e mordaz Beckford, estampou a seu respeito conceitos lisonjeiros, que se sentem ditados pela sinceridade, e Succock até o defende da increpação de apatia, dotando-o de muito mais sensibilidade e energia de carácter do que lhe andam geralmente atribuídas pela tradição vulgar ou pela paixão política. «O Príncipe Regente, escreve êle, achou-se colocado em circunstâncias desconhecidas e singularmente penosas e a elas se sujeitou com paciência, agindo, quando se rebelou, com vigor e prontidão.»

Nascido numa época de transição, a sua psicologia é a psicologia de Luís XVI, reflectindo em si duas correntes contraditórias. Essas correntes contraditórias atravessaram sempre o reinado de D. João VI, enchendo-o de oscilações e amarguras. Ainda regente, — e não é outro o aspecto da sua vida pública que hoje procuramos examinar, — a transformação revolucionária da Europa levou-o a uma emergência de que poucos se sairiam melhor e com mais honra. É embrulhado entre nós o começo do século passado e não adormeceram por enquanto as paixões que tão fundamente o agitaram e nos iam arrastando, então como agora, às proximidades da morte. É preciso não esquecer que a Maçonaria era a aliada de Bonaparte.

Cêdo nós percebemos que o próprio instinto

Digitized by Google

de conservação nos mandava pôr ao lado da ordem tradicional, derivada e suplantada em França pelos delírios sangrentos da Revolução. Dois partidos surgiram logo entre nós, agitando bandeira diversa: — o chamado «partido francês» e o chamado «partido inglês». O partido inglês, preconizando a continuação dos nossos pactos internacionais, tinha à sua testa D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida, e insistiu sempre pela necessidade de encararmos com firmeza a ideia da guerra. Não pensava assim o partido francês. Defendendo a neutralidade, inclinava-se abertamente para o lado da França, dirigido às ocultas pelas lojas secretas, em que encontrava o seu apoio mais sólido.

Depois das campanhas no Roussillon e na Catalunha, a Espanha abandonára-nos fazendo causa comum com o inimigo de véspera. Resultou daí contra Portugal a invasão de 1801, em que a Inglaterra, como de costume, de nada nos serviu e em que nós comprámos a paz verdadeiramente a pêso de oiro. Nas flutuações constantes do período que se lhe segue, as embaixadas de Lannes frutificam na queda de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de D. João de Almeida com a demissão de Pina Manique.

Demitido o Intendente, a Maçonaria acha-se enfim à vontade nos seus manejos de traição. É um maçon, António de Azevedo e Araujo, quem substitui os ministros demitidos. A conspiração em que se decide da sorte de Portugal maquina-se

Digitized by Google

na sombra. A política da neutralidade triunfa, — essa política que foi a nossa completa desorganização militar e o despejo absoluto do nosso erário no erário de Napoleão.

Não me é possível dar aqui, nem de leve, o desenho da intriga que conclui na primeira invasão. Quando o exército da Gironda penetra em Portugal debaixo de pretextos hipócritas de protecção, o tratado de Fontainebleau, já assinado, retaçavanos a pátria em três principados. Debatera-se entre nós antes disso a hipótese da saída para o Brasil, se nos tornássemos inteiramente incapazes de resistência. Essa incapacidade afirmou-se irreparável desde que D. Rodrigo de Sousa Coutinho tombava em resultado das manobras do maçonismo, e um homem de confiança francesa encaminhava agora os destinos da nação.

António de Araujo sabia perfeitamente quais os intentos de Bonaparte. Pois, sob a desculpa de que nos podia surpreender um desembarque britânico, desviara para as nossas costas as poucas tropas de que dispunhamos! Com esta preparação a favorecê-lo, Junot entrou livremente, sem que o Príncipe-Regente suspeitasse de coisa alguma. Veiu a sabê-lo, não pelo seu ministro, mas por diligências particulares que o preveniram a tempo da cilada em que esteve para cair.

Folheie-se a correspondência de Napoleão e logo se verá que outro não era o seu objectivo. Em poder de Junot a Família-Real, sucederia a

Digitized by Google

D. João VI o que sucedeu mais tarde a Carlos de Espanhà em Bayonne. Ser-lhe hia arrancada a cedência dos seus direitos em benefício de um rei de encomenda e nós teríamos em Lisboa o que os espanhoes tiveram ainda em Madrid: — um Bonaparte no trono.

Paralelamente, a Inglaterra apossar-se hia das nossas colónias, sobretudo o Brasil. Assim o dissera categóricamente em Amiens o representante inglês, lord Hawkesbuvy: — «*Se o Primeiro Consul invadir os estados de Portugal na Europa, a Inglaterra invadirá os estados ultramarinos de Portugal*». Perdidas as nossas colónias, e nas mãos de Napoleão a metrópole, a nossa independência estava irremediávelmente perdida. Mesmo com a derrota do Imperador e o regresso da Europa à ordem legítima, não se suponha que nos restituiriam a autonomia. A Inglaterra, de posse do Brasil, não largava mais a presa. Por seu lado, a Espanha, vendo-nos reduzida à nossa pequena faxa territorial, pesaria fortemente em 1815, na reunião das potências vencedoras, para nos incorporar definitivamente, satisfazendo a sua aspiração de séculos.

Melhor do que eu, por insuspeito, falará o autor do célebre opúsculo *A Dinastia e a Revolução de Setembro*. Declara êle em nota a págs. 114:

«*Aonde iria João VI em 807 a não ter o Brasil? à ilha da Madeira? De que vivera ahi, por 7 longos annos? Vendera inevitávelmente à Ingla-*

Digitized by Google

terra as colonias de Africa; porque não tendo, a America, a aliança britanica nada lhe valera; e quando João VI nada tivesse já para os Ingleses, nas combinações da alta politica do gabinete de S. Jammes, não entrara de certo a independencia de Portugal. Olhe-se ao rei da Dinarmarca, a quem privarão em 814 da coroa da Noruega, para dá-la a um bastardo da Santa Alliança; olhe-se ao rei da Saxonia, a quem roubárão todos seos estados, e só por humanidade depois lhe restituem, um quarto do que lhe pertâncêra; olhe-se a imperatriz da França; filha de Francisco d'Austria, o mais poderoso dos campeões da legitimidade: como ficou Maria Luiza, esta filha dos Cesars? Derão-lhe um cantinho na Italia, para delle dispôr somente em vida!!! De seo filho, neto do Imperador Apostolico, o melhor destino é votar-nos á morte... Se a casa de Bragança não tivesse o Brasil em 1807, em vão hoje na Europa se buscaria o throno português».

A importância da retirada para o Brasil ressalta com nitidez do depoimento produzido. Não foi um expediente determinado pelo pânico, — verifica-se. Quando da Restauração, no momento em que a França nos entregava à nossa sorte no congresso de Munster, o padre António Vieira não duvidou sugerir a D. João IV a saida para a América como um recurso seguro. Mais tarde o célebre diplomata D. Luís da Cunha defendeu a ideia de se transferir para lá a séde da nossa monarquia. E quando a Espanha nos invadiu como con-

Digitized by Google

sequência do «*Pacto de Familia*», Pombal chegou a ter preparada a esquadra que transportaria ao Brasil D. José e a sua côrte. Já em desgraça, por carta a seu filho de 5 de Fevereiro de 1779, Pombal orgulha-se dessa deliberação, recordando o que trabalhou «*para aprestar, e armar poderosamente a brilhante esquadra, que então se vio no Rio de Lisboa, com o oculto fim de que logo que o dito Exercito Hespanhol chegasse á referida fronteira, se embarcariam em huma noite Suas Magestades com toda a sua Real Familia.*» Pombal ampara-se do precedente de se haver disposto a Imperatriz-Rainha Maria Teresa a descer o Danúbio se se visse em risco de ser surpreendida na sua côrte de Viena. Também quási um século atrás Vauban aconselhara o refúgio da América ao futuro Filipe V, quando a sorte das armas parecia repudiá-lo de vez.

Nêstes têrmos, percebe-se bem como a retirada para o Brasil constituía um ponto assente na nossa política. Por várias vezes ela foi estudada e examinada já quando o perigo napoleónico nos espreitava de perto. Tanto assim é que a saída da côrte para a América ficou definitivamente resolvida na convenção secreta subscrita em Londres aos 22 de Outubro de 1807 e ractificada em Lisboa a 8 de Novembro seguinte.

Não se trata, pelo exposto, duma fuga como o quere a história sectária. A ignorância do avanço do inimigo é que obrigou, na extremidade da situa-

Digitized by Google

ção, ao embarque precipitado. É aí que se evidencia nitidamente o conluio de António de Azevedo com os franceses. De resto, êle é claro no *Diário* de Junot, manuscrito da Biblioteca de Ajuda, publicado pelo sr. Cristóvão Aires. Prevenido por Napoleão, Junot receava o embarque. Ao ser informado que o Príncipe Regente o estava efectuando a toda a pressa, e não podendo voar com a sua gente que já caminhava a marchas forçadas, enviou Hermann a Lisboa com palavras de amizade a dissuadir D. João VI do seu intuito. «*Mr. Hermann ne vût voir ni le Prince* — escrevia Junot depois a Bonaparte —, *ni Mr. D. Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu*».

É ou não é a prova evidente do entendimento de António de Azevedo e Araujo com os planos do invasor? Porque D. João VI fôra avisado a horas, o seu ministro mandava dizer a Junot que estava tudo perdido. O que era que estava então perdido? Por isso em 21 de Janeiro de 1808 o ministro Canning declarava no parlamento inglês:

Há realmente razão para crêr que houve traição em alguma parte do govêrno português, e a esta parte se deve atribuir a vitória que por vezes alcançou a influência francesa. Á mesma se deve imputar o segrêdo guardado sôbre o adiantamento das tropas francesas, ao mesmo tempo que se recebiam anúncios que elas não passariam das fronteiras. Por outras palavras, o *Correio Brasiliense*, n.º VI, vol. I, pág. 517 e seguintes, expressava-se categó-

Digitized by Google

ricamente desta forma: — «*A maior parte das gazetas inglesas asseverou, e se fez publicissimo, que o Ministro dos Negocios Extrangeiros e da Guerra de S. A. o Principe Regente de Portugal, ao tempo da sua partida para o Brazil ocultara do conhecimento do Soberano a marcha das Tropas Francezas; disse-se mais, que elle o fizera por querer atraiçoadamente entrega-lo aos seus inimigos. Eu declaro altamente que não sei se isto é assim, se não; só repito o rumor que se fez publico, e que até agora ninguem contradisse; para n'isso fundamentar o meu raciocinio, basta-me o rumor para que eu admitta a possibilidade do caso. Mas como pela precipitação da retirada de S. A. se prova que S. A. não sabia da chegada dos Francezes, cuido que se segue que os seus Ministros o não informaram da marcha d'aquellas tropas inimigas; marcha que ninguem ignorava aqui em Inglaterra. Por uma de duas razões aquelle Ministro da guerra não informou a S. M., ou porque não sabia da marcha dos Francezes, ou porque o queria occultar; no primeiro caso a sua ignorancia o declara incapacissimo do logar que ocupava; no segundo caso, nada menos de que uma fôrca devia ser o prémio dos seus merecimentos*».

Não foi. D. João VI, clemente em verdade, perdoou-lhe, lançando-lhe até ao pescoço a Grã-Cruz da Ordem de Cristo na comenda de S. Pedro de Sul por carta régia de 17 de Março de 1810. Rodeado de traidores, como o seu primeiro ministro, D. João VI durante a sua existência só traidores

Digitized by Google

conheceu. Escarneceram-lhe depois o carácter, caricaturando-o como um minotauro paciente. É a baba jacobina a difamar a serenidade do nosso passado. Pela sua exploração em tôrno do significado que realmente se deve dar à retirada para o Brasil, nós calculamos a que alturas a infâmia não ascende em outros pontos. Pouco é o que fica dito acêrca do acontecimento que a data de hoje comemora. Mas é o suficiente para devolver os factos à sua justa interpretação.

E mais um passo se traçou na obrigação que a todos nós cabe de restaurar a «história» na História de Portugal. Anima-nos para isso o grande exemplo de Fustel de Coulanges. Tal é a maneira mais eficaz de se restabelecer a perdida unidade moral da Pátria. Borrêmos a história falsa, — a história de partido! História que leva à guerra civil, — na frase do mestre eminente de *La cité antique,* foi elá quem dissolveu entre nós os laços intelectuais que nos prendiam à árvore sagrada da Tradição, no seu processo, — na corrigenda inexorável que opusermos aos seus embates e às suas calúnias, consiste na hora actual a expressão consciente do verdadeiro patriotismo. Que a nova geração, — geração que das ruinas levantará o Portugal-Maior —, chame a si êsse soberano encargo, — e decerto que a vitória, abrindo as densas asas drapejantes, se lhe virá oferecer para guia seguro do caminho!

Digitized by Google

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio	XI
A herança de Garrett	1
O problema da vinculação	13
A tomada da Bastilha	23
O « oitavo-sacramento »	31
A cultura clássica	39
1820	49
A energia nacional	59
Nacionalismo literário	67
A «Vila-Francada»	77
No jardim da Raça	89
D. João V	103
Consangùinidade e degenerescência	115
Conde de Monsaraz	125
Duas datas	137
Velando as armas	147
Super flumina Babylonis	157
Mousinho da Silveira	173
A dôr de Antero	187

Digitized by Google

Pág.

El-rei D. Miguel 207
Fátima 219
Ao crepúsculo da inteligência 231
D. João IV 239
31 de Janeiro 251
A retirada para o Brasil 261

Digitized by Google

ACABOU DE SE IMPRIMIR
ÊSTE LIVRO AOS DEZA-
NOVE DIAS DO MÊS DE
MARÇO DE MIL NOVECEN-
TOS E VINTE E CINCO NA
TIPOGRAFIA DA «LVMEN»,
EMPRESA INTERNACIONAL
EDITORA, SITA À RUA DE
FERREIRA BORGES, NÚMERO
CENTO E TRES, NA CIDADE
DE COIMBRA.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 03588 1971

Digitized by Google

Digitized by Google